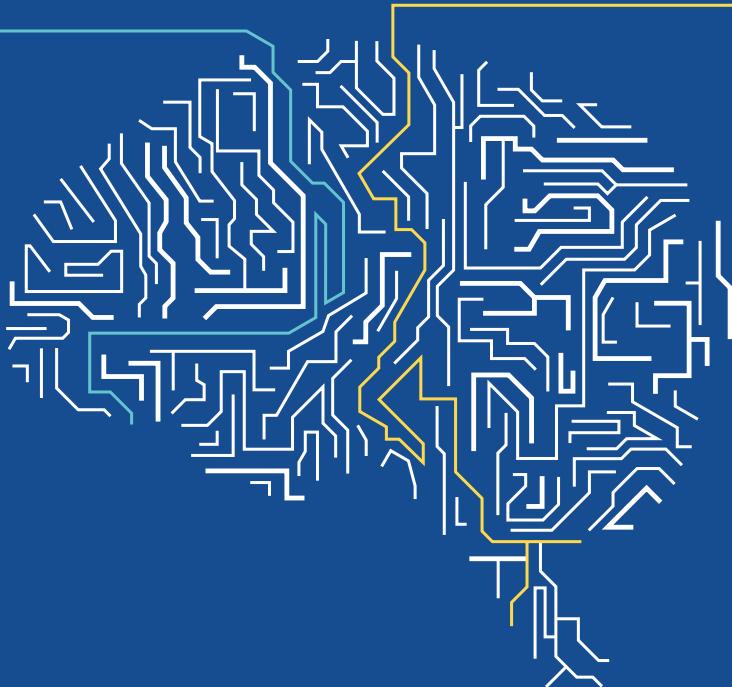


ANÁLISE ASSOCIATIVA



TEMA EM DESTAQUE
**ASSOCIATIVISMO EM TERRITÓRIOS
DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL**

N.º 12 · NOV 2025



REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

ANÁLISE ASSOCIATIVA

TEMA EM DESTAQUE

ASSOCIATIVISMO EM TERRITÓRIOS
DE **BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL**

REVISTA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

FICHA TÉCNICA

ANÁLISE ASSOCIATIVA

2025 (N.º 12)

"ASSOCIATIVISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL"

DIRETOR:

SARA DIMAS FERNANDES

CONSELHO CIENTÍFICO:

AMÉRICO MENDES

Universidade Católica – Porto

ARTUR CRISTÓVÃO

UTAD

ARTUR MARTINS

GEMAP

CRISTINA PRATAS CRUZEIRO

Faculdade de Belas Artes/UL

JOANA PEREIRA

Investigadora

JOSÉ ORNELAS

ISPA

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS

ISCTE/IUL

JOSÉ ZALUAR BASÍLIO

Universidade Lusófona

LUÍS MORENO

Instituto de Geografia

e Ordenamento do Território/UL

Edição e propriedade:

Confederação Portuguesa das Colectividades
de Cultura, Recreio e Desporto

Concepção gráfica e paginação: 4iD

Impressão: Jorge Fernandes, Lda.

Tiragem: 500 exemplares

ISSN – 2183-413X – Análise Associativa

Depósito legal: 384231/14

Impressa em Novembro de 2025

O acordo ortográfico usado corresponde à vontade de cada autor

ÍNDICE

4	NOTA DE ABERTURA, <i>João Bernardino</i>
8	EDITORIAL, <i>Sara Dimas Fernandes</i>
12	TEMA EM DESTAQUE – ASSOCIATIVISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL
14	OLHANDO O PORTUGAL ESVAZIADO: sobre as pessoas que saem e as associações que não desistem, <i>Alcides A. Monteiro</i>
32	ASSOCIATIVISMO E PATRIMÓNIO CULTURAL: Lugares comuns num paraíso distante, <i>Ana Saraiva</i>
46	CONETIVIDADES SOCIOCOTERRITORIAIS EM PORTUGAL E DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS RURAIS: Contrariar as baixas densidades numa perspetiva de geografia social, <i>Luís Moreno</i>
68	ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA, <i>Miguel Torres</i>
90	MESA REDONDA – A ESCOLA DO ASSOCIATIVISMO – <i>Sara Dimas Fernandes , Rute Azevedo, Conceição Brazão e Augusto Flor</i>
108	ESTUDOS
110	O PAPEL (E A PARTICIPAÇÃO) DAS MULHERES NO ASSOCIATIVISMO POPULAR, <i>Sérgio Pratas</i>
122	USOS DE ANTANHO, PORQUE..., <i>Laurinda Figueiras</i>
140	BIBLIOTECA COSMOS
142	LIVRO “O ASSOCIATIVISMO POPULAR PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI”, <i>Carlos Anjos</i>
156	CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO



JOÃO BERNARDINO

PRESIDENTE
DA DIRECÇÃO
DA CPCCRD

NOTA DE ABERTURA

SIM... A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO NOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL. !!

O tema central desta nossa Análise Associativa é duma grande pertinência e importância fundamentais, não só para o Associativismo Popular, para a nossa vida coletiva e em sociedade, mas fundamentalmente para a coesão social e territorial do nosso País, do desenvolvimento social, cívico, cultural e económico e do bem-estar das nossas populações.

Os trabalhos em presença atestam plenamente essa importância e de forma fundamentada trazem ao de cima o relevo da nossa revista, não só pela oportunidade do tema central, mas também pelo excelente conteúdo e dimensão de cada artigo, nas suas abordagens próprias, resultando inequivocamente, entre outros, três aspectos de grande relevância;

- O seu conteúdo rigoroso, científico e documentado como indispensável ferramenta aos Dirigentes Associativos.
- O reforço da consciencialização da força do MAP-Movimento Associativo Popular, dentro e fora do Associativismo perante o conteúdo dos estudos.
- O realce duma maior força e capacidade de reivindicação perante os Poderes constituídos.

Em resumo podemos dizer e sem nenhuma margem de erro que o tema e os trabalhos desta nossa publicação, coordenados pelo saber dum excelente coletivo, no esforço organizado da nossa estrutura OBAP-Observatório do Associativismo Popular, falam por si próprios e atestam da relevância destas abordagens:

- Olhando o Portugal esvaziado-Pessoas que saem e associações que não desistem
- Associativismo e Património Cultural.
- Conetividades socio territoriais em Portugal e desenvolvimento em áreas rurais.
- Associativismo, participação e cidadania.

Acrescendo ainda os artigos sobre:

- A Escola do Associativismo

e

- O papel das Mulheres no Associativismo Popular,
bem como o excelente testemunho em
- Usos de Antanho.

A nossa reconhecida gratidão a TODOS os autores destes trabalhos.

O Associativismo é mais do que um instrumento de organização comunitária. É uma força motriz de desenvolvimento sustentável, de bem-estar, de inclusão social e revitalização dos territórios de baixa densidade populacional.





SARA DIMAS FERNANDES

DIRETORA DA ANÁLISE ASSOCIATIVA
DOUTORADA EM MATEMÁTICA PELO IST-UL
MESTRE EM MECÂNICA E FÍSICA MATEMÁTICA
PELA FAC. CIÊNCIAS DA UL
LICENCIADA EM ANÁLISE MATEMÁTICA PELA
UNIVERSIDADE DE COMENIUS EM BRATISLAVA
PROFESSORA ASSOCIADA NA UNIVERSIDADE DE
ÉVORA
FOI VEREADORA E VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ÉVORA.
MEMBRO DA DIRECÇÃO DA CPCCRD

EDITORIAL

Se existe uma característica especial do Movimento Associativo Popular (MAP) ela é, sem dúvida, o profundo entrosamento com tudo o que a sociedade onde se insere contém. Este número da Revista Análise Associativa mostra bem essa realidade, trazendo, uma reflexão significativa sobre o Movimento Associativo em Territórios de Baixa Densidade Populacional (TBDP), levantando o véu sobre os problemas que as populações desses territórios sentem.

Desafiando os autores a escrever sobre Associativismo em Territórios de Baixa Densidade Populacional, compilamos nesta edição um rol de transversalidades entre os problemas e vivências do MAP e os da sociedade portuguesa num todo, neste meio século passado depois do 25 de Abril. Falando de Associativismo, estamos verdadeiramente a falar do nosso país, da sua história, das suas gentes, dos problemas que se agravaram e da enorme alegria que é trabalhar uns com os outros e fazer dos locais onde vivemos ou trabalhamos, sítios melhores, mais inclusivos, mais altruístas, mais generosos e mais solidários.

A enorme ternura que os dirigentes associativos têm pelas suas associações está claramente espelhada no artigo de Laurinda Figueiras, sem desfazer, nas iguarias que pululam pelo artigo fora, fazendo crescer água na boca a quem o leia. Fica-nos a vontade de ir à Meadela, Viana do Castelo, visitar a Ronda Típica.

O título do artigo de Alcides Monteiro, "OLHANDO O PORTUGAL ESVAZIADO: sobre as pessoas que saem e as associações que não desistem", diz tudo sobre a sua essência, mas não diz a profundidade do estudo que apresenta. Tanto a análise, como a procura e a apresentação de soluções, com enorme sentido crítico, sobre as medidas legislativas que têm vindo a acontecer, todas numa lógica de *top-down*, que, a manter, fará com que "nada de relevante seja feito para estancar a 'trajetória insustentável' e reverter o 'círculo vicioso' enfrentado pelos territórios do interior, despovoados, envelhecidos e empobrecidos." O artigo, todavia, termina, com uma nota de esperança "As associações não desistiram de estar nos territórios que as pessoas vão abandonando".

Ana Saraiva, depois de um enquadramento histórico que revisita a democracia cultural e a democratização da cultura, traz-nos exemplos de vivência associativa e fala-nos da enorme importância das autarquias e das suas políticas face ao Movimento Associativo. Fala-nos de Bandas Filarmónicas e de Ranchos Folclóricos, desfazendo a penumbra que sobre estes últimos caiu por serem de forma redutora conotados com a política folclorista do Estado Novo.

Luís Moreno traz-nos a perspectiva do Desenvolvimento Local de Base Comunitária, discutindo governança territorial e poder autárquico como fundamentais para a sustentação de um certo tipo de associativismo. O autor coloca, contudo, em cima da mesa "os desafios da cidadania ativa organizada face a consideráveis dependências municipais (...) que limitam o papel do associativismo na inovação social e na valorização do capital territorial dos TBD."

O texto trazido por Miguel Torres é de tal forma rico que dificilmente se consegue "apenas" passar por ele. Da análise sociológica do momento em que vivemos, do ponto de vista da (importância da) participação da população, e em particular, da população jovem, passa para a importância "do que fazemos para as pessoas com quem trabalhamos" com o exemplo concreto da Associação Cultural e Recreativa de Tondela, A Queima do Judas, que junta a genuína apetência popular para maledicência (como não relembrar Gil Vicente) com a necessidade de crítica organizada que leva ao estímulo para a mudança que os

jovens necessitam. Mas o texto oferece-nos muito mais do que uma experiência. Todo ele consiste numa análise culta e fundamentada, que inicialmente parece ir ao encontro do desalento, mas que, pelo contrário, é uma resposta íntegra àqueles que, sentindo-se impotentes, vão baixando os braços. De certa forma, na mesma linha de pensamento, a Mesa Redonda sobre o projecto-piloto da Escola do Associativismo traz-nos respostas às nossas hesitações. Juntámos à Mesa as autoras/mentoras do projecto, Rute Azevedo e Conceição Brazão, do Clube Recreativo da Delgada, com o Augusto Flor, que era, na altura do projecto-piloto, Presidente da Confederação e que dinamiza actualmente um projecto em Almada/Setúbal, com objectivos semelhantes e já com bons resultados. Ficou claro da conversa, que os objectivos centrais da Escola do Associativismo se mantêm actuais e que devemos seguir em frente com esta, mas também com outras, formas de fazer.

Mais um tema transversal é trazido por Sérgio Pratas, que escreve sobre a fraca participação das mulheres nos cargos dirigentes do MAP. Com uma pitada de humor, transcreve os antigos estatutos de uma associação onde “os sócios efetivos são todos os indivíduos do sexo masculino de maior idade (...) e os sócios auxiliares são todos os indivíduos do sexo feminino e ainda os masculinos de menor idade”. Aborda os dados do estudo publicado pela Almedina no livro *Associativismo Popular Português no século XXI*, e deixa pistas à CPCCRD para alterar a situação. Coloca a ênfase não na estatística, mas sim na questão da democraticidade e inclusão de que tanto nos orgulhamos no MAP.

Terminamos este número da Análise Associativa, com o recenseamento do livro “*O ASSOCIATIVISMO POPULAR PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI*”, publicado pela Almedina no ano que agora termina. Carlos Anjos resume-nos de forma sistemática o conteúdo e destaca as passagens relevantes de cada capítulo, abrindo o gosto para a leitura integral da obra, que consiste no maior estudo alguma vez realizado sobre o Movimento Associativo Popular Português.

A todo o grupo de trabalho e aos autores deixo o meu profundo agradecimento.

ALCIDES A. MONTEIRO

DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
DOCENTE NA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR (UBI)
INVESTIGADOR NO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E
ESTUDOS EM SOCIOLOGIA (CIES-ISCTE)

ANA SARAIVA

DOUTORADA EM ANTROPOLOGIA.
DIRETORA DE MUSEU-BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO
DA CASA DE BRAGANÇA

LUÍS MORENO

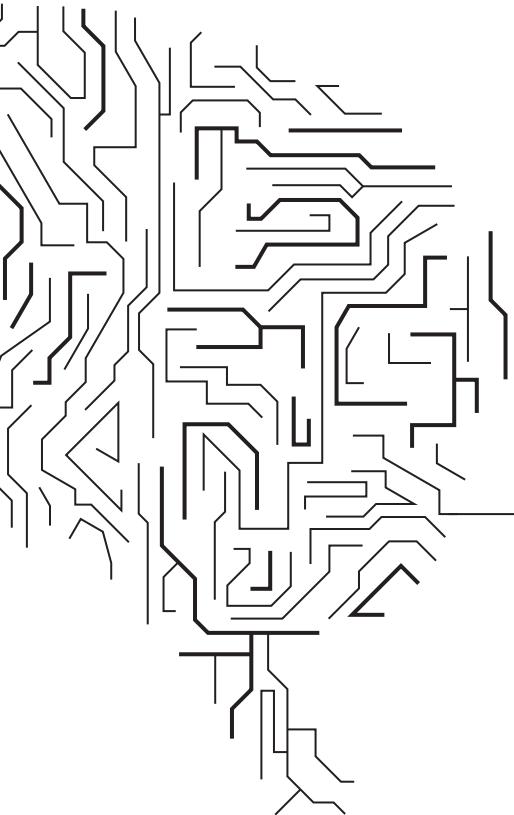
2002, DOUTORAMENTO EM GEOGRAFIA HUMANA,
UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS.

MIGUEL TORRES

ANIMADOR CULTURAL DESDE 1987 NA ASSOCIAÇÃO
CULTURAL E RECREATIVA DE TONDELA – ACERT,
EM TONDELA, COM O DIPLOMA EUROPEU DE
GESTÃO DE PROJECTOS CULTURAIS DA FUNDAÇÃO
MARCEL HICTER.

TEMA EM Destaque

**ASSOCIATIVISMO EM TERRITÓRIOS
DE BAIXA DENSIDADE POPULACIONAL**



ALCIDES A. MONTEIRO

DOUTORADO EM SOCIOLOGIA
DOCENTE NA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR (UBI)
INVESTIGADOR NO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E
ESTUDOS EM SOCIOLOGIA (CIES-ISCTE)

ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO:
DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL
ASSOCIAÇÕES E VOLUNTARIADO
INVESTIGAÇÃO-AÇÃO
ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA
EMPREENDEDORISMO SOCIAL E INOVAÇÃO SOCIAL

OLHANDO O PORTUGAL ESVAZIADO:
sobre as pessoas que saem e as associações
que não desistem

- SOBRE AS PESSOAS QUE SAEM

O termo *España vaciada* (Espanha esvaziada), ou por vezes *España vacía* (Espanha vazia), faz referência à realidade enfrentada pelo país vizinho, a do êxodo rural que afetou uma larga parte do seu território, sobretudo a partir dos anos 50 e 60 do século passado. Uma boa parte do território espanhol, quase 90% do mesmo, tem vindo a perder população, num processo que se afigura imparável e para o qual parecem faltar medidas que o possam reverter. Pelo menos, este é o entendimento partilhado por inúmeros movimentos de cidadãos que se formaram para denunciar esta realidade e as suas consequências nefastas (abandono das terras, falta de oportunidades de emprego, mas também de mão-de-obra, encerramento das escolas e dos serviços públicos, degradação da qualidade ambiental...), e apelar à estruturação de um novo modelo de desenvolvimento, mais equilibrado e justo, para todo o país.

Decorrente deste movimento de luta contra o despovoamento dos territórios interiores de Espanha, em 2021 surgiu um novo partido político, precisamente denominado de “*España Vaciada*”, em cujo manifesto se pode ler:

España Vaciada é uma proposta política que, perante a confrontação partidária, alimentada por disputas estéreis que impedem acordos, ocultam problemas crónicos e impossibilitam decisões comuns, tem a vontade de incorporar consensos para construir leis e políticas de grande alcance, como o Pacto de Estado contra o despovoamento, para integrar a visão de todos os territórios e as diferentes perspetivas políticas democráticas. *España Vaciada* representa os movimentos sociais contra o despovoamento e aqueles que partilham os seus valores, para promover medidas políticas que resolvam os problemas reais¹.

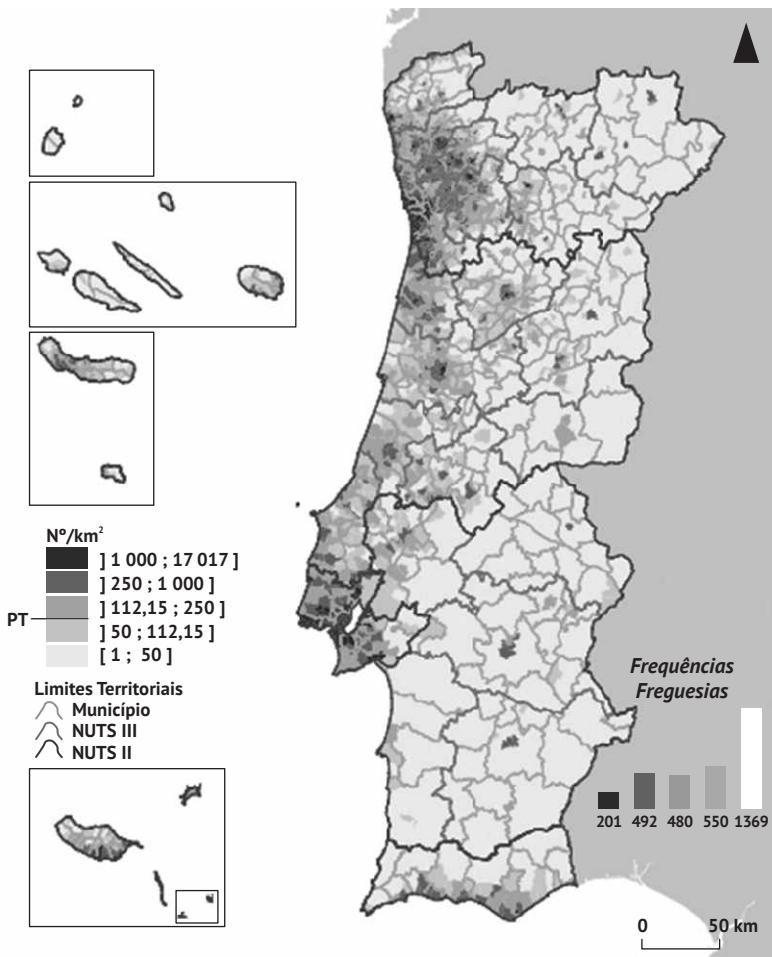
Este breve introito tem como propósito o de mostrar que a questão do despovoamento e matérias afins tem merecido em Espanha uma atenção significativa, foco de debates intensos e de uma mobilização da sociedade civil. Uma mobilização que se transformou mesmo em partido político, com o que isso representa em termos de legitimidade democrática para obrigar as instâncias públicas a discutirem e a deliberarem sobre o tema.

¹ <https://espanavaciada.org/somos/>

Por sua vez, a força do debate em Espanha contrasta flagrantemente com o sucedido em Portugal, tal como Carlos Taibo faz questão de justamente sublinhar no seu livro *Iberia Vaciada – Despoblación, decrecimiento, colapso*: “... esse debate falta, ou é muito mais débil, em Portugal” (2021: s/p). E não é seguramente por no nosso país enfrentarmos uma realidade menos gravosa que essa ausência se verifica, tal como o revelam as evidências estatísticas, e outras.

Para aclarar a magnitude do fenómeno, permitimo-nos fazer uso dos dados estatísticos mais recentes disponibilizados pelos Censos 2021, ainda que de forma sumária (INE, 2023).

FIGURA 1 Densidade populacional por freguesia, 2021

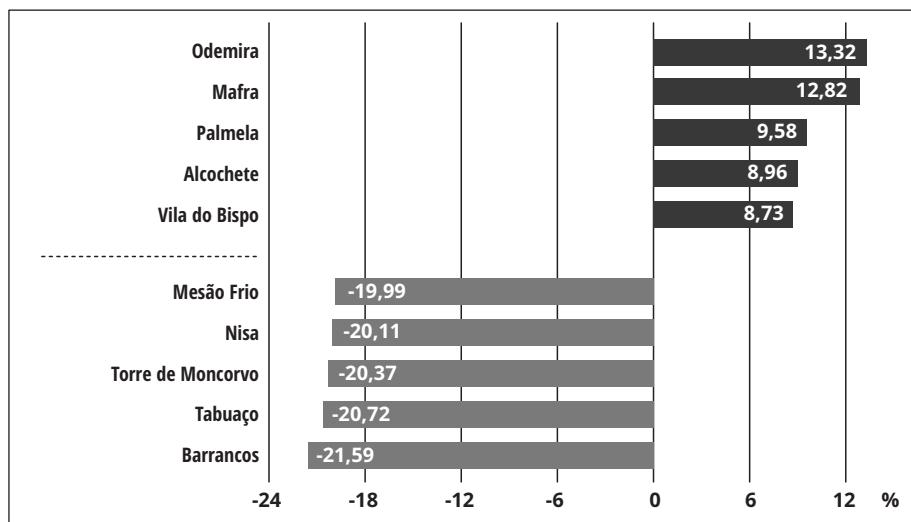


Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação

A revelação das assimetrias demográficas, em termos de densidade populacional, que caracterizam o território continental português é desde logo patente no modo como permanece o contraste entre o litoral (mais precisamente a faixa compreendida entre Viana do Castelo e Setúbal, e a faixa litoral algarvia), e os restantes territórios do país (Figura 1). Apenas algumas capitais de distrito e sedes de concelho destoam do povoamento disperso que é marca do interior de Portugal, e mesmo de algumas zonas do litoral (o exemplo do Alentejo).

Mas tal disparidade não só se mantém, como tende a agravar-se. É essa a constatação que decorre da evolução da população residente. Entre 2011 e 2021, o Algarve (+3,62%), a Área Metropolitana de Lisboa (+1,71%), o Cávado (+1,57%) e o Oeste (+0,27%) foram as únicas sub-regiões NUTS III a registar um aumento populacional. Apenas com uma exceção, a do município de Odemira (+13,32%), os municípios com maior crescimento situam-se nessas sub-regiões: Mafra (+12,82%), Palmela (+9,58%), Alcochete (+8,96%), Montijo (+8,71%), Vila do Bispo (+8,73%), Albufeira (+8,17%), Lagos (+7,87%) e Portimão (+7,61%). No oposto, em 12 das 25 sub-regiões NUTS III, localizadas maioritariamente no interior do país, a totalidade dos municípios registaram taxas de variação negativas da população. Os municípios de Barrancos (-21,59%), Tabuaço (-20,72%), Torre de Moncorvo (-20,37%) e Nisa (-20,11%), perderam na última década cerca de 20% da sua população (Figura 2).

FIGURA 2 Os cinco municípios com as maiores e menores taxas de variação da população residente, Portugal, 2011-2021

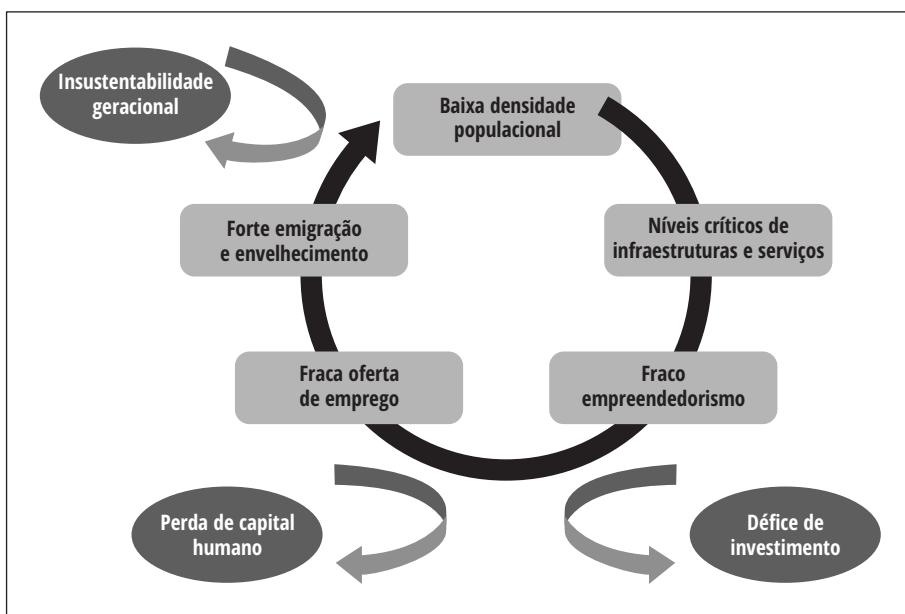


Fonte: INE, Recenseamentos da População e Habitação

Estas são algumas das razões que nos autorizam a falar de um Portugal esvaziado, à semelhança do sucedido na vizinha Espanha. “Esvaziado”, mais do que “vazio”, uma vez que a primeira denominação parece refletir melhor o facto de estarmos perante um processo, que pode ainda evoluir para maiores desequilíbrios, mas que simultaneamente, como dinâmica, também pode ser objeto de reparações ou práticas mitigadoras.

Para além dos dados estatísticos, alguns estudos e relatórios têm vindo descrever a situação, por vezes acompanhada de propostas para a sua correção. Retemos o exemplo do *Programa Nacional para a Coesão Territorial* (ou PNCT), apresentado em finais de 2016 e da responsabilidade da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI). O referido Programa foi oportunamente acompanhado de um diagnóstico sobre o país e a interioridade, o “Interior em Números”², que antecedeu a definição de um elenco de 160 medidas de natureza interministerial tendentes ao “desenvolvimento do território do interior”.

FIGURA 3 O “ciclo vicioso” dos territórios de baixa densidade



Fonte: UMVI, 2016

² O PNCT foi posteriormente revisto e renomeado em 2018, passando a receber a designação de *Programa de Valorização do Interior*. Em 2020 foi aprovada a sua última revisão.

De acordo com o mencionado diagnóstico, “cerca de 2/3 do território nacional”, correspondente a 165 concelhos num total de 278 que compõem o território continental, enfrenta condições de desfavorecimento decorrentes do acentuado despovoamento, envelhecimento e empobrecimento dessas regiões. São territórios subordinados a uma “trajetória insustentável”, tal como foi rotulada no documento, que tende a agravar-se e coloca em causa a coesão económica e social do país. Pelo que urge reverte-la, particularmente quando se percebe que ela configura um “círculo vicioso” de vários aspectos que se associam e reforçam mutuamente (Figura 3): outros traços demográficos (forte emigração e envelhecimento), económicos (escassez e fraca diversidade de atividades económicas, elevada taxa de desemprego), urbanos (insuficiente dimensão da maioria dos seus centros urbanos), institucionais (reduzido leque de entidades com atribuições e competências de proximidade) e relacionais (fracas redes de parcerias e deficientes taxas de participação e envolvimento da população) (UMVI, 2016, Anexo, 5-6).

Sobre as prioridades para a inversão da situação, diz-se:

São várias as teorias de crescimento e desenvolvimento endógeno, e quase todas entendem o capital humano e a acumulação de conhecimento e de progresso tecnológico como alavancas. O quebrar do ciclo vicioso da baixa densidade passa, essencialmente, por dois mecanismos charneira: inversão das tendências demográficas e investimento. A fixação das populações, a formação do capital humano, a inovação e o desenvolvimento e as cidades funcionais são genericamente entendidas como a base para um crescimento e desenvolvimento territorial coesivo, inteligente, inclusivo e sustentável. (UMVI, 2016, Anexo, 8)

Na sequência, foram identificadas mais de cento e sessenta medidas concretas, cuja implementação foi atribuída aos Ministérios que tutelavam as respetivas áreas de governo, ainda que seja feita menção à “desejada articulação com os agentes presentes no território” (UMVI, 2016, p. 6) ou à criação de grupos de trabalho para a operacionalização da Agenda para o Interior.

Num texto anterior (2019b), usámos o exemplo do PNCT para refletir sobre o que nos surgia como uma importante ausência nos documentos elaborados, a de

um plano estratégico, ou “método” para a concretização dos objetivos e medidas delineados. Coube perguntar: “Como irá ser implementado o Programa nos diferentes territórios? Quais as formas de governação ou de governança a adotar? Qual o protagonismo das gentes que povoam estes territórios, e das organizações que as representam, na implementação de um programa que a elas se dirige e que ambiciona moldar o seu futuro?” (2019b: 128). Mais ainda, as escassas orientações dadas nesse domínio remetiam para a prossecução e manutenção de uma lógica *top-down*, ou uma linha de política em que os objetivos são territoriais e centrados nas pessoas, mas a sua concretização continua dependente dos órgãos do governo central (neste caso, os ministérios) e dos seus peritos. Na sequência, alertámos para a necessária definição de um modelo de governança que fosse alargada e conferisse o devido protagonismo aos atores locais (empresas, organizações locais, associações e outras partes interessadas) na busca de soluções para os desafios enfrentados. Sob pena de nada de relevante ser feito para estancar a “trajetória insustentável” e reverter o “círculo vicioso” enfrentado pelos territórios do interior, despovoados, envelhecidos e empobrecidos.

No âmbito deste novo texto, desejamos retomar e prolongar o debate, agora sobre o papel e o lugar das associações, com particular destaque para as que assumem fins altruísticos, em territórios de baixa densidade populacional. Primeiramente, porque a presença de associações nestes territórios é muito significativa e contrasta com a perda de população. Depois, porque aquele que tem sido o seu papel e as funções que desempenham transformam-nas em protagonistas incontornáveis quando se ambiciona dar um futuro diferente aos territórios esvaziados.

- SOBRE AS ASSOCIAÇÕES QUE NÃO DESISTEM

Desde 2013, o setor da “economia social” passou a usufruir em Portugal de reconhecimento jurídico e definição legal própria, com a criação *Lei de Bases da Economia Social* (Lei nº 30/2013, de 8 de maio). Nela se estabelecem, entre outras dimensões, a delimitação do conceito de economia social a partir de uma abordagem tripartida: a definição da economia social (artigo 2º), a enumeração das entidades que a integram (artigo 4º) e a enunciação dos seus princípios orientadores (artigo 5º). Sobre as entidades que a integram, elas são as seguintes:

“a) As cooperativas; b) As associações mutualistas; c) As misericórdias; d) As fundações; e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) As entidades abrangidas pelos subsetores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social; h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social, previstos no artigo 5.º da presente Lei, e que constem da base de dados da economia social”.

Para o interesse deste texto, importa reter que as associações passaram a partir daí a integrar formalmente “uma galáxia constituída pelas suas constelações, por sua vez compostas pelos seus astros autónomos” (Namorado, 2017: 5). Sendo que o setor associativo, como o demonstra a *Conta Satélite da Economia Social* (INE / CASES: 2023), é indubitavelmente a maior “constelação” dentro desta “galáxia”. Isto é, o grupo das Associações com Fins Altruísticos (ACFA) congrega mais de 90% das entidades da economia social (ES), segundo dados de 2020.

A *Conta Satélite da Economia Social*, com dados de 2019 e 2020, elaborada em parceria entre o Instituto Nacional de Estatística (INE) e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) é o único instrumento de que dispomos atualmente para conhecer a extensão e relevância da economia social em Portugal, assim como de cada um dos grupos de entidades que a compõem. Nem sempre os dados estão suficientemente desagregados como seria desejável, mas, ainda assim, possibilitam análises que importa ter em atenção.

TABELA 1 Distribuição dos principais indicadores, por grupos de entidades

Grupos de entidades	Unidades (nº)	Emprego (ETC)	Remun. (10 ⁶ €)	VAB (10 ⁶ €)
Cooperativas	2 153	23 530	610	725
Associações mutualistas	91	4 949	189	327
Misericórdias	376	41 308	658	660
Fundações	618	14 407	355	370
Associações com Fins Altruísticos (ACFA) e Subsetores Comunitário e Gestor (SCA)	70 315	159 590	3 089	3 515
Economia Social	73 574	243 783	4 901	5 597

Fonte: INE/CASES (*Conta Satélite da Economia Social*)

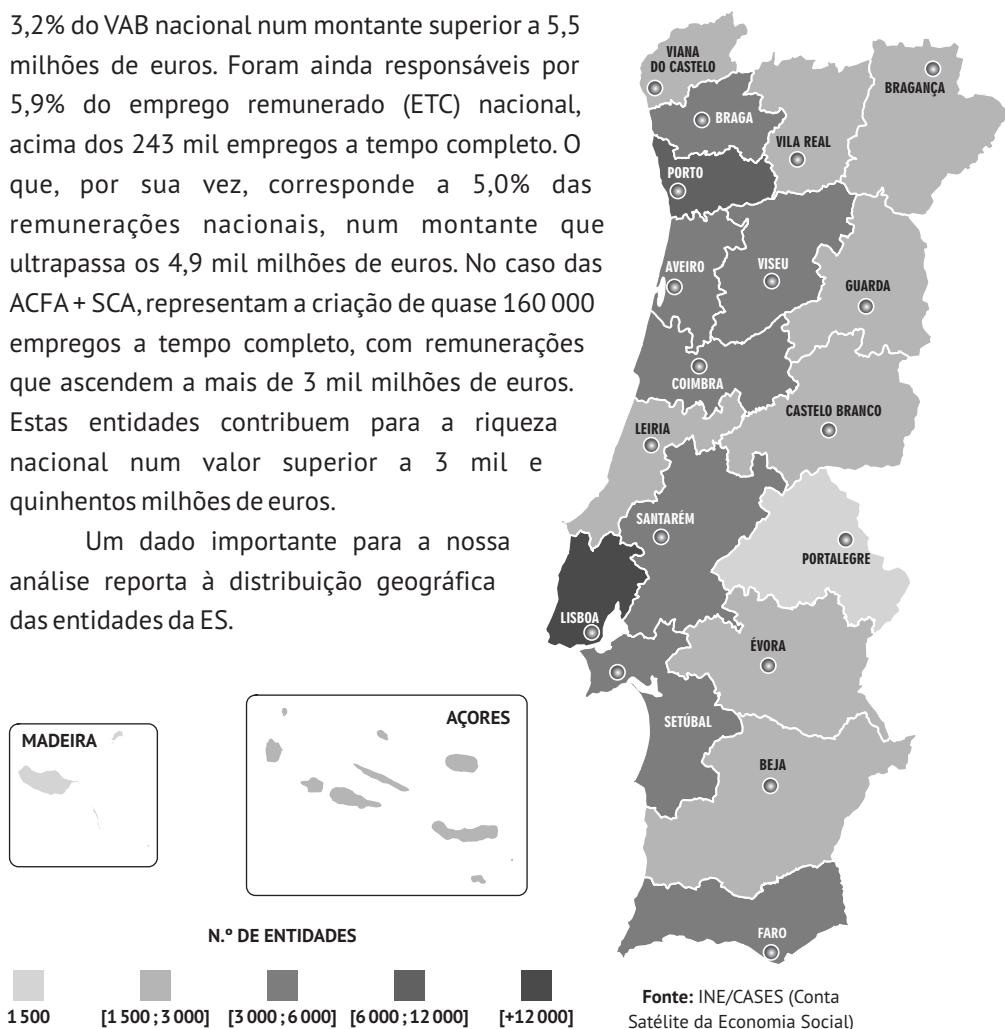
Em 2020, foram identificadas 73 851 entidades da ES. Desses, as Associações com Fins Altruísticos (ACFA), em conjunto com os Subsetores Comunitário e Autogestionário (SCA) agregavam mais de 95% do total, ou seja, 70 613 entidades (Tabela 1). Especificando mais, o número de ACFA era de 68 996 e foram recenseadas 1 617 SCA.

Cerca de 47% das ACFA desenvolviam a sua atividade na área da cultura, comunicação e atividades de recreio, seguindo-se a religião (12,3%) e os serviços sociais (9%).

Atestando a importância económica do setor, em 2020, as entidades da ES foram responsáveis por 3,2% do VAB nacional num montante superior a 5,5 milhões de euros. Foram ainda responsáveis por 5,9% do emprego remunerado (ETC) nacional, acima dos 243 mil empregos a tempo completo. O que, por sua vez, corresponde a 5,0% das remunerações nacionais, num montante que ultrapassa os 4,9 mil milhões de euros. No caso das ACFA + SCA, representam a criação de quase 160 000 empregos a tempo completo, com remunerações que ascendem a mais de 3 mil milhões de euros. Estas entidades contribuem para a riqueza nacional num valor superior a 3 mil e quinhentos milhões de euros.

Um dado importante para a nossa análise reporta à distribuição geográfica das entidades da ES.

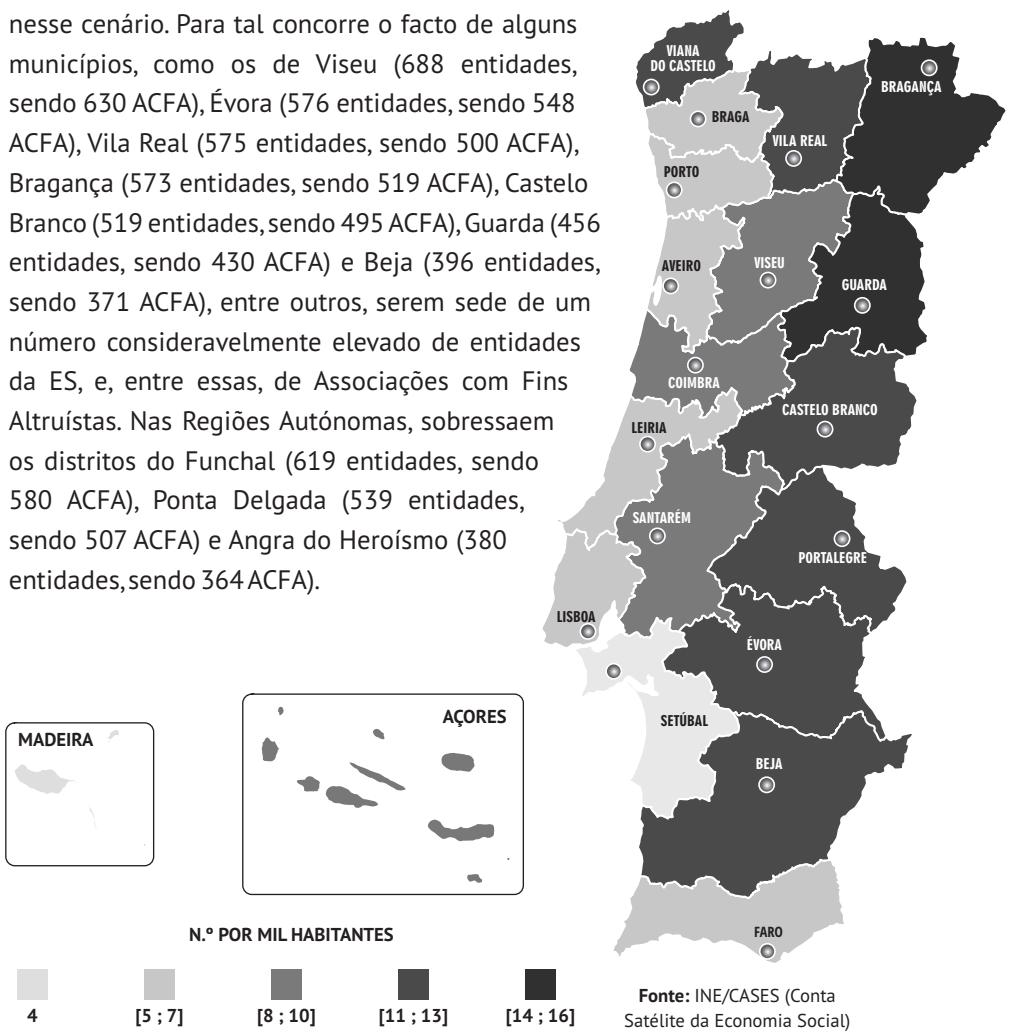
FIGURA 4 Distribuição das entidades da ES, por Distrito (2020)



Numa ótica territorial, considerados os distritos administrativos, constata-se a já expectável tendência de litoralização, com particular relevo para a concentração das entidades nos distritos de Lisboa e Porto, mas também nos de Braga e Aveiro (Figura 4). As entidades da ES são mais comuns onde há mais população.

Todavia, quando considerada a distribuição dessas entidades por mil habitantes (Figura 5), a situação inverte-se, encontrando-se as médias mais elevadas nos distritos do interior, em especial no Norte. Os distritos de Bragança e da Guarda destacam-se nesse cenário. Para tal concorre o facto de alguns municípios, como os de Viseu (688 entidades, sendo 630 ACFA), Évora (576 entidades, sendo 548 ACFA), Vila Real (575 entidades, sendo 500 ACFA), Bragança (573 entidades, sendo 519 ACFA), Castelo Branco (519 entidades, sendo 495 ACFA), Guarda (456 entidades, sendo 430 ACFA) e Beja (396 entidades, sendo 371 ACFA), entre outros, serem sede de um número consideravelmente elevado de entidades da ES, e, entre essas, de Associações com Fins Altruístas. Nas Regiões Autónomas, sobressaem os distritos do Funchal (619 entidades, sendo 580 ACFA), Ponta Delgada (539 entidades, sendo 507 ACFA) e Angra do Heroísmo (386 entidades, sendo 364 ACFA).

FIGURA 5 Número de entidades da ES (2020) por mil habitantes (2021), por Distrito



Dos dados estatísticos disponíveis extraem-se informações que atestam a importância económica e social, mas também cultural e política como adiante se verá, do setor da economia social em Portugal. E consequentemente, porque dentro desta o peso do setor é esmagador, das Associações com Fins Altruísticos.

Ao nível do país, a riqueza gerada por este setor era, em 2020, superior aquela gerada pela Agricultura, Silvicultura e Pesca (2,5% do VAB)³ ou pelo setor da indústria têxtil vestuário e couro (2,2% do VAB), só para citar dois exemplos. Também é muito significativo o seu contributo para a criação de emprego, a par do seu papel na distribuição de riqueza para as pessoas e as famílias por via das remunerações, tal como ilustrado pelos dados antes referidos.

Por sua vez, a presença nos territórios (distritos, concelhos, freguesias, lugares), particularmente naqueles a que aqui nos reportamos, impacta sobre a vida dos que lá residem. Através das análises em que nos temos envolvido (Animar/ ADCM/ ICE, 2013; Monteiro, 2004, 2019b; Monteiro & Fragoso, 2023), mas também acompanhando de perto a ação de muitos grupos locais, tornou-se para nós empiricamente evidente que as associações são agentes importantes nestes territórios, a muitos níveis. Por exemplo, quando assumem a criação e gestão de valências e serviços, em domínios como o cuidado às crianças ou idosos. Também quando, na ausência de uma política pública de apoio ao desporto, são os clubes desportivos locais a facultarem às populações a oportunidade de praticarem o desporto nas suas distintas modalidades. O mesmo sucede ao nível das ações de disseminação da cultura e de atividades recreativas. A permanência nos territórios e as atividades que promovem têm impacto na economia local, pois significam aquisição de bens e serviços às empresas próximas, e a criação de postos de trabalho. Nesse campo específico, temos observado como as associações, a par dos municípios, surgem em certas regiões como as entidades que mais empregam quadros superiores, e não exclusivamente na área social. E o que isso significa em matéria de fixação de casais jovens e pessoas em idade ativa em comunidades muito envelhecidas.

Estes são apenas alguns exemplos da relevância que estas associações assumem nos territórios, relembrando que, tal como mostram os dados disponibilizados pelo INE/CASES, as associações não desistiram de estar nos territórios que as pessoas vão abandonando.

¹ Dados do INE

- AS ASSOCIAÇÕES: PARCEIRAS INCONTORNÁVEIS NAS DINÂMICAS DE REVITALIZAÇÃO

Muito já se tem escrito sobre quais são as possíveis alternativas, de desenvolvimento, para reverter o “círculo vicioso” enfrentado pelos territórios esvaziados. Não cabe neste texto elencar as propostas entretanto advogadas, que são muitas e de geometria variável. Apenas uma breve digressão por algumas delas, permite perceber que o sentido do debate não é único (Tabela 2):

TABELA 2 Propostas para os territórios do interior / rurais / esvaziados

FONTE	PROPOSTA
Barca, 2009	Face a outras estratégias que não assumem explicitamente um foco territorial ou mesmo “o escondem atrás de um ecrã de auto-proclamada cegueira espacial”, adovgar as vantagens de formas de provisão de bens e de serviços que sejam integradas e adaptadas aos contextos, de intervenções públicas baseadas no conhecimento local, verificáveis e submetidas a escrutínio, enquanto são valorizadas as ligações entre os lugares.
Gill, 2010	Opposta a uma política de base territorial, que pode ser “bondosa e bem-intencionada” mas contraproducente, a apostar em três instrumentos de integração: a melhoria das instituições “espacialmente cegas”, como sejam a educação, a saúde ou a segurança; o investimento em infraestruturas que facilitem a conexão espacial (transportes inter-regionais e serviços de informação e de comunicação); e incentivos a determinados “alvos” espacialmente identificados, que podem ser a agricultura, a agroindústria, os sistemas de irrigação ou a formação profissional.
UMVI, 2016	Uma Agenda para o Interior, com mais de 160 medidas, orientada para a “fixação das populações, a formação do capital humano, a inovação e o desenvolvimento e as cidades funcionais”, com implementação atribuída aos Ministérios, ainda que com recurso à criação de grupos de trabalho e à articulação com os agentes presentes no território.
Adam- Hernadéz and Hartisen, 2019	Aposta na “resiliência” das comunidades rurais, assente nos seguintes princípios: relações sociais e redes; processos de aprendizagem, educação e autorreflexão; valores, atitudes e crenças; ação e tomada de decisões comunitárias; liderança e pessoas-chave; diversidade e integração; equilíbrio entre pessoas, ambiente e economia; serviços públicos básicos e infraestruturas.
Taibo, 2021	O que fazer com a “Ibéria esvaziada”: preservar (conhecimentos decisivos, redes de solidariedade e de sociabilidade, modos de vida, “renovada relação com a terra”); recuperar (“elementos saudáveis do passado”, como modelos de autossustentabilidade e instâncias de democracia de base); introduzir (agroecologia, energias renováveis e autónomas, repensar a ordenação do território) e rejeitar (a agroindústria, a destruição dos bosques, os modelos hidráulicos mastodônticos).

Fonte: elaboração própria

Independentemente das soluções advogadas, uma coisa parece certa: a lógica *top-down* não surge como solução plausível, tanto porque ela não se tem revelado eficaz para inverter a espiral de despovoamento, como porque o governo central está cada vez mais alheado deste problema e não prioriza o interior e os seus problemas quando define a agenda governativa. Assim, parece-nos claro que a procura de alternativas para os territórios esvaziados obriga a definir novas vias que, para além de outras dimensões, passam por: aproveitar melhor os recursos e experiência dos agentes locais, nomeadamente as associações; adotar novos procedimentos de governança, que confirmam ao tecido associativo e à ação coletiva local um maior destaque na interpretação dos problemas e na conceção e execução de soluções.

Na perspetiva do que as associações podem contribuir para alterar o status quo, é essencial olhar para o que tem sido o seu papel nos territórios despovoados, e que deve por consequência considerar-se como elemento de uma dinâmica de mudança. Na Tabela 3 identificamos as dimensões da sua intervenção.

TABELA 3 Dimensões da intervenção associativa

EXECUÇÃO	PROTAGONISMO
<ul style="list-style-type: none">• Execução de serviços públicos• Representação de interesses• Colmatar as lacunas do mercado e do Estado	<ul style="list-style-type: none">• Projetos próprios• Serviços à população• Arbitrar iniciativas de ação positiva
APRENDIZAGEM	TRANSFORMAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• Escolas de cidadania• Empoderamento e emancipação• Voluntariado• Formação de novas lideranças	<ul style="list-style-type: none">• Democracia participativa• Capital social• Governança• Novas causas (ambientais, etc.)

Fonte: elaboração própria

Começando por uma evidência inquestionável, as associações têm sido auxiliares funcionais do Estado na concretização das políticas públicas. Numa altura em que os serviços públicos tendem a deslocar-se das regiões mais despovoadas para as mais populosas, as associações são mandatadas e financiadas para criar e gerir serviços de apoio à população, por exemplo nas

áreas da infância, apoio à população idosa, desporto ou cultura. Paralelamente, são a voz de interesses locais (grupos profissionais, interesses territoriais, especificidades da cultura local, etc..) junto do poder público. No desempenho desse papel, as associações surgem como as entidades, do terceiro setor, que colmatam as lacunas do Mercado e do Estado, particularmente nas regiões e comunidades mais depauperadas.

Mas as associações não se limitam a executar incumbências do Estado, são também protagonistas, em nome próprio, de inúmeras ações que concebem e concretizam. Merecem relevo os projetos, valências e equipamentos, cujas necessidades são identificadas a partir de diagnósticos locais, colocados ao serviço da comunidade, e implementados pelas respetivas equipas técnicas. Para além disso, as mesmas entidades desempenham a função de arbitrar iniciativas de ação positiva que operam em proveito das mulheres, das minorias, de famílias e outros grupos desfavorecidos, como por exemplo os Bancos Alimentares.

Numa outra dimensão, inúmeras associações permanecem fiéis a uma tradição historicamente sua, a de serem espaços de aprendizagem e formação cidadã. São escolas onde se aprendem os valores da solidariedade, da participação, da democracia. São também, ou podem ser, espaços de empoderamento e de emancipação, particularmente dos grupos mais indefesos. E são também, por direito, os centros de promoção do voluntariado, ao mesmo tempo que ajudam a fazer emergir novas lideranças.

Como quarta dimensão da sua intervenção, aquela que decorre do seu contributo para a transformação da sociedade, extravasando os limites dos espaços em que se sediam. Muitas associações estão empenhadas em recuperar modelos de autossustentabilidade e práticas de democracia de base. São ainda o molde e o cimento da coesão social, na medida em que participam na consolidação de redes de relacionamento, horizontais e verticais, entre indivíduos e/ou organizações, ou seja, criam capital social. Capital esse que ajuda a estruturar novas formas de governança, ou de articulação entre vários níveis de decisão. Por fim, sublinhe-se o que tem sido o seu papel central na defesa de novas causas civilizacionais, como as ambientais ou de género, entre outras.

Naturalmente, não é expectável que cada associação incorpore todas estas dimensões na sua ação. Ou que todas elas alinhem pelas mesmas prioridades e formas de atuar. Mas, tal como lembra a *Lei da Economia Social*, há

princípios que são comuns a todas as entidades que ambicionam integrar esta “galáxia”. E que devem pautar a sua existência.

Para além do aproveitamento dos recursos e experiência por elas detidos, perspetivamos que a procura de alternativas para os territórios esvaziados passa também por dar mais relevância ao contributo das associações, no quadro de práticas de governança que sejam alternativas a lógicas de decisão centralizadora, e reformadoras dessa prática. Por governança, entendemos a articulação entre vários níveis de decisão, acrescentando protagonismo aos níveis locais, a promoção do experimentalismo e a mobilização dos atores locais, bem como a valorização de processos de aprendizagem alimentados por dinâmicas de avaliação prospectiva e de impactos (Monteiro, 2019b).

Ao nível dos processos de decisão, é concebível que o Estado continue a estabelecer prioridades para o país e a garantir a coerência entre os diversos domínios e instâncias de governo. Assim como se espera que, numa postura flexível e dialogante, transmita orientações claras para os agentes locais e informe uma visão integrada sobre o futuro. Mas a complexidade dos problemas e a ausência de soluções evidentes exigem a mobilização de saberes e de recursos diferentes e complementares. Pelo que é fundamental garantir um regime de cooperação com os agentes locais, tanto ao nível da interpretação da realidade local nas suas especificidades – a “desocultação do oculto” (Animar/ADCM/ICE, 2013) – como da conceção (co-elaboração e co-construção) das políticas públicas. Ou seja, a valorização do princípio da subsidiariedade.

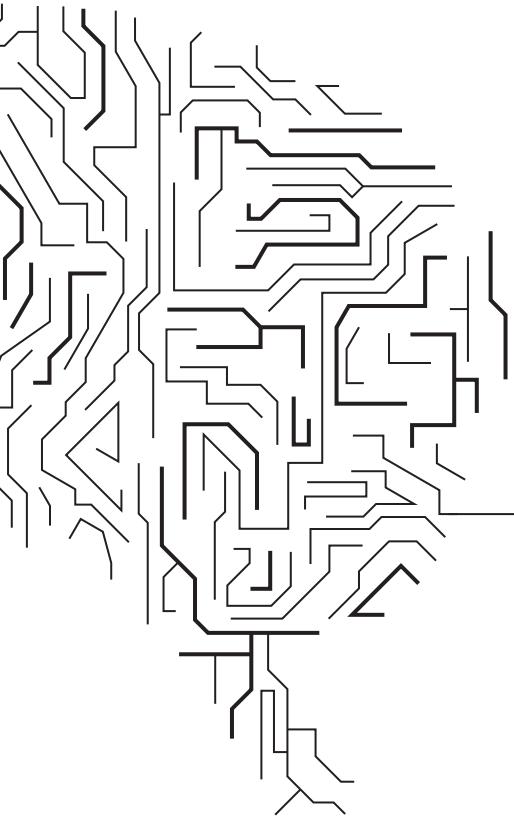
Para além de alterar os modelos de decisão, a adoção de práticas de governança exige outras qualidades, a favor da sua consistência. Entre elas, a de facultarem contextos (mais momentos) e processos (outras metodologias) que favoreçam a participação direta das populações nas decisões que as afetam diretamente. Por outro lado, encarar essas práticas como oportunidades de mútua aprendizagem, experimentação e inovação. O saber dos peritos deve ser completado com o conhecimento dos locais, do mesmo modo que o saber local reconhece o benefício do seu confronto com a experiência de quem atua noutras latitudes. Ainda a favor de uma pedagogia da aprendizagem, interessa investir em processos continuados de autoavaliação e de monitorização. Isto é, incorporar o conhecimento adquirido ao longo da prática, e de práticas anteriores, no desenho de novas soluções.

- NOTA FINAL

Tal como foi sendo ilustrado ao longo do texto, as associações permanecem nos territórios dos quais as famílias mais jovens foram saindo, muitas vezes por falta de oportunidades, acompanhado do fecho de serviços e empobrecimento da atividade económica. Nos locais do Portugal esvaziado, são protagonistas de um saber, resiliência e criatividade, essenciais para a resolução dos problemas locais e garantia de uma qualidade de vida para quem permanece. Por tudo isso, merecem ser respeitadas e ouvidas. E ter lugar de destaque à mesa das decisões, em nome de um futuro melhor para estas regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam-Hernández, Alistair, and Ulrich Harteisen (2019), "A Proposed Framework for Rural Resilience – How can peripheral village communities in Europe shape change?", *AGER: Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, 28, pp. 7-42.
- Animar/ ADCM/ ICE (2013), ASAS – *Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia*, Lisboa, Animar/ ADCM/ ICE.
- Barca, Fabrizio (2009), *An agenda for a reformed cohesion policy: A place-based approach to meeting European Union challenges and expectations*, Brussels, European Commission.
- Gill, Indemet (2010), "Regional development policies: Place-based or people-centred?", *VoxEU.org – CEPR's policy portal*.
- INE / CASES (2023), *Inquérito ao Setor da Economia Social 2019-2020*, INE / CASES.
- Monteiro, Alcides A. & Fragoso, António (org.) (2023), *Desenvolvimento Local em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- Monteiro, Alcides A. (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto.
- Monteiro, Alcides A. (2019a), "Rede de Casas da Floresta: desenvolvimento local e inovação social em meio rural", in Matos, Pedro V., Lopes, José Dias & Muylder, Catarina F. (Eds.), *Inovação Social – Casos na Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, pp. 233-257.
- Monteiro, Alcides A. (2019b), "Territórios do Interior, Coesão Territorial e Modelos de Governança: a propósito do programa nacional para a coesão territorial", *Sociologia OnLine*, 19, pp. 127-151.
- Namorado, Rui, (2017), *O que é a Economia Social*, Coimbra, CECES / FEUC.
- Taibo, Carlos (2021), *Iberia Vaciada. Despoblación, decrecimiento, colapso*, Fuencarral, Los libros de la Catarata.
- UMVI (2016), *Programa Nacional para a Coesão Territorial*, Lisboa, Governo de Portugal.



ANA SARAIVA

DOUTORADA EM ANTROPOLOGIA

FOI TÉCNICA SUPERIOR NAS CÂMARA MUNICIPAIS DE GÓIS, GAVIÃO E OURÉM. NESTA ÚLTIMA COM A CHEFIA DA DIVISÃO DE AÇÃO CULTURAL

FAZ PARTE DOS QUADROS DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL / MUSEUS E MONUMENTOS DE PORTUGAL E.P.E.

ATUALMENTE É DIRETORA DE MUSEU-BIBLIOTECA DA FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA

ASSOCIATIVISMO E PATRIMÓNIO CULTURAL:

Lugares comuns num paraíso distante

1 – RETROSPETIVA BREVE

O associativismo cultural agrega um longo historial construído paulatinamente ao longo de séculos, com períodos e episódios que foram significativos para a sua conceção e consolidação.

O reconhecimento da sua presença e importância tem sido objeto de vários e oportunos estudos que nos apresentam dados e perspetivas em torno da génese e do percurso do movimento associativo, com alusão a momentos-chave no panorama internacional e nacional, a contextos, contornos, características e variações, bem como aos seus protagonistas e destinatários. Servem como exemplo alguns estudos mais recentes (e.g. Silva, 2002; Caninas, 2010; Magrinho, 2016; Bernardo & Matos, 2018; Rocha & Cunha, 2019; Ferraz, 2023; Fernandes *et all*, 2023).

Em 2010, no estudo “*Associativismo e defesa do património (1980-2010)*” (2010), João Caninas abordou os aspetos gerais do percurso associativo em contexto de democracia do pós 25 de Abril, realçando aspetos das atividades associativas, e às relações interassociativas e destas com a sociedade civil e com o Estado. Políticas, instrumentos legais e executivos em torno da defesa do ambiente e do património cultural foram também objeto de reflexão.

Em “*A Defesa e Salvaguarda do Património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974 - 1997)*”, Sofia Magrinho (2016) reflete sobre a trajetória e realidade deste movimento associativo através de uma análise histórica da participação da sociedade civil na organização da intervenção patrimonial em Portugal, nomeadamente ao nível da definição de políticas públicas para o setor do património cultural. Incontornável é também a publicação “*Associativismo Popular e Democracia Cultural*” em *Análise Associativa*, com contributos transversais e atuais de um coletivo de investigadores e dirigentes sobre o papel do associativismo cultural para a democracia cultural em Portugal, com uma reflexão crítica aturada e pertinente em torno das políticas públicas no setor (Fernandes (Dir.) 2023).

Passo em revista alguns contextos e iniciativas que foram marcantes para os processos participativos dos cidadãos, refletidos designadamente na consolidação do movimento associativo na área da cultura. Recuando aos conceitos da Grécia antiga de Platão, tomamos contacto com a participação coletiva, ainda que circunscrita aos designados homens livres, como suporte da

ordem pública através da voz ativa em decisões relacionadas com a vida comum da cidade (Vieira, 2008, pp. 82-83).

Já no século XIX, a revolução francesa e a emergência do conceito de estado-nação marcariam uma nova etapa da participação cidadã assente no princípio de soberania nacional e igualdade civil, prevalecendo a igualdade de direitos e de deveres enquadrada pela lei. A participação coletiva na vida pública, os direitos humanos e a consciência de uma identidade coletiva ganhavam renovada expressão.

O século XX trouxe contributos significativos para a afirmação do movimento associativo cultural, designadamente na área do património. Em 1931, a *Conferência de Atenas* veio reconhecer a importância da salvaguarda do património cultural da humanidade. No rescaldo da 2.ª Guerra Mundial foi dado um forte impulso à participação cívica na reivindicação e defesa do património cultural como um pilar de soberania dos Estados, de reivindicação à independência por parte das colónias subjugadas e de promoção da paz entre os povos.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1946 abriram caminhos para uma abordagem mais inclusiva em torno da defesa do bem-estar social e dos direitos coletivos, assumindo a defesa do património cultural por parte da sociedade civil como uma espécie de cimento agregador destes valores. Em 1956, a Recomendação de Nova Dehli (UNESCO) veio promover uma maior aproximação entre os bens históricos e as populações, nomeadamente por via de ações educativas visando uma maior sensibilização destas para a importância e necessidade da valorização do património arqueológico. A Recomendação de Paris de 1962 (UNESCO) e a Carta de Veneza (UNESCO 1964) vieram reforçar o papel da educação no envolvimento das comunidades nos processos de conhecimento e preservação dos bens culturais inscritos nas suas áreas de residência. Importa ainda sublinhar que a perspetiva da democratização cultural teve origem em França, na década de 1960, a partir da criação do Ministério dos Assuntos Culturais em 1959 (Fernandes (dir.) 2023, 17).

Centrando a atenção em Portugal e feito um prévio contexto internacional, os anos 1970 foram decisivos para a afirmação do movimento associativo em geral, incluindo nas áreas do ambiente e do património cultural.

A Revolução dos Cravos foi o catalisador desse movimento de democratização cultural (Fernandes (dir.)2023) através de uma força coletiva representada por movimentos sindicais, cooperativas, associações culturais, comissões de moradores de bairros em espaço urbano e rural, entre outras organizações de cidadãos mais ou menos informais (Magrinho, 2016:27).

Em 1976, a Constituição da República Portuguesa criou um enquadramento essencial para o desenvolvimento de uma relação de proximidade e cooperação entre o património cultural e a sociedade civil, conforme determina a alínea e) do artigo 9.º: “Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e promover a difusão internacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira”; e o artigo 73.º, com destaque para o ponto 3.: “O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações de defesa do património cultural, as associações de moradores e outros agentes culturais”. Por essa ocasião, a Secretaria de Estado da Cultura promovia a definição de medidas de salvaguarda do património cultural num contexto democrático, com propósitos de envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão e participação da ação cultural.

Nos anos 1980, proliferou o movimento associativo nomeadamente com a criação de redes de defesa do património cultural, em parte estimulado pelo interesse crescente das iniciativas de educação ambiental. Nessa década, a publicação da **Lei n.º 13/85, de 6 de julho veio** reforçar formalmente o papel das pessoas e das coletividades na defesa do património, como é explicitado pelo ponto 4 do artigo 3.º: “As populações deverão ser associadas às medidas de proteção e de conservação e solicitadas a colaborar na dignificação, defesa e fruição do património cultural”; e pelo artigo 6.º do referido diploma, ao atribuir às associações de defesa do património «ADP» assento consultivo junto de instituições públicas (administração central e administração local) com responsabilidades na gestão do património cultural.

Em finais da década de 1980 e sobretudo nas décadas seguintes, a patrimonialização das aldeias portuguesas ganhava expressão, numa instrumentalização da paisagem como metáfora da nação. Os municípios

reforçaram o investimento em políticas de patrimonialização, designadamente em bens associados a um universo rural em extinção. Juntamente com associações de defesa do património, promoveram a criação de «museus etnográficos» locais, a partir de coleções de peças ligadas a trabalhos e a construções rurais, reproduzindo casas e ambientes rurais com propósitos de ativação da memória coletiva. Esse período coincidia com o aumento de jovens com formação universitária, os quais traziam para a cena local das suas áreas de residência, incluindo em pequenas cidades, vilas e aldeias, saberes e tendências veiculados pelos meios académicos e tentam pô-los em prática através de estruturas associativas (Saraiva, 2017).

Nos alvores do século XXI, a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, revogou a Lei n.º 13/85 e trouxe progressos na legislação ao serviço da proteção e da valorização do património cultural. A especialização disciplinar do olhar e o aumento do grau de exigência defendido para a intervenção na área do património cultural poderão ajudar a entender uma menor expressão dada às coletividades na gestão destes bens de herança comum.

Em especial ao longo da última década, o tema da democratização da cultura ganhou novo fôlego nas agendas públicas nos planos internacional, europeu e nacional. A ratificação por Portugal, em 2008, da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural (UNESCO, 2003), a integração do Estado português em organizações internacionais de defesa da participação cidadã em matérias da cultura e do património (e.g. NEMO¹ e IBERMUSEUS²); a Agenda 2030, adotada pelas Nações Unidas em 2015 com um plano de ação global para o desenvolvimento sustentável; ou a *Carta de Porto Santo* (Comissão Europeia, 2021), enquanto documento orientador sobre o papel da democratização da cultura para uma cidadania mais ativa nas suas múltiplas expressões e esferas de atuação são alguns dos instrumentos que vêm incentivar à mobilização e empoderamento das comunidades dos processos de gestão do património cultural.

¹ NEMO <https://www.ne-mo.org/> - Network of European Museum Organisations. Consultado em 29/04/2025.

² <http://www.ibermuseos.org/pt/sobre/nosso-papel-no-setor/> Consultado em 29/04/2025.

2 → ESTUDOS DE CASO NA PRIMEIRA PESSOA

A partir de alguns estudos de caso inscritos no meu percurso cívico e profissional, como agente associativa e dirigente em Câmara Municipais com responsabilidades técnicas na área da mediação com o tecido associativo, propõe-se de seguida uma breve reflexão que visa pôr em evidência dinâmicas locais, benefícios e alguns constrangimentos identificados nos terrenos onde estes movimentos operam.

No quadro da minha participação como agente associativa, o primeiro exemplo está relacionado com dinâmicas associativas no concelho de Ourém nas artes e do artesanato de autoria local, bem como do teatro amador. Em 1996/97 associava-me à Associação de Artistas e Artesãos Ourenses para integrar o processo de criação e dinamização do grupo de teatro amador “Os Murmúrios”. Este projeto nascia do impulso de vários oureenses, fortemente representado por jovens universitários com o gosto pelo teatro e a vontade de estimular a cena cultural de Ourém. Essa força mobilizadora trouxe uma dinâmica regular em torno do teatro com a representação no concelho e noutras territórios do país, e levou à criação da CENOURÉM pela Câmara Municipal de Ourém e à (re)ativação e renovação de vários grupos de teatro amador residentes em Ourém.

Decorridos quase 30 anos, este festival de teatro amador mantém-se ativo com formatos ajustados às atuais orientações programáticas. Por sua vez, as artes plásticas e sobretudo o artesanato foi trilhando um caminho de persistência assumida por dirigentes e associados, beneficiando dos apoios anuais da autarquia local e de uma esperança de renovação.

O surgimento da *Associação de Artistas e Artesãos Ourenses* nos anos 1990 coincidiu com o aumento significativo de oureenses (com 20 e 30 anos de idade) com formação superior e fortes ligações identitárias e afetivas ao concelho onde cresceram. Em certa medida, a exígua resposta às aspirações de criação e fruição cultural por parte destes jovens universitários impulsionou a criação, pelos ou com os próprios, desta e de outras estruturas associativas com expectativas na renovação do tecido cultural ourense.

O segundo estudo de caso incide num projeto de cariz etnográfico realizado no seio da Quercus – Núcleo Regional do Ribatejo e Estremadura. Não sendo caso único no panorama nacional do associativismo com iniciativas de educação ambiental e a sua extensão à defesa do património cultural, em 1998

surgia a oportunidade para eu realizar um trabalho de registo, estudo e documentação de memória oral extensivo a todo o território concelho de Ourém. Intitulado “Memórias Etnográficas do concelho de Ourém”, o projeto abrangeu em todo o território concelho com a realização de entrevistas a oureenses com mais de 65 anos. Seguindo o método etnográfico, o registo de testemunhos mobilizou uma equipa empenhada no trabalho de mediação e entrevistas junto das populações locais, num total superior 300 horas de gravação de testemunhos.

Sucedeu-lhe o tratamento etnográfico em torno da produção de memória local seguindo uma estrutura dividida por temas em torno das dinâmicas dos campos, onde foram privilegiadas dimensões associadas ao tempo cílico e aos rituais de passagem. Esta abordagem mais geral viria a ser documentada em livro, recomendando-se a realização posterior de estudos setoriais mais detalhados. Além de uma leitura do panorama da etnografia local, salientando convergências e especificidades observadas em terrenos mais a sul e mais a norte, este exercício permitiu conhecer melhor os ritmos de vida, padrões culturais e saberes das populações mais idosas. Contribuiu ainda para a valorização da autoestima desta comunidade e para o diálogo intergeracional.

O terceiro exemplo é o CEPAE – Centro do Património da Estremadura, vocacionado para o estudo, a salvaguarda e a divulgação do património cultural e ambiental. Desde a sua génesis, em 1993, esta associação é composta por associados individuais e institucionais (e.g. Câmaras Municipais), e assume uma escala de atuação regional, coincidente com a denominada região da “Alta Estremadura”. Marcada por sucessivos ciclos e modelos de liderança ao longo das três décadas de existência, em todos tem convergido o espírito agregador em torno da defesa dos valores de um território que integra valores ambientais e culturais de relevância nacional e internacional inscritos no Maciço Calcário Estremenho, como o Parque natural das Serras de Aire e Candeeiros, o sítio de Sicó-Alvaiázere, ou o Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha.

O potencial associativo desta associação regional de defesa do património cultural e ambiental beneficia de uma leitura do panorama geológico e cultural deste seu terreno privilegiado de atuação, ao qual José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo atribuíram características de dispersão e pluralidade e realçaram-lhe a ausência de um centro aglutinador, que a torna numa espécie de “vazio” polarizado entre um sul e um norte do país mais definidos (Mattoso, Daveau e Belo 1997: 26). A consciência e o conhecimento sistemático da realidade híbrida e

difusa deste território de charneira conferem ao CEPAE e a estruturas congéneres a oportunidade de incentivarem e mediarem o diálogo entre interlocutores desta panóplia de fragmentos de especificidades que desenham o território da “Alta Estremadura” como uma paisagem cultural diversa, sincrética e culturalmente fértil.

Prossigo o exercício em torno do associativismo cultural, agora mais apoiado numa experiência profissional e dirigente em dois Municípios - Ourém e Leiria - nos quais desempenhei funções técnicas de apoio e mediação com as estruturas associativas sediadas e/ou intervenientes nos respetivos concelhos. Antes disso tomei contacto, ainda que lateralmente, com o panorama associativo em dois concelhos de baixa densidade: Góis (em 1999) e Gavião (em 2000). Recomenda-se uma leitura enquadrada por uma relação pessoal implicada em dimensões associativas indissociáveis dos seus dirigentes e associados com os quais criei laços de solidariedade e afeto ao longo de duas décadas.

Feita esta ressalva, mais do que partilhar casos concretos inscritos nas realidades com as quais trabalhei, serão realçadas breves notas de reflexão inspiradas nestas e noutras realidades com diferenças na escala e nas características do panorama associativo. Outro aspetto diferenciador assenta em variações na visão estratégica e nos modelos de gestão assumidos os Municípios, incluindo no seio dos executivos municipais, geralmente coincidentes com a mudança de ciclos políticos.

A primeira nota a destacar na relação entre a atividade municipal e o associativismo cultural prende-se com o panorama difuso e assimétrico dos municípios. Os níveis diferenciados de envolvimento político, investimento financeiro, equipamentos, capital humano e de conhecimento dos seus quadros de pessoal traduzem-se no papel que o tecido associativo pode desempenhar na dinâmica cultural local. Uma aposta municipal regular e de proximidade, que não se circunscreva ao apoio financeiro, traz ganhos a médio e a longo prazo para a qualidade de vida da população residente nas suas múltiplas valências. Para tal, é fundamental investir num trabalho de mediação permanente a cargo de pessoal qualificado, com espírito crítico e distanciado de possíveis espartilhos político-partidários.

Os concelhos com densidade demográfica elevada, população jovem e tecidos urbanos sólidos são geralmente propensos à prática cultural regular e com uma oferta plural. Já os concelhos maioritariamente rurais e em despovoamento

tendem a ser mais vulneráveis ao nível da criação e do património cultural. Esta evidência recomenda o investimento redobrado do setor público (e.g. administração central e local) no tecido associativo através da criação de condições de natureza material e sobretudo de uma mediação regular, capacitada e empática com as estruturas associativas (existentes e em perspetiva) e com os demais elementos da comunidade.

Assente na relação município - associações - habitantes, recomenda-se um trabalho pautado pela divulgação transparente e rigorosa de informação relacionada com as políticas públicas em matéria de cultura e áreas congéneres; pela auscultação prévia e durante os processos de definição de opções estratégicas para a área da cultura, na elaboração de planos e orçamentos de atividades e de outros instrumentos de planeamento; pela criação de condições para a participação comunitária em projetos de co-criação; e pelo reconhecimento público das iniciativas e dos criadores/envolvidos. O investimento continuado e persistente nestes moldes traz um potencial de retorno designadamente aos níveis da saúde e do bem-estar da comunidade residente.

A segunda nota aborda algumas expressões culturais dinamizadas por coletividades com forte representatividade no país como exemplos de mais-valias para a formação e a fruição cultural dos associados e das comunidades em geral, especialmente em territórios de média e baixa dimensão.

O primeiro exemplo incide nas associações com bandas filarmónicas, as quais desempenham um papel essencial no contacto com a música e na formação musical inicial. Assiste-se a alguma dinâmica de renovação de bandas com a integração de crianças e jovens nos respetivos efetivos. Esse movimento beneficia da participação de maestros com formação especializada, numa tendência crescente nos últimos anos, com ganhos em formação e em qualidade musical. A formação universitária na área da música; a coesão social através da convivência entre dirigentes, maestros e executantes; a valorização das dinâmicas artísticas e culturais em contexto de comunidade, por via de concertos em salas de espetáculo, recintos ao ar livre, festividades religiosas e eventos de protocolo, intercâmbios entre bandas promotores da circulação e produção de novos lugares culturais.

Esta expressão efetiva de democratização da cultura e democracia cultural tem ainda a virtualidade de proporcionar condições de formação, instrumentos e fardamento cujo dispêndio não está ao alcance de todos os executantes ou

famílias de suporte. Podemos encontrar estes exemplos do amplo retorno do investimento público nas bandas filarmónicas em Leiria, Ourém e outros territórios do país. Sobre o apoio público a estas coletividades, recorro de novo à edição n.º 10 de Análise Associativa: “O Governo tem atribuições limitadas, mas tem de se dar apoio ao associativismo cultural, às bandas de música e filarmónicas” (Lei n.º 123/99, de 20 de agosto, regulada pelo Decreto-Lei nº. 128/2001, de 17 de abril)” (Fernandes, 2023: 20).

O segundo exemplo está associado aos denominados “Ranchos Folclóricos”, ou “Grupos Etnográficos”. Conotados com a política folclorista do Estado Novo impulsionada por António Ferro com a criação do SPN (Secretariado de Propaganda Nacional, mais tarde Secretariado Nacional de Informação - SNI) em 1933, que privilegiava o que considerava «arte popular», certo é que estes grupos já existiam antes da criação do Estado Novo. Não caberá aqui aprofundar uma análise crítica em torno dos processos de reificação, cristalização e encenação da cultura popular impulsionada pelo Regime em prol da construção propagandista de uma ideia de nação a partir das imagens forjadas de autenticidade das tradições.

O foco da alusão prende-se com as virtualidades associadas às dinâmicas desenvolvidas por estas coletividades. De entre os benefícios, reais e potenciais, enumeram-se alguns. À semelhança das bandas filarmónicas, os “Ranchos Folclóricos” promovem o encontro intergeracional e comunitário através da reunião, em ensaios e atuações, de várias gerações da mesma família e de várias famílias e habitantes da mesma aldeia, freguesia ou lugares vizinhos; a participação em atuações enquadradas em festividades de âmbito local, nacional ou mesmo supranacional (frequentemente em representação dos Municípios em cujo concelho estão sediados) potencia a aprendizagem por via da troca de experiências com outros grupos e a autoestima dos elementos da coletividade e, de um modo mais amplo, da comunidade local; o trabalho de registo e documentação de testemunhos orais e a recolha e acondicionamento de bens móveis «etnográficos» geralmente associados ao passado em espaço rural, contribuindo para a produção de memória identitária das comunidades locais e para a documentação de tradições e saberes-fazer com utilidade no inventário de manifestações de património cultural imaterial.

Contudo, estes processos de colecionismo não são isentos de lacunas expressas nomeadamente ao nível de metodologias adequadas em áreas como o

registro etnográfico do património tangível e intangível; da interpretação dos bens expostos; ou mesmo da conservação (preventiva e intervintiva) dos bens móveis e do próprio edifício que acolhe os bens «etnográficos», exemplar da arquitetura vernacular erguido com técnicas de construção artesanal.

- NOTA FINAL

A dimensão popular do património cultural deve ser considerada e valorizada, tal como o património monumental e encapsulado num certo estatuto de elite. Esta visão contribui para alargar o espetro dos bens culturais patrimonializáveis de acordo com o que é considerado relevante preservar pelos diferentes grupos sociais de acordo com suas trajetórias e representações identitárias. Com esta perspetiva, as decisões e intervenções deixam de ficar circunscritas aos intelectuais e às elites para se abrirem a um processo democrático de seleção do que deve ser conservado. Como tal, a ativação e salvaguarda dos patrimónios não deve estar sujeita a critérios de hierarquias, mas antes valorizados por aquilo que representam para as comunidades. Um património vernacular ou uma manifestação de património cultural imaterial com inscrição numa aldeia pode ter um significado cultural tão importante para a população local como um património da UNESCO.

É necessário ler os patrimónios em contexto, acompanhar os processos de apropriação e usos pelas pessoas que os habitam. A partir desta lente, o papel participativo das pessoas, individualmente ou em contexto associativo, reveste-se da maior importância para o cumprimento efetivo e consequente da ação cidadã e da democratização da cultura potenciado pelo espírito do 25 de Abril de 1974. Muitos dos resultados plasmados nestes princípios não foram de alcance rápido e, decorridos quase 50 anos, vários pressupostos ainda estão por cumprir na sua plenitude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDO, M. A., e MATOS, A. Cardoso de. 2018. "Participação cívica e defesa do património cultural: o papel das associações voluntárias". *Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista*.
- CANINAS, J. C. 2010. Associativismo e defesa do património (1980-2010). Em J. Custodio, *100 Anos do Património: Memória e Identidade. Portugal (1910-2010)* (pp. 281-300). Lisboa: IGESPAR.
- FERNANDES, Sara Dimas (dir.) 2023 "Associativismo popular e democracia cultural" em *Análise Associativa, Revista da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto*, n.º 10, maio 2023. CPCCRD.
- FERRAZ, Suliane Campos. 2023. *O associativismo e a valorização do património cultural em meio urbano. O caso da 'Oficinas do Convento' em Montemor-o-Novo*, Universidade de Évora.
- GERALDES da Silva, F. 2002. *Associações Desportivas, Recreativas e Culturais – o caso da Covilhã*. Covilhã: Biblioteca da Universidade da Beira Interior.
- MAGRINHO, Sofia 2016. A defesa e salvaguarda do património em Portugal: As associações de Defesa do Património (1974-1997). Lisboa ISCTE-IUL. Tese de Doutoramento.
- MATTOSO, José, Suzanne DAVEAU, Duarte BELLO. 1997. Portugal, o Sabor da Terra: Estremadura. Lisboa, Círculo de Leitores.
- NEVES, Ana Saraiva. 2001. *Memórias Etnográficas do Concelho de Ourém*. Ourém, Câmara Municipal de Ourém.
- ROCHA, B., & CUNHA, C. 2019. A Ampliação dos modelos de gestão do património: A importância da participação comunitária para as cidades de pequeno porte e com exemplares arquitetónicos modestos. *Revista CPC*. RTP. (1980). "Património o que é? – Ep. 01". Obtido de arquivos.rtp.pt: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/patrimonio-o-que-e-ep-01/>. Consultado em 24/04/2025.
- SARAIVA, Ana. 2017. *Casas (pós-)rurais entre 1900 e 2015: expressões arquitetónicas e trajetórias identitárias*. Lisboa: Colibri.
- VIEIRA, M. 2008. O espaço urbano e a arquitectura da cidadania. Em F. C. Silva, M. V. Cabral, & T.

CARTAS, CONVENÇÕES E LEGISLAÇÃO

Recomendação sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas, Nova Deli (Índia), 5 de dezembro de 1956.

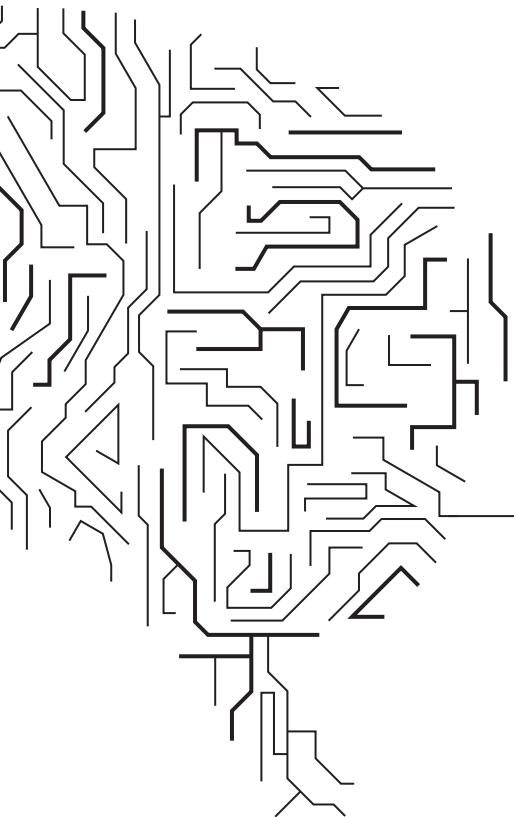
Recomendação sobre a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e dos sítios UNESCO, Paris (França), 11 de dezembro de 1962.

Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios, ICOMOS, Veneza (Itália), 25 a 31 de maio de 1964.

Constituição da República Portuguesa, de acordo com a Lei Constitucional n.º 1/2001 de 12 de dezembro. Almedina, 2002.

Lei n.º 13/85, de 6 de julho, Património Cultural Português.

Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro de 2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.



LUÍS MORENO

2002, DOUTORAMENTO EM GEOGRAFIA HUMANA, UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS.

1993, MESTRADO EM GEOGRAFIA HUMANA E PLANEAMENTO REGIONAL E LOCAL, UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS.

1985, LICENCIATURA EM GEOGRAFIA, UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE LETRAS.

DOCENTE DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA (IGOT-ULISBOA).

INVESTIGADOR DO CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS DO IGOT-ULISBOA, LABORATÓRIO ASSOCIADO TERRA (CEG / IGOT-ULISBOA).

TEM FEITO INVESTIGAÇÃO ACADÉMICA E APLICADA, BEM COMO INVESTIGAÇÃO PRÁTICA COMO ASSOCIADO INDIVIDUAL DA ANIMAR E MEMBRO DA SUA DIREÇÃO ENTRE 2000 E 2006.

FOI PRESIDENTE DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESTUDOS RURAIS (SPER), ENTRE 2007 E 2012.

MEMBRO DO CONSELHO CIENTÍFICO DA ANÁLISE ASSOCIATIVA.

**CONETIVIDADES SOCOTERRITORIAIS EM PORTUGAL
E DESENVOLVIMENTO EM ÁREAS RURAIS:
Contrariar as baixas densidades
numa perspetiva de geografia social**

- INTRODUÇÃO

Apresentamos uma perspetiva que observa o associativismo na sua relação com o desenvolvimento socioterritorial, traduzindo as vivências cívicas e preocupações académicas do autor. Ou seja, considerando o desenvolvimento do território como desígnio societário em que a sociedade civil organizada está comprometida, e em alinhamento com a etimologia de 'território' (*terra + torium*), de espaço definido por apropriações (materiais e/ou simbólicas) e estabelecimento de relações – sustentadas na cultura, ao longo do tempo – de controlo ou influência, envolvendo cooperações e conflitos, ou seja, exercício de relações de poder (Haesbaert, 2016). No entanto, tendo particular foco em Portugal continental, centramo-nos nos Territórios de Baixa Densidade (TBD), em termos de população e não só, que assimilamos à maior parte das áreas rurais, onde as difíceis condições do associativismo são um dos grandes desafios quando pensamos em sustentabilidade, ou sustentação da ocupação durável do território.

A análise da problemática não é inteiramente nova, pois remete para trabalhos em que se aborda o 'rural territorial', aquele sob o olhar das políticas públicas e não tanto o 'rural agrário'. Trata-se de uma clara influência das perspetivas da Europa comunitária, pois aquele rural só apareceu como objeto de estudo para os académicos como "filho do ordenamento do território" (...) lançado no início dos anos cinquenta, quando geógrafos, sociólogos, economistas, [etc.] se mobilizaram, nesse período de pós-guerra de renascimento económico e de reconstrução das instituições, para esclarecer os poderes públicos" (Bodiguel, 1986, segundo Perrier-Cornet & Hervieu, 2002, p. 11). A influência em Portugal é mais tardia e inerente ao processo de democratização e 'europeização' desde os finais do século XX, como se traduz em certos trabalhos em que a abordagem do associativismo é relevante (e.g. Portela, 1997; Moreno, 2002, 2005, 2017, 2023; Covas, 2004, 2006a,b; 2015), não significando que as práticas cívicas e organizadas não fossem já antes de sensível importância, em minoritária 'proativa resistência' face a contextos adversos. Adiante se referem outros trabalhos em que o associativismo é o foco essencial, privilegiando a nossa perspetiva, ou em que o olhar sobre os TBD e certas áreas rurais implica considerar a dimensão associativa na problemática territorial.

O presente artigo começa, na próxima secção, por apresentar o que se entende por Territórios de Baixa Densidade, de um modo sucinto e com representação geográfica, associando os TBD a determinados tipos de espaço rural, aqueles particularmente afetados por desvantagens em termos demográficos e socioeconómicos.

Prosseguimos com uma apresentação da problemática do associativismo em TBD, a partir de conhecimento adquirido sobre os tipos de associações nessas áreas, com o apoio circunstanciado de bibliografia e documentação, envolvendo representações (estatísticas e geográficas) da Economia Social e das entidades incluídas nesta categoria.

Esta apresentação enquadra a discussão da relevância da economia solidária e as insuficiências das associações dos TBD nela envolvidas, apesar da sua importância, dando sequência à ilustração de caminhos de superação das limitações através de processos de governança territorial em que o associativismo, de diferentes tipos e níveis de abrangência, vem a ter um papel real e potencial para a construção de soluções. A ilustração apoia-se no papel do instrumento LEADER, como programa entre 1991 e 2006 e como abordagem/método depois disso, com a figura do DLBC.

Embora a governança territorial seja multinível, o poder autárquico apresenta-se como fundamental para a sustentação de um associativismo de influência variável, desde os níveis local e intra-concelho até à abrangência micro-regional ou regional. No entanto, discutem-se os desafios da cidadania ativa organizada (associações como 'organizações cívicas e solidárias') face a consideráveis dependências municipais, mas também dependências próprias de uma funcionalização em que as implicações da governança rural e territorial limitam o papel do associativismo na inovação social e na valorização do capital territorial dos TBD.

Conclui-se com algumas notas finais que incluem limitações relativas ao trabalho efetuado e a sugestão de algumas linhas de investigação subsequente cuja relevância decorre do reconhecimento do incompleto percurso analítico realizado, que deixou de fora a análise de situações e condições concretas de organizações de associativismo popular em TBD, face aos desafios do desenvolvimento local e da sustentabilidade socioterritorial.

- TERRITÓRIOS / ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE OU RURAIS?

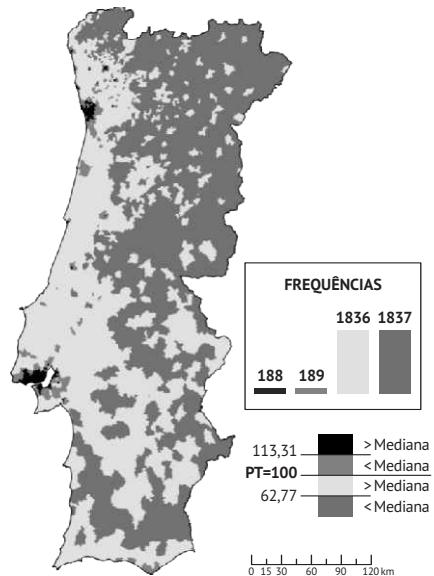
Quando tratamos de Territórios de Baixa Densidade (TBD), estamos num domínio do pensamento sociopolítico, incluindo o inerente ao ordenamento e gestão do território, que lida com questões de adequada densidade para diferentes fins. A baixa densidade populacional, em particular, está conotada com certos territórios em desvantagem (CEMAT, 2007), pois liga-se a outras dimensões correlativas e traduz-se na dificuldade de mobilização de recursos humanos, sociais, culturais, ambientais e, naturalmente, económicos. Estas são dimensões que correspondem a diferentes capitais, que integram o capital territorial¹, cuja insuficiência está a montante e a jusante das limitações do associativismo.

Neste contexto, é importante delimitar-se os TBD, visando “a identificação de territórios que, em razão das vulnerabilidades provocadas pelo ciclo vicioso esvaziamento demográfico / envelhecimento / despovoamento / declínio socioeconómico, deverão ser objeto de políticas públicas específicas que visem a promoção do desenvolvimento e da coesão territorial”(Bento et al., 2013, p.580).

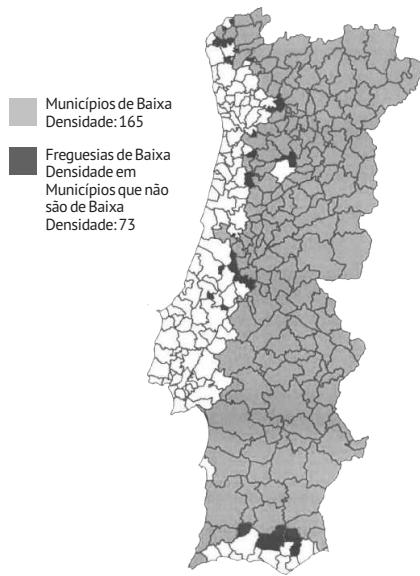
Como exemplos de delimitação temos, por um lado, a Figura 1 A, que resulta da aplicação de critérios de análise académica, a partir de um índice global resultante da média ponderada da densidade populacional (com um peso de 50%) e dos perfis territorial, demográfico, de povoamento, socioeconómico e de acessibilidade; aqui os TBD, em cinzentos claro e escuro (Baixa e Muito Baixa Densidade, respetivamente), correspondem às freguesias que estão abaixo do índice mediano de Portugal continental (apenas 9% das freguesias, a cinzento mais escuro e a negro, estão acima desse índice mediano).

Por outro lado, a Figura 1 B corresponde à aplicação de critérios politicamente adotados para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios, no âmbito do 'Portugal 2020' (sendo 165 municípios e 73 freguesias como TBD). Já a Figura 1 C, segue a delimitação anterior para

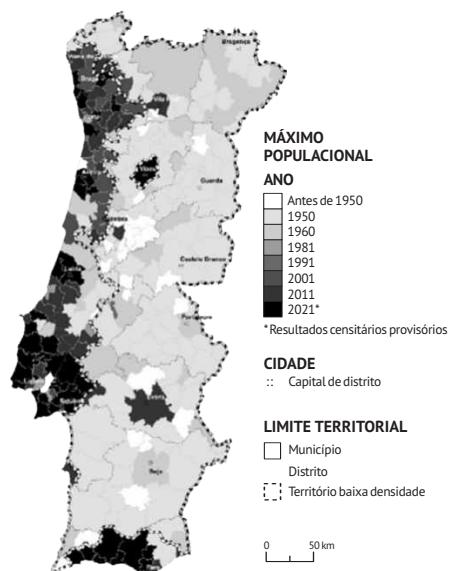
¹ No contexto da política regional, a OCDE propôs em 2001 (apoizada no trabalho de diferentes autores) o 'capital territorial' como um conceito que integra outros tipos de capital: económico, humano, social, cultural e ambiental.



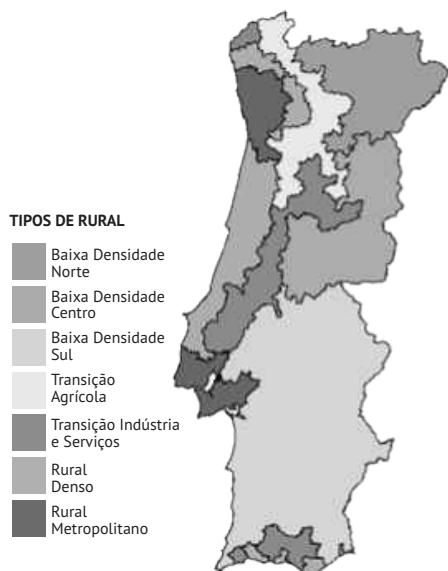
A. Territórios de Baixa (e Muito Baixa) Densidade
(Bento et al., 2013, p. 580; Ramos et al., 2012, p. 77)²



B. Territórios de Baixa Densidade
(CIC Portugal 2020, 2015, anexo)



C. Anos dos máximos populacionais, delimitando TBD* (Silva et al., 2022, p. 591). *Tons mais claros: anterior a 1950 e até 1960



D. "Tipos de Rural" (adaptado de Rolo e Cordovil, 2014, p. 11)

FIGURA 1 (A, B, C, D) – Territórios de Baixa Densidade / TBD (critérios científicos e políticos) e tipos de áreas rurais

² Apenas a legenda do mapa difere, nestas duas fontes, embora a última acentue a 'Muito Baixa Densidade'.

distinguir os “Territórios de Alta Densidade (TAD)” e “Territórios de Baixa Densidade (TBD)” e evidenciar “a conhecida dicotomia entre uma faixa litoral apertada e densa (...) e o resto do país, esse extenso interior, demograficamente cada vez mais vazio (...), em que os máximos populacionais foram atingidos em anos anteriores a 1960 e até a 1950, salvo exceções de poucos municípios (Silva et al., 2022, p.591).

Mostrando-se uma certa associação entre os TBD e determinadas áreas rurais, a Figura 1 D revela para Portugal continental aquilo que só não é claro em países e regiões com forte policentrismo interno e 'interior sem interioridade', como as mais industrializadas do eixo entre Inglaterra e Itália, mas com extensão até aos limites dos Balcãs e à Escandinávia mais povoada e acessível (Verburg et al., 2010). O que se mostra é a geral sobreposição entre o domínio dos TBD e os 'tipos de rural' que quase apenas excluem o “Rural Metropolitano” e o “Rural Denso”, pois partes da designada “Transição Agrícola” e “Transição Indústria e Serviços” ainda têm características de baixa densidade. Os limites são imprecisos, tal como se depreende de uma outra leitura quando considera as “zonas rurais de baixa densidade”:

“podem também ser consideradas como “zonas rurais profundas”, “zonas marginais”, “zonas remotas” ou “zonas rurais periféricas” (Ferrão, 2000; CEMAT, 2007; OECD, 2020). A base económica destas zonas assenta na agricultura tradicional e nos serviços pessoais e coletivos. São também zonas caracterizadas por uma população envelhecida e uma baixa densidade demográfica. (...) Acresce uma reduzida espessura institucional, uma fraca rede de atores locais, sejam eles públicos, empresariais ou associativos, e um posicionamento económico e geográfico periférico em relação aos grandes centros urbanos e aos mercados globais” (Lopes e Mota, 2021, pp.390-391).

Associando o “posicionamento económico e geográfico” à baixa densidade económica, esta atravessa todas as dimensões da economia; até mesmo aquela em que os TBD detêm maior peso relativo – a economia solidária, como veremos adiante – sofre debilidades e/ou riscos de debilitação, em função da desqualificação da capacidade relacional. Ou seja, escasseando o peso de pessoas jovens, as relações humanas e sociais, inerentes a todas as atividades humanas, com registo formal e informal, ficam tendencialmente reduzidas ao indispensável.

Assim, ficam em causa as capacidades de animação e as condições de sustentação, remetendo para soluções com escala de atuação de pessoas individuais e coletivas (organizações) que não é, normalmente, a dos mais pequenos aglomerados populacionais. Estes terão de estar integrados num todo que constituem desafios (geográficos) da governação territorial (Chamusca e Bento-Gonçalves, 2023):

“No âmbito do planeamento, ordenamento do território e gestão territorial, há três conceitos que se têm vindo progressivamente a afirmar como centrais: a coesão territorial, a sustentabilidade e a governança. O primeiro é entendido como um processo de construção de territórios mais coesos e equilibrados, através da valorização da diversidade espacial e de princípios de justiça social e espacial. O segundo, associado a um aumento das preocupações ecológicas e produtivas, bem como a uma utilização racional dos recursos nos processos de desenvolvimento. O terceiro diz respeito a uma transformação do modelo de governação do território, privilegiando abordagens participadas e colaborativas que promovam o envolvimento efetivo de um maior número de atores no processo de tomada de decisão”(idem, p.5, no texto de introdução da obra).

Este é o contexto em que as associações – pensando sobretudo no sentido de organizações cívicas e solidárias – poderão sentir-se convocadas a contribuir, de algum modo, para a comunidade em que se inserem, ao nível em que tal for possível. No sentido de favorecer forças coesivas, a coesão territorial pede contributos para, além da “eficiência territorial” (dependente de contextos de maior abrangência), dois grandes domínios que incluem ação local: i) a “qualidade territorial”, envolvendo por exemplo qualidade do ambiente de vida e de trabalho, e o acesso equitativo a serviços de interesse geral e ao conhecimento; ii) “identidade territorial”, através do desenvolvimento do “capital social”³ e da capacidade de desenvolver visões partilhadas do futuro, com o apoio de saberes-fazer e especificidades locais (CEMAT, 2007, p.17)

³ Sobre este conceito, na nossa perspetiva, ver por exemplo Moreno (2017) e Esparcía Pérez (2017).

Abordaremos de seguida as questões de dimensão e qualidade do associativismo em TBD, face aos desafios...

- REPRESENTAÇÕES DO ASSOCIATIVISMO, NA SUA DIMENSÃO ESPACIAL, NO SEIO DA ECONOMIA SOCIAL

Embora procuremos abordar, sobretudo, o tipo de associativismo que é inerente à economia local e ao desenvolvimento local, temos de admitir a abrangência de diferentes tipos de organizações que cumprem a sua função em resposta às necessidades concretas das comunidades e dos territórios em que se inserem, e conforme os recursos que podem mobilizar. Poderíamos adotar a conceção francesa de 'Terceiro Sistema' – mais que Terceiro Setor, ou "serviços de proximidade", ou outros – por representar o resultado das interações entre a sociedade civil e as políticas públicas, contando com o trabalho de associações, cooperativas, mutualidades e fundações, mas que "também integra a questão do modelo de desenvolvimento em que se inscrevem estas estruturas" (Laville et al., 2000, p. 197). No entanto, considerando que as Nações Unidas apontam desde 2023 organizações de "economia social ou solidária" como necessárias ao "desenvolvimento sustentável" (F.Lima, in Pedroso et al., 2023, p.13), alinhando com a nossa perspetiva, e que a Economia Social tem sido acompanhada com alguma abrangência e de modo oficial desde 2013, no âmbito do sistema estatístico nacional (Pedroso et al., 2023), seguimos alguns indicadores disponíveis (Figura 2,A e B)...

Embora o número de entidades da Economia Social (EES) esteja mais representada em territórios do litoral, sem prejuízo de vários municípios de exceção no interior (Figura 2 A), é na faixa que corresponde, grosso modo, aos TBD, que encontramos os valores mais altos de EES por mil habitantes (Figura 2 B). Se é verdade que isto reflete o mais reduzido peso demográfico do interior /TBS, não é menos verdade que é aí que as EES respondem a carências que só elas conseguem suprir: onde é maior o envelhecimento e onde mais tem diminuído a relação de substituição de gerações em idade ativa (relação entre a população dos 15 aos 39 anos e a população dos 49 aos 64 anos), especialmente em freguesias rurais (GPP, 2018), é também onde se verifica a menor capacidade de acesso a serviços disponibilizados pelo mercado e pelo setor público do Estado, por razões económicas.

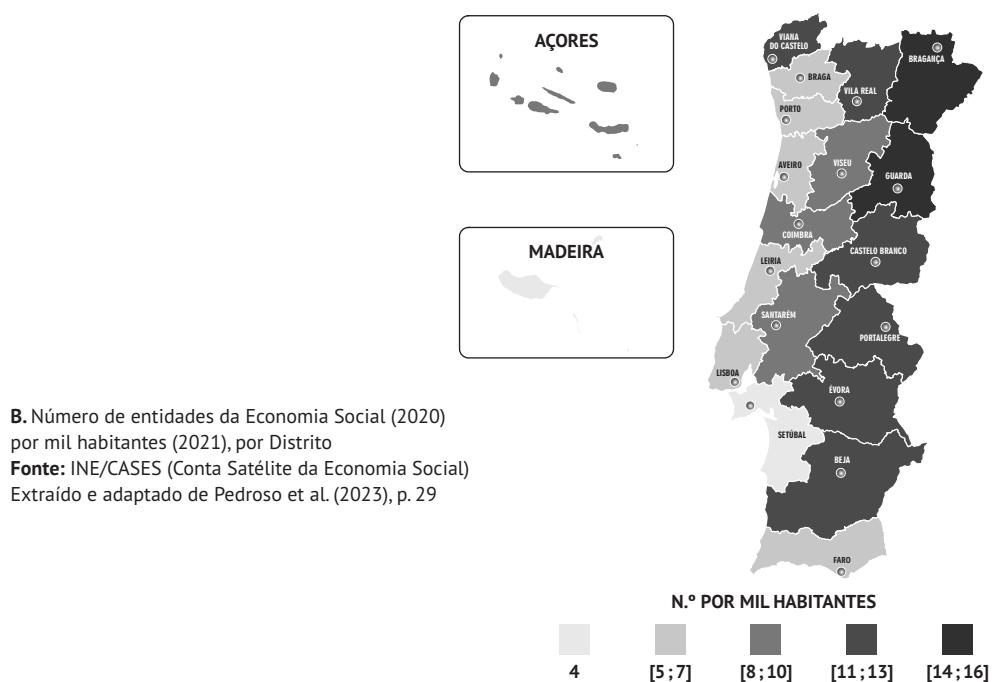
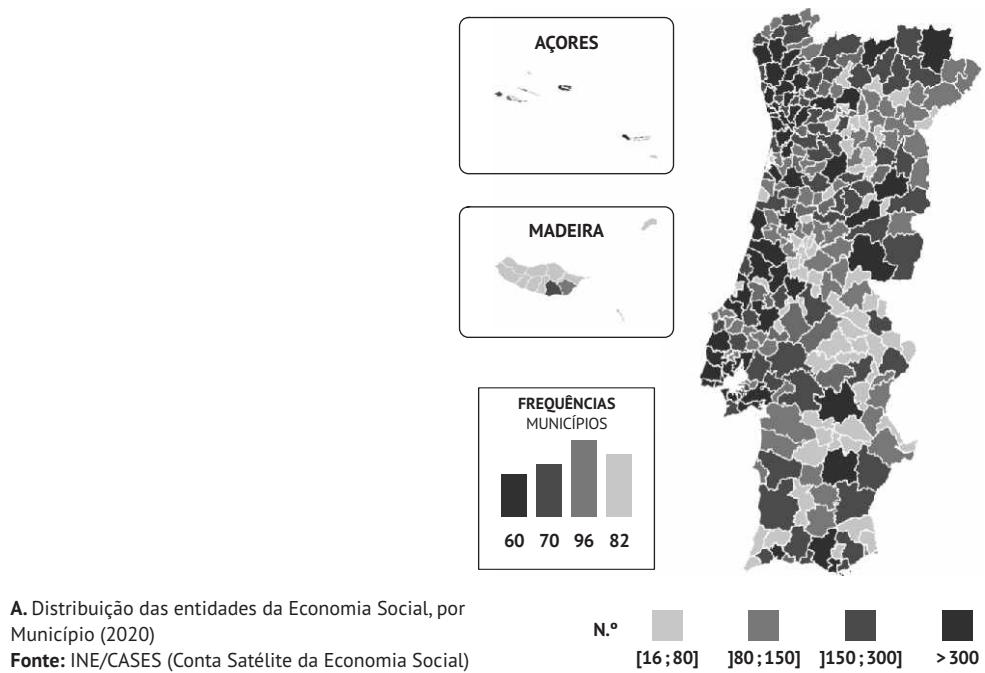


FIGURA 2 (A e B) – entidades da Economia Social em 2020, em números absolutos (A) e com ponderação pela população residente (B)

Esta realidade remete para a questão do cumprimento da função social das associações. Esta pode ser considerada como '**função associativa necessária**', por analogia com a "função empresarial necessária" em que Moreira (2006) usa palavras de J. Schumpeter para ilustrar a importância de promover mais do que o empresariado individual onde tal é necessário: "a função empresarial não necessita de ser identificada com uma pessoa física e, em particular, com uma pessoa física singular. Todo o ambiente social tem o seu próprio modo de dar forma à função empresarial (...)", que "pode ser, e muitas vezes é, desempenhada de forma cooperativa" (J. Schumpeter, segundo Moreira, 2006, p. 177), como acontece com a função associativa desempenhada pelas organizações de associativismo popular, de cultura e recreio, com maior necessidade específica em TBD em risco de esvaziamento demográfico.

Segundo Mendes (2024), as organizações da cultura, comunicação e atividades de recreio eram, em 2020, quase 45% do número total de organizações de economia social. Estas organizações "não são todas Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, mas são quase todas" (idem, p. 162), mas "muitos dos bens e serviços produzidos" pelas mesmas, inerentes à multidimensional qualidade de vida – bens relacionais, bens partilháveis, bens e serviços de clube, "bens públicos", como a proteção e valorização do património, promoção da coesão territorial e educação para a cidadania ativa – "e muito do trabalho que mobilizam não são contabilizados em valor monetário" (idem, p. 163), não sendo traduzidos na economia formal. Somos obrigados a considerar aqui as práticas sociais, envolvendo também processos inerentes ao desenvolvimento comunitário, alimentação e saúde (Amaro, 2005; Backhaus et al., 2018). Trata-se de matéria que dá continuidade ao abordado antes por Santos e Mendes (2015), mostrando ser considerável o valor económico do trabalho voluntário, equivalendo em 2011 a "mais de 6% do total de postos de trabalho em Portugal" (p.104).

Face a cada vez mais frequentes situações de crise, com incontornável contexto internacional e global, ganha ainda mais especial valor o ensinamento do que os números das sucessivas edições da Conta Satélite da Economia Social indicam entre 2010 e 2020. Este último ano confirma, com mais um desempenho – o de lidar com os efeitos da pandemia mundial de COVID-19 – que este setor, incluindo "(...) associações com fins Altruísticos e os Subsetores comunitário e autogestionário, revelou um comportamento económico positivo quando comparado com o da economia nacional. Consequentemente, e mais uma vez, este

setor revelou o seu carácter resiliente e contracíclico na resposta a um momento de crise” (<https://cases.pt/contasatelitedaes/>, acedido em 14-03-2025).

Naturalmente, face às crises, se a “função empresarial necessária” seria fator de inovação económica, para Schumpeter, a ‘função associativa necessária’ será fator de inovação social, desde que certas condições de governança se propiciem, com particular relevância em TBD, como adiante abordaremos.

- ASSOCIATIVISMO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E RURAL: OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE DENSIDADES

No que diz respeito às áreas de baixa densidade ou rurais, vários trabalhos têm mostrado como as diversas formas de associativismo se constituíram como resposta às necessidades de sobrevivência ou resiliência, em diferentes perspetivas. As próprias associações de caráter cultural e recreativo constituem muitas vezes formas de dar resposta a carências simultaneamente económicas e identitárias, como já demonstravam A. Firmino da Costa (1985) e Rocha-Trindade (1986). Ilustra-se nestes estudos até como o espaço urbano é utilizado como recurso de comunidades rurais, estando certos membros das pequenas associações “com um pé cá e um pé lá” (Felício, 1996), pelo que a representação de interesses em meio urbano contribuiu para evitar o total despovoamento e abandono de várias das aldeias montanheiras (Moreno, 1999).

No período da terceira república, a debilidade persistente dos fatores de associativismo – própria de países centralistas (ainda mais se tiverem sido sujeitos a ditaduras) – começa por ser contrariada em Portugal, no novo período democrático após 1974, pela descentralização – traduzindo-se em novo poder autárquico – e pela explosão descompressiva do movimento associativo, traduzindo-se numa disseminação, em meios urbanos e rurais, de iniciativas de base local (cf. Vários números de Análise Associativa, em especial os primeiros números, de 2014 a 2016).

No entanto, este contexto foi o mesmo de uma das grandes crises do capitalismo e da falência de um modelo de restrição de liberdades, com a emergência do capitalismo global e a criação de novos constrangimentos, mas também de desafios. Assim, tal como outros países, o Desenvolvimento Local (DL) afirmou-se em Portugal simultaneamente como um movimento e um processo de

reação à crise dos anos 1970s e dos inícios dos anos 1980s, embora com antecedentes em diversos processos ou movimentos de dinamização e emancipação local para fazer face a outras crises.

Logo no ano em que Portugal efetuou o pedido de adesão à CEE (1977), deu-se início a um processo legislativo tendente ao ajustamento às condições institucionais da Europa comunitária, envolvendo depois ajudas de pré-adesão e processos de reestruturação económica e social, acompanhados da passagem de lógicas de governo às de governança, implicando maior participação e responsabilização da população e das suas organizações aos níveis local e regional, de acordo com o princípio da subsidiariedade.

Em consequência, surgem novos tipos de associações e 'reconversão' de algumas já existentes, no âmbito de orientações políticas com estímulos para territórios em desvantagem, em particular aqueles com baixa densidade populacional e carência de medidas de apoio ao Desenvolvimento Rural, no sentido de Desenvolvimento Territorial e não apenas 'desenvolvimento agrícola'. Assim, para além de medidas de apoio à agricultura – mas condicionadas em função da reforma da Política Agrícola Comum – a legislação comunitária cria partir de 1988 condições de governança (com a reforma dos Fundos Estruturais) para compromissos articulados dos agentes institucionais, económicos e da sociedade civil, com particular implicação, naquilo que nos importa aqui, nos TBD, para (intencionalmente) contrariar o despovoamento e o ciclo de empobrecimento das áreas rurais.

Embora toda a atividade associativa tenha um contributo mais ou menos importante para a valorização pessoal, social e mesmo territorial, logo para o desenvolvimento (social, comunitário, local, rural...), considera-se que apenas algumas formas específicas de intervenção conseguem gerar externalidades positivas e efeitos multiplicadores significativos que contrariam os fatores de repulsão e as condições de relativo desfavorecimento socioeconómico (Piccad, 1984; Moreno, 2002). Ou seja, num contexto em que a crise estrutural coincide com o desafio permanente da globalização empresarial, o desenvolvimento local/rural não deixa de ser promovido como uma forma inovadora de regulação, em busca permanente de uma compatibilização entre a solidariedade e a competitividade. O discurso é o da compatibilização entre a legitimidade e a eficiência, que também se revê no binómio aprofundamento da democracia / melhoria da qualidade de vida.

Este é o racional da medida de política que viabilizou o início desta “territorialização” do desenvolvimento rural (DR), colocando o Desenvolvimento Local como o seu instrumento. Referimo-nos ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligaçāo Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), que desde 1991 contribuiu para a construção de uma forma de inovação socioterritorial – e potenciadora de outras formas – a que se pode chamar ‘governança rural’: exercício articulado e corresponsável de poderes, representando a diversidade de atores nas / das áreas rurais, de forma a cumprir objetivos de interesse geral / público. Com 20 Grupos de Ação Local (GAL) entre 1991 e 1993, 48 GAL em 1994-99 e 52 GAL em 2000-2006, praticamente todo o ‘Portugal Rural’ (incluindo diferentes tipos de ‘rural’ e com densidades distintas) foi abrangido com correspondentes ‘territórios LEADER’. De 2007 em diante, a complexificação do processo de ‘governança rural’, em especial com o fim do Programa LEADER (2006), começou a traduzir-se na adoção da ‘abordagem Leader’ no quadro de programação cofinanciado pela UE de 2007-2013, depois continuado pelo instrumento ‘Desenvolvimento Local de Base Comunitária’ (DLBC), cuja componente rural envolve 60 GAL (Moreno, 2014; Canaveira, 2018) –

Figura 3.

Como os GAL se constituíram como parcerias estratégicas, a coordenação associativa das mesmas – Associações de Desenvolvimento Local (ADL / GAL), que foram responsáveis pelos Planos de Ação Local (PAL) / Planos de Desenvolvimento Local (PDL) – foi uma originalidade europeia de revalorização rural pela (re)construção de ‘território’ (rural multi-apropriado...), envolvendo não apenas os municípios mas também todos os outros atores do território que podem participar nas Estratégias Locais de Desenvolvimento Local (EDL) e de preparação dos PAL (e.g., Juntas de Freguesia, empresas, cooperativas, estabelecimentos de ensino e investigação, associações de diferente natureza...). Naturalmente, assume-se que este processo só tem viabilidade pela cooperação – em parcerias e em redes – entre os atores / territórios, tanto mais que são sobretudo os meios de baixa (ou muito baixa) densidade – carentes de massa crítica – aqueles em que será maior o valor acrescentado de uma dinâmica que já foi alternativa e que se tornou algo ‘normalizada’. De certo modo, trata-se de compensar a falta de economias de escala e de aglomeração com o ganho em economia relacional e de rede, obtendo potencialmente uma maior “densidade relacional estratégica” em TBD (Moreno, 2005).

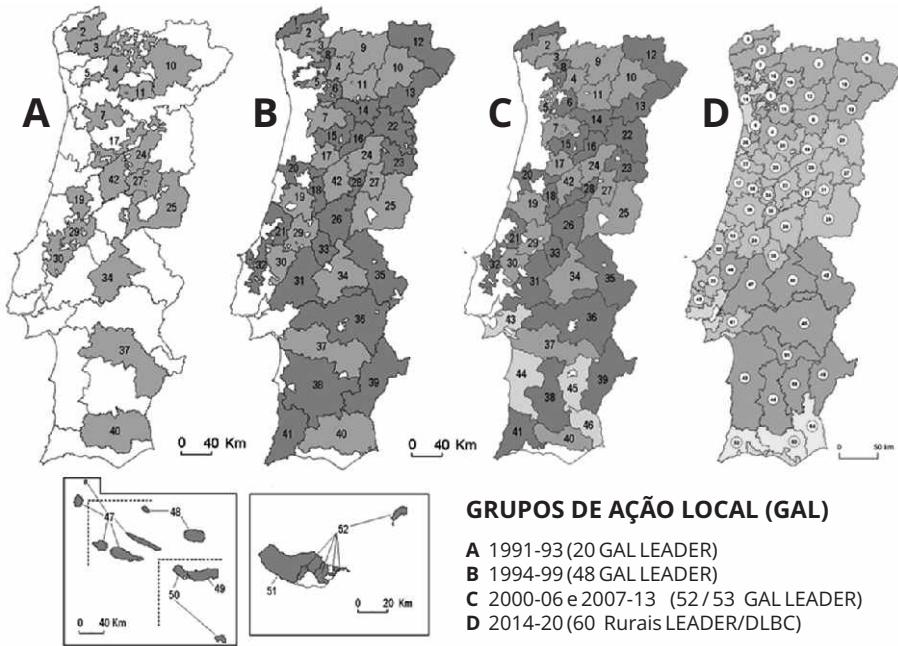


FIGURA 3 Áreas de intervenção dos Grupos de Ação Local (GAL), ou 'territórios LEADER'⁴, entre 1991 e 2020 [adaptado de Moreno (2008) e de Canaveira (2018, p. 14)]

Entre os resultados da dinâmica LEADER que, de algum modo, proporcionaram representação e visibilidade dos processos de Desenvolvimento Local / Rural, temos duas 'organizações-chapéu', ou seja, associações de 3.º grau: a associação-rede 'Animar', desde 1993 (que inclui muitas associações fora das responsabilidades do LEADER), e a 'Federação Minha Terra', desde 2000, que “enquadraram o associativismo da ‘territorialização das baixas densidades’, com funções de mediação e negociação numa perspetiva de governança multinível, bem como do trabalho em rede dos seus membros” (Moreno, 2014, p.64).

⁴ Os “territórios LEADER” ultrapassam por vezes os limites administrativos dos concelhos e de agrupamentos destes, abrangendo freguesias de outros, o que se deve a planeamentos concertados que tiveram em conta certas continuidades geográficas cortadas pelos limites concelhos. Para identificação dos diferentes GAL e entidades constituintes, ver Moreno et al. (2003), Canaveira (2008) e/ou <https://www.minhaterra.pt/>

Apesar da grande qualidade conceptual, de variável mas globalmente eficaz operacionalização e de importantes resultados do LEADER, generalizadamente reconhecidos após diversas formas de avaliação – estudos técnicos e académicos, apreciações dos atores, etc., que não deixaram de considerar a relação entre escassos recursos e resultados obtidos –, a disseminação e mainstreaming do seu modelo, inclusivamente com projeção extra-europeia, não deixou de acarretar um certo efeito marginal dos sucessos: a “generalizada diluição dos impulsos de inovação crítica com a absorção dos atores mais dinâmicos pela sistémica institucionalidade funcionalizada” (Moreno, 2014, p. 64), traduzida no que comumente se designa por ‘burocracia’, consideravelmente ‘tecnificada’.

Por outro lado, fortes críticas têm surgido, em particular por parte de entidades que reconhecem o ‘restrictivismo’ institucional que afasta o possível contributo de soluções associativas de alternativa construtiva em relação ao modelo vigente, em particular quando apontam a frequente carência de orientação para os resultados, como o seguinte texto sugere:

“É um dos problemas já diagnosticados e atribuído aos contextos territoriais marcados por vícios de institucionalismo ortodoxo e insuficientemente desafiado. Mesmo em áreas onde “parcerias estratégicas” se afirmaram, como no âmbito dos “territórios LEADER”, não é raro que essas, “em lugar de funcionarem como parcerias de ação, definidas pelas problemáticas identificadas e pelos interesses e aspirações das populações que servem, constituem-se como parcerias de enquadramento, ditadas pelos mandatos que recebem da instituição de pertença de cada parceiro (...). Dito de outra forma, em vez de serem fontes de sinergias, frutos da cooperação entre quem se implica, ampliando o seu poder e entusiasmo, tornam-se, em alguns lugares, coletes-de-força colocados nos ‘destinatários’ dos projetos” (ANIMAR et al., 2013: 7-8). Este quadro de domínio das ‘parcerias de intermediação’, fruto de um Estado financiador de entidades mediadoras (“semi-condutoras”) das suas políticas e não como “interlocutoras de políticas locais” (idem: 10) – enquanto sujeitos ativos de processos em transformação – corresponde ao manietado controlo micro-regional e local dos

recursos (materiais e imateriais, físicos, humanos e organizacionais), feito de modo dominante por mecanismos de propensão administrativa tradicional. Com efeito, prevalecendo ainda os procedimentos defensivos da segurança de um modelo imposto de cima para baixo, eivados de formalismos e de formalidades, o 'culto da forma e da formatação' representam o exercício de poderes tutelares não preparados para a adaptação flexível e criadora, mas sim inibidores de uma agilização da iniciativa concertada de base local. A recuperação da 'abordagem LEADER', com todo o seu potencial de 'governança rural', a imbricar/entretecer com outras dimensões da governança socioterritorial, dificilmente poderia deixar de ser uma dimensão-chave de qualificação sistémica socioterritorial de resposta às necessidades" (Moreno, 2013, pp.62-63).

Apesar do exposto, para além do que pode caber às pequenas associações no âmbito da possível participação das dinâmicas inerentes à referida governança territorial/rural em TBD, outras formas de participação subsidiária são alternativa e/ou complemento, em particular dentro de cada município, aproveitando certas políticas municipais ou a conhecida Rede Social, quando é possível participar, por exemplo, em Comissões Sociais de Freguesia (ou outras), ou contribuir de algum modo para o Diagnóstico Social e para o Plano de Desenvolvimento Social (PDS). Face às dinâmicas de iniciativa municipal ou no âmbito das Comunidades Intermunicipais (CIM), por exemplo, outras oportunidades podem ser acedidas através da exploração dos contactos institucionais locais, como normalmente acontece.

- NOTAS FINAIS

Os elementos de análise e reflexão aqui trazidos têm sido numa perspetiva de geografia social com incidência na problemática do associativismo nos Territórios de Baixa Densidade, que não observa apenas a dimensão populacional mas também a da relationalidade de pessoas, individuais e coletivas (de direito privado e público), quando se trata de pensar e agir no futuro dos territórios. Assim,

foi considerado importante pensar não apenas nas entidades da Economia Social, já de si fundamentais, mas também nas parcerias e redes que podem constituir-se como tecidos associativos de outro nível para intervenções estruturantes em TBD, em governança, trazendo contudo novos problemas e desafios relacionados com exclusões ou dificuldade de inclusão de atores não 'formatados' para orgânicas e dinâmicas que precisariam de melhores processos de mediação qualificada e de valorização social e territorial multiparticipada.

O quadro exposto não pôde deixar de ser algo exploratório, face ao que seria necessário considerar. De facto, as áreas com menor intensidade de ação humana e organizacional precisam de estudos e ações, incluindo de investigação social aplicada e com provável emprego de investigação-ação para a inovação social, passando pelo conhecimento das condições específicas das organizações de associativismo popular em TBD, e de como elas poderiam contribuir – com apoio municipal e outros (possivelmente no âmbito de parcerias urbano-rural) – para um exercício de cidadania ativa mais qualificada face aos desafios do desenvolvimento local e rural e da sustentação de percursos socioterritoriais de valorização continuada.

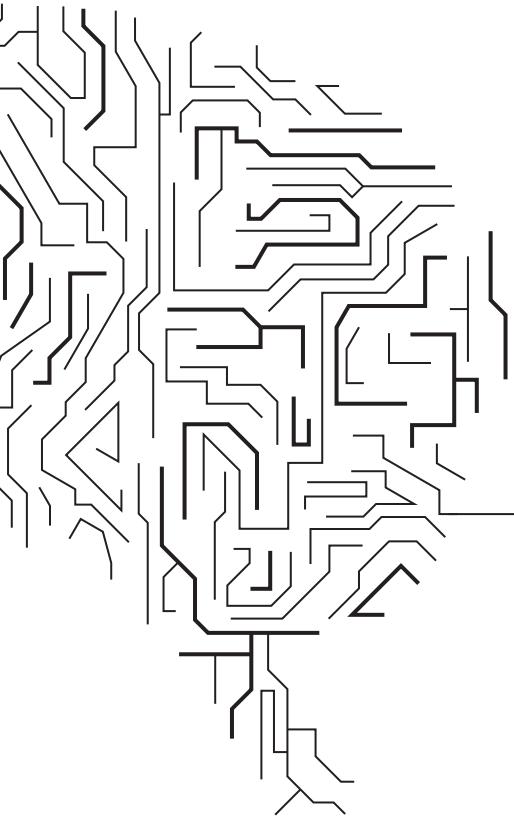
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaro, R. R. (2005). Saúde comunitária: um caminho para o desenvolvimento, Aprender ao Longo da Vida nº 4, Maio 2005, pp. 33-34.
- ANIMAR, et al. (2013). Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia – versão preliminar. ANIMAR / ICE / ADCMOURA, Projecto ASAS - Aldeias Sustentáveis e Activas, Abril de 2013, 11 p.
- Backhaus, J., Genus, A., Lorek, S., Vadovics, E., Wittmayer, J. M. (eds.) (2018). Social Innovation and Sustainable Consumption: Research and Action for Societal Transformation. London: Routledge.
- Bento, R., Ramos, L., & Azevedo, N. (2013). Territórios de Baixa Densidade: Conceito e Aplicação ao Caso Português, in: José Rio Fernandes, Lúcio Cunha & Pedro Chamusca (Orgs.), Geografia & Política, Políticas e Planeamento. Porto, FLUP / CEGOT, pp. 570-584.
- Canaveira, D. (2018). Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Tendências e Perspetivas a partir da Federação Minha Terra. Universidade de Lisboa, IGOT, Relatório de Estágio de mestrado em Políticas Europeias: Desenvolvimento e Coesão Socioterritorial, 98 p. + anexos. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36228>
- CEMAT (2007). Glossary of key expressions used in spatial development policies in Europe; Strasbourg, 14 CEMAT (2006) 6, 24 January 2007, 23 p. Acedido em 20-05-2014 em http://commun.org/upload/Glossaries/European_Glossary/CEMAT_Glossary_Jan_24th_2007.pdf
- Chamusca, P., Bento-Gonçalves, A. (coords.) (2023). Os Desafios (Geográficos) da Governação Territorial. UMinho Editora / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.70>
- CIC Portugal 2020 (2015). Deliberação n.º 55 / 2015. Alteração da deliberação relativa à classificação de Territórios de Baixa Densidade para aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios. Lisboa, Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020, 2 p. + anexos. <https://lisboa.portugal2020.pt/np4/29.html>
- Costa, António Firmino da (1985). Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros, Análise Social, Vol. XXI (87-88-89), pp. 735-756.
- Covas, A. (2004). Política Agrícola e Desenvolvimento Rural: temas e problemas. Lisboa, Edições Colibri, 199 p.
- Covas, A. (2006a). Uma Agenda para as Áreas Rurais de Baixa Densidade. I Encontro Nacional sobre as Áreas Rurais de Baixa Densidade - Mértola, 23 e 24 de Junho de 2006 [artigo de opinião acedido em 05-07-2006 em <http://www.sier.org/sier2/>]

-
- Covas, A. (2006b). Eco-socio-economia das áreas rurais. Uma metodologia para a baixa densidade. Carrazeda de Ansiães, 24 e 25 de Outubro de 2006 [artigo de opinião acedido em 30-10-2006 em <http://www.sier.org/sier2/>]
- Covas, A. (2015). A microgeopolítica das áreas de baixa densidade. Em busca do lado virtuoso da baixa densidade. Comunicação apresentada em Mértola em 18-04-2015 e disponibilizada no Fórum C&T – Cidadania & Território em 18-06-2015, 16 p.
- Esparcía Pérez, J. (2017). Capital social y desarrollo territorial: redes sociales y liderazgos en las nuevas dinámicas rurales en España. Universitat Autònoma de Barcelona. Departament de Sociologia, tesis doctoral, 858 p. <https://ddd.uab.cat/record/187370> CapitalSocial&DesTerr_Soc_Esparcia_2017.pdf
- Felício, J. A. F. (1996). Com um pé cá e um pé lá: ausentes que permanecem presentes. Associativismo de interesses em comunidades rurais – o caso das Comissões de Melhoramentos do concelho de Góis. Coimbra, FEUC, dissertação de licenciatura, 381 p.
- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro", Sociologia, Problemas e Práticas nº 33, pp. 45-54. + EURE (Santiago). [online]. set. 2000, vol.26, no.78 [citado 06 Febrero 2006], pp.123-130.
- GPP (2018). Evolução da população rural no Continente. In A. S. SAMPAIO et al. (coords.) População e Território Rural. CULTIVAR - Cadernos de Análise e Prospetiva n.º 11, março de 2018, pp. 95-106. Lisboa, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral [GPP].
- Haesbaert, R. (2016). Território / territorio / territory, In: J.A. Rio Fernandes, L. López Trigal & Eliseu S. Sposito (orgs.), Dicionário de Geografia Aplicada. Terminologia da análise, do planeamento e da gestão do território. Porto, Porto Editora, pp. 493-494.
- Laville, J.-L., et al. (2000). Terceiro Sistema: uma definição europeia, in: CIRIEC - As empresas e organizações do terceiro sistema: um desafio estratégico para o emprego. Lisboa, INSCOOP, Cap. 5, pp. 185-227.
- Lopes, R., & Mota, B. (2021). Innovative local policies in Portuguese low-density rural areas. *Innovative local policies in Portuguese low-density rural areas*, (2), 388-409.
- Mendes, A. C. (2024). Características Económicas das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Análise Associativa n.º 11, pp. 160-171.
- Moreira, M. B. (2006). Empresariado Rural. Tópicos para Reflexão, in: Maria Lucinda Fonseca (Coord.), Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer (pp. 171-188). Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

-
- Moreno, L. (1999). A serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada”, in: C. Cavaco (coord.), Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia, Lisboa, CEG, EPRU nº 50, pp. 395-414.
- Moreno, L. (2002). Desenvolvimento Local em meio rural: caminhos e caminhantes. Universidade de Lisboa, FLUL: Tese de Doutoramento em Geografia Humana, 498 p. + apêndices. <http://hdl.handle.net/10400.5/96115>
- Moreno, L. (2005). Densidade relacional e territorial estratégica em meios desfavorecidos: desenvolvimento local e o papel das organizações cívicas e solidárias. Actas da Conferência “Políticas Públicas para o Desenvolvimento”. Lisboa, ISCTE, Dinâmia. DOI: 10.13140/RG.2.2.36363.59687
- Moreno, L. (2013). Governança nas Políticas de Desenvolvimento Local e Inovação Institucional. Lisboa, Ed. Animar / ISA / INIAV / Rota do Guadiana, 71 p. DOI: 10.13140/2.1.1986.3686
- Moreno, L. (2017). Social capital and rural development in Europe: a geographical perspective. In E. Pisani, G. Franceschetti, L. Secco & A. Christoforou (Eds.), Social Capital and Local Development. From theory to empirics (pp. 61-81). London: Palgrave Macmillan. DOI: 978-3-319-54277-5_4
- Moreno, L. (2023). Os caminhos do Desenvolvimento Local em Portugal. In Alcides A. Monteiro e António Fragoso, Desenvolvimento Local em Portugal (pp. 21-35). Edições Afrontamento. https://www.animar-dl.pt/wp-content/uploads/2024/07/DesevolvimentoLocal_PDF.pdf
- Moreno, L. (coord.), et al. (2003). Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local. Lisboa, animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, 237 p.
- Moreno, L. (2008). O papel do associativismo na governança do espaço rural, *Le Monde diplomatique* - edição portuguesa, II Série, nº 18, p. 3 [In: Dossiê «Portugal rural: mito ou realidade?», pp. 2-4].
- Moreno, L. (2014). O Desenvolvimento Rural e Local face aos desafios da Governança em Portugal, in; Luís Moreno (ed.), O Rural - Leituras, Dinâmicas, Animação e Desenvolvimento. Vez e Voz, Edição Especial, Outubro de 2014, pp. 63-68. <https://www.animar-dl.pt/recursos/vez-e-voz-2014-rural/>
- OECD (2020). Rural Well-being: Geography of Opportunities, OECD Rural Studies.

-
- Pedroso, E., Neves, E., Ramos, C., & Rodrigues, C. (2023). Conta Satélite da Economia Social 2019/2020 / Social Economy Satellite Account 2019/2020. Coleção de Estudos de Economia Social n.º 17, CASES / INE, 178 p. <https://cases.pt/contasatelitedaes/>
- Perrier-Cornet, P., & Hervieu, B. (2002). Les transformations des campagnes françaises: une vue d'ensemble. In P. Perrier-Cornet (Ed.), *Repenser les campagnes: la Tour d'Aigues* (pp. 9–31). Datar, Éditions de L'aube.
- Piccand, R. (1984). *Création d'effets externes positifs dans les régions dispersées*, Editions Universitaires Fribourg, Suisse.
- Portela, J. (1997). O meio rural em Portugal: Entre o ontem e o amanhã, Revista de Administração Local, nº 159 (1997), 237-260.
- Ramos, L., Azevedo, N., & Bento, R. (2012). Determinação do conceito e mapeamento dos Territórios de Muito Baixa Densidade em Portugal Continental. Relatório - versão final. Vila Real, UTAD/ECT - Grupo de Estudos Territoriais, 82 p.
- Rocha-Trindade, M. B. (1986). Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência, Análise Social vol. XXII (91), pp. 313-330.
- Rolo, J. C., Cordovil, F. (2014). *Rural, Agriculturas e Políticas*. Lisboa, Animar / Projecto Ruranimar, 63 p.
- Santos, J., & Mendes, A. C. (2015). Qual o valor económico do trabalho voluntário? O caso das coletividades de cultura, recreio e desporto em Portugal. Análise Associativa n.º 2, pp. 102-112.
- Silva, K., Silva, D. G., & Malheiros, J. (2022). Revisitar o Dualismo Sociodemográfico e Económico Português: significado, tendências e estratégias face às desigualdades entre Territórios de Alta e Baixa Densidade. In: M. I. Martín Jiménez, J. I. Plaza Gutiérrez & D. Ramos Pérez (Coord.), *XVII Coloquio Ibérico de Geografía. Nuevas fronteras y nuevos horizontes en la Geografía Ibérica: políticas y transformaciones territoriales*. Libro de Actas (pp. 588-597). Univ. Salamanca / Asociación Española de Geografía.
- Verburg, P. H; et al. (2010). Trajectories of land use change in Europe: a model-based exploration of rural futures, *Landscape Ecology* nr. 25 (2), pp. 217-232. DOI 10.1007/s10980-009-9347-7



MIGUEL TORRES

ANIMADOR CULTURAL DESDE 1987 NA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE TONDELA - ACERT, EM TONDELA, COM O DIPLOMA EUROPEU DE GESTÃO DE PROJECTOS CULTURAIS DA FUNDAÇÃO MARCEL HICTER.

FOI PRESIDENTE DA ANIMAR ENTRE 2006 E 2009. É DESDE NOVEMBRO DE 2021 COORDENADOR EXECUTIVO DA ADICES - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, E DESDE OUTUBRO DE 2022 PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA MINHA TERRA - FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA

- AS ASSOCIAÇÕES E A SUA COMUNIDADE?

Cada vez mais acredito que a nossa relevância se demonstra menos pelo que somos, e mais, por sem perder o foco no que somos, no que fazemos para as pessoas para quem trabalhamos.

O maior desafio dos processos de desenvolvimento em comunidades como as nossas prende-se com a capacidade de mobilização dos actores locais na busca e implementação das soluções. O papel desses actores não pode, em nenhum caso ser visto como uma acção exclusiva, mas sim como a capacidade que vão tendo de juntar diversas capacidades capitalizando mais valias em prol de uma actuação multifacetada.

O movimento associativo de base local sempre foi um exemplo desta forma de ver a intervenção. Uma intervenção fazendo uso de todos os seus recursos colectivos, que são muito mais do que a soma dos recursos individuais de cada um dos seus activistas. E esses recursos são muitos. Se há coisa que sempre caracterizou intervenção foi a quantidade, qualidade e capacidade de mobilização de uma massa crítica atenta, comprometida e disponível para a construção colectiva.

Essa capacidade foi sempre muito notada na diversidade de intervenções em que, sem prescindir da criatividade, se pensou o território como um todo e a arte e a cultura como ferramentas indispensáveis para a intervenção.

- O ASSOCIATIVISMO, A PARTICIPAÇÃO E A DEMOCRACIA

A participação democrática dos cidadãos é um elemento-chave da construção das alternativas, ou continuidades, necessárias à afirmação dos territórios, seu presente e futuro.

Vivemos um momento particularmente difícil da nossa vida colectiva. A pandemia veio colocar a nu, ou até exacerbar, os efeitos dum alheamento da comunidade sobre assuntos fundamentais. Momento em que nos foi dito que a forma de salvar a nossa comunidade é apartarmo-nos dela, em que o hiperindividualismo é parte integrante do discurso institucional, face a uma necessidade de isolamento. “Fique em casa”, como defesa de uma comunidade que, a ser assim, se fragiliza enquanto tal.

Por outro lado, a apropriação que está a ser feita por formas políticas extremas, usando o domínio das ferramentas de comunicação, tentando transmitir um discurso de liberdade, que mais não é do que uma tentativa de limitação da mesma, sobretudo da liberdade dos outros. E o outro somos todos nós!

Ou seja, a situação causada pela pandemia veio reforçar, do ponto de vista formal, um dos problemas que muitos identificavam como sendo um dos problemas de base da nossa comunidade, a falta de participação dos cidadãos na sua vida colectiva.

É necessário encontrar as formas e os temas de mobilização. Sem ela não existe nem recuperação nem resistência. O Associativismo, a Arte e a Cultura têm um papel fundamental a desempenhar para esta mobilização.

Não basta ter estratégias de industrialização, digitalização e tecnologias. É necessário, em paralelo, ter estratégias de informação e codecisão com os diferentes níveis da comunidade, de forma que esta se sinta parte das soluções e não meramente etapas do problema.

É também necessário contrariar um discurso sobre uma suposta subsidiodependência das associações relativamente aos vários organismos do Estado, seja central ou local. Se olharmos sobretudo para os territórios do interior, verificamos muitas vezes que o movimento associativo cumpre funções que caberiam ao Estado cumprir, em muitos casos substituindo-o mesmo. O que leva a uma pergunta: Serão as associações que são subsídio-dependentes, como é muitas vezes referido ou, é o Estado que é associativo-dependente? Sem estes espaços de prestação de serviços comunitários essenciais, entendendo aqui a própria animação territorial com tal, como ficaria a coesão territorial de que muito se fala, não estaríamos perante um país sem cumprir os mínimos de serviços ao cidadão? E que espaços existiriam para o exercício da cidadania?

Os desafios do desenvolvimento sustentável nos seus diferentes níveis, económico, social e ambiental são absolutamente centrais no envolvimento dos cidadãos e na partilha de estratégias comuns. A sustentabilidade existe se for para o território todo, e não somente numa parte.

Em suma, é necessário que tenhamos no centro da nossa visão, as pessoas e os espaços onde estão. Não somente as pessoas como um fim, mas sim como participantes activos na construção dessa mesma visão.

Todos nós sabemos que um cidadão envolvido defende, sempre, a visão que ajudou a construir.

“Será melhor pensarmos numa cidade sem cidadãos?”

É a frase proferida pelo, na altura, Presidente da República Portuguesa, Dr Jorge Sampaio na abertura do Fórum «Cidadania Activa Mais e Melhor Democracia», em 5 de Abril de 2003, em Coimbra.

Esta pergunta surge na sequência de um conjunto de constatações que faz na mesma intervenção, nomeadamente:

“Os portugueses participam pouco...”

“Portugal revela os valores mais baixos do voluntariado em toda a Europa...”

“Portugal é um país de desconfiados. Em 1999, um em cada dez portugueses dizia poder confiar nos outros. No conjunto da União Europeia, em 1999 cerca de 30% dizia ter confiança no outro. Somos, pois, o país europeu mais desconfiado.”¹

A questão da participação é central na nossa sociedade. Não é possível construir uma sociedade mais democrática, justa, solidária, e por consequência mais forte sem a participação do conjunto dos cidadãos que a compõem. Muito discursos vão no sentido de que vivemos num tempo de individualismo e desconfianças que nos impedem uma disponibilidade para os outros e consequentemente para a participação em acções em comum.

Alguns movimentos vão surgindo na sociedade que têm como objectivo a necessidade de afirmação das condições para a promoção dos cidadãos, baseadas sobretudo na capacidade de o movimento associativo local ser ele mesmo promotor da participação. Como vem num documento inicial desse movimento, “A Constituição da República Portuguesa contempla, quase diríamos com igual dignidade, a Democracia Representativa e a Democracia Participativa. Dela ressalta com clareza que uma e outra são estruturantes do funcionamento da nossa sociedade.”²

Mas de facto não criamos na sociedade condições para o exercício dessa democracia participativa: o Estado financia a democracia representativa, mas não o faz relativamente à participativa. Portanto quando nos “queixamos” da falta de

¹ Mensagem de Jorge Sampaio - Cidadania activa, mais e melhor democracia _ José Dias (org.) Edições Afrontamento - 2003

² Dar corpo a um movimento social – Rui D’Espiney texto de enquadramento de Congresso do associativismo e da democracia participativa - 2010

participação dos cidadãos não referimos que na maior parte das vezes não criamos condições para que essa participação se verifique.

No entender de muitos, a resposta a esta carência verifica-se no seio da intervenção das associações, pois estas ao funcionarem com princípios de igualdade e democracia, ao estarem junto dos cidadãos e dos seus problemas, têm uma capacidade de puxar para a sua acção estas questões envolvendo os directamente beneficiários. A capacidade de mobilização das comunidades está muito ligada a um movimento associativo forte.

Como resultado desta falta de participação cidadã estamos a assistir a uma crise na nossa sociedade democrática. Uma crise que tem uma das suas géneses no facto de os cidadãos não reconhecerem utilidade na sua participação. Vivemos um momento em que o individualismo se sobrepõe ao interesse colectivo.

E importa também reflectir sobre do que falamos quando nos referimos à participação. O que é o cidadão participante?

“Ser cidadão pressupõe hoje, como nunca, ser sujeito do seu próprio desenvolvimento. Aprende-se exercendo o “direito de”, em interacção, num processo colectivo, numa rede de solidariedades onde, a partir dos nossos espaços quotidianos, nos conscientizamos e intervemos como seres sociais”³.

Temos uma sociedade profundamente desigual⁴, estupidificada com a ilusão do acesso livre à informação, à comunicação e ao lazer que eles permitem. Uma sociedade de consumo que, como dizia Marcel Hicter num discurso já nos idos de 1974 “...na sociedade de consumo onde quem tem o poder de produzir tudo são os mesmos que detêm o poder de o fazer consumir, o lazer não liberta. Alienia tanto como o trabalho. São os tempos do consumo dos produtos culturais produzidos pelos produtores de "hardware" para fins de lucro.”⁵

“É na digestão da angústia e na narrativa da indignação que me posiciono dentro do tecido cosmopolita desfronteirizado, complexo, desorientado, desunido, desiludido, irreverente, onde se procura um outro futuro, um destino utópico, novas formas de participação democrática, outros modos de democratizar o exercício do

³ in Carta do congresso do associativismo e da democracia participativa 2010

⁴ Como mudar um mundo onde os quinhentos indivíduos mais ricos têm tanto rendimento quanto o dos 40 países mais pobres ou o de 416 milhões de pessoas e onde o colapso ecológico é uma possibilidade cada vez menos remota? SANTOS, Boaventura Sousa. O Estado do Mundo Segundo Três Interrogações, in Inquérito Jornal de Letras, 30 de Maio de 2007

⁵ Pour une démocratie culturelle – Marcel Hicter – Fondation Marcel Hicter Bruxelas 1980 pag 290

político, de igualdade radical de direitos, de relacionamento humano solidário, de respeito cívico, de respeito pela natureza, ... O sentido crítico da análise pessoal do mundo em que vivemos transporta essa consciência para a intervenção política, estabelecida na cumplicidade com que se constrói a relação com as diversas comunidades a que se pertence.”⁶

É nesta “digestão da angústia” como refere José Paiva, em que procuramos outros rumos, outros futuros que não os que se adivinham, que faz sentido a promoção da participação a partir do movimento associativo.

É o momento em que, mais que referirmos as virtualidades da participação, devemos passar a uma experimentação que nos leve a uma “Escola de Participação”. Uma experimentação que nos possibilite demonstrar às crianças e jovens que têm um papel a desempenhar no seu largo, rua, jardim e por consequência na sua comunidade.

Uma experimentação que valorize o conhecimento local, a imaginação, a criatividade.

Uma experimentação que permita mostrar formas alternativas de educação que, fugindo aos cânones habituais, podem ajudar a recentrar a importância das associações na comunidade.

Uma experimentação que permita aos decisores políticos ganhar uma renovada legitimidade nas políticas locais.

Uma experimentação que permita às nossas comunidades valorizarem o seu recurso endógeno mais importante, as pessoas.

Em suma, uma experimentação que enquanto cidadãos nos transforme em activos de um capital social fundamental para a construção conjunta de melhores futuros.

- DESENVOLVIMENTO E EXPERIMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS ACTIVAS DE PARTICIPAÇÃO

É muitas vezes referido que um dos problemas da sociedade moderna é a incapacidade dos jovens em se envolverem ou participarem na vida activa da

⁶ ARTE/desENVOLVIMENTO tese de doutoramento de José Carlos de Paiva e Silva - Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

comunidade a que pertencem. No estudo sobre o movimento associativo do Concelho de Tondela⁷, é referido como um dos principais problemas, essa incapacidade de os jovens se integrarem nas actividades associativas ou comunitárias.

“As questões de natureza social foram destacadas, nomeadamente: 1º a falta de gente jovem que integre as direcções e dinamize o trabalho associativo, muito em especial nas Associações juvenis; 2º os conflitos intergeracionais, sobretudo ao nível da programação de actividades; 3º o défice de participação e a falta de alternância no exercício dos cargos de direção; 4º a falta de conhecimento do tecido associativo concelhio, e concomitante ausência de cooperação”⁸.

Os jovens são apontados como sendo os causadores do fim de um determinado estilo de vida, ou sociedade, baseado na comunidade local. Isso é ainda mais visível nas comunidades de pequena ou média dimensão.

Esta constatação é feita numa sociedade de consumo em que os jovens são “aliciados” a estar em contacto permanente uns com os outros. Seja através do uso da internet e das suas diversas “redes sociais”, apelativas, que propiciam um tipo de criação de “amizades sem rosto visível”, seja através do uso dos telemóveis, sobretudo com o recurso às referidas redes sociais. Um aliciamento que lhes consome todo o tempo disponível, e não só, incapacitando-os assim para uma participação na vida social da sua comunidade, inclusive da sua família.

Mas será que aquilo que este discurso recorrente pretende transmitir corresponde à verdade?

Será que os jovens não estão de facto interessados em nada que tenha que ver com a sua comunidade?

Será que os jovens perderam a sua capacidade de intervenção e voluntariado?

A experiência da Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT) com os jovens da localidade, faz-nos encarar este problema a outra luz, revelando o papel que um projecto associativo e artístico pode desempenhar para a promoção da participação dos jovens na vida da comunidade.

⁷ Associativismo no Concelho de Tondela: Caracterização, estrangulamentos e perspectivas de futuro Artur Cristóvão (Coordenador), Armando Loureiro, Alberto Baptista edição Tondela: ACERT 2007

⁸ idem ver página

- O CASO ACERT E DA “QUEIMA DO JUDAS”

“Em 1985 a ACERT “recebe” de um grupo de cidadãos de Tondela a passagem de testemunho para a realização da queima do Judas, tradição antiga da comunidade”.⁹ A constante reinvenção de um modelo de celebração permitiu ao longo da história ir transformando aquilo que era uma celebração pagã associada à chegada da primavera e ao início de um novo ciclo de produção agrária, num exorcismo dos males personificados pelo Judas cristão (traidor, encarnação do mal). Quando tomou o encargo dessa celebração, a Queima do judas era a queima de um boneco feito de palha e trapos velhos, à porta da Igreja Matriz de Tondela, no Sábado de Aleluia à saída da missa, por volta das 23.00h.

A ACERT transformou-o num julgamento popular de uma figura monumental simbolizando todos os males ocorridos desde o ano anterior.

“(…) adaptada a um acontecimento teatral e musical, a Queima do Judas ...passou a ser um marco de integração não só na comunidade, mas de integração da comunidade nos espectáculos”.¹⁰

A Queima do Judas tem hoje um formato, a que foi associada a “Fábrica da Queima”, ou seja, uma semana de trabalho e formação intensiva em áreas tão diversas como a música, construção cenográfica, movimento, interpretação e figurinos.

Mantendo o julgamento, o Judas é acusado, e condenado por crimes cometidos no ano transacto, a nível local, nacional e internacional. O texto é construído colectivamente recolhendo aquilo que as pessoas identificam como os crimes, desmandos ou atropelos cometidos sobre a comunidade, correspondendo a cada acusação um quadro teatral. Todos os anos o Judas é acusado de um crime local, um nacional e um internacional. Estes quadros teatrais são construídos com uma linguagem satírica, humorística e cáustica muito do agrado do público que assiste ao espectáculo.

A “Fábrica” abre no Domingo anterior à Páscoa e dura até ao Sábado seguinte, dia da apresentação do espectáculo, funcionando das 9.30h às 23.30h. Neste espaço de tempo todo o espectáculo é construído por cerca de 400

⁹ In prospecto A Tradição não pode acabar – O Judas vai rebentar, 1986, edição A.C.E.R.T., Tondela)

¹⁰ DINÂMICAS CULTURAIS E CIDADANIA: as culturas locais na Pós-modernidade. Um estudo de caso – Cláudia Monteiro Pato de Carvalho Coimbra: FE-UC 2004

voluntários de Tondela e de outras regiões do país (a sua maioria jovens entre os 14 e os 20 anos, mas também um considerável número de trabalhadores, menos jovens, que participam somente nos ensaios da noite. Este período é-lhes sempre salvaguardado permitindo que também se integrem na actividade) com orientação dos formadores (elementos da equipa da ACERT). Formam-se grupos que têm a seu cargo, uns, a música, outros, a cenografia, outros representam os quadros das acusações, outros dão apoio técnico, outros fazem os figurinos.

A música criada e ensaiada, os movimentos do grupo criados e os actores com o texto criado e ensaiado para apresentar ao público no final, ou seja, 7 dias depois, temos um boneco (o Judas) com cerca de 8 metros de altura construído em papel, vimes e canas. O boneco tem normalmente duas faces: uma primeira que é a que está virada para o público quando do decurso das acusações e que é habitualmente uma figura bonita, inspiradora. Quando da sentença e decisão de que “os males foram tantos que temos que o queimar” o Judas mostra a sua face para arder e aqui é normalmente uma figura demoníaca meio bicho, meio homem. No sábado, por volta das 23.00h no espaço da feira de Tondela cerca de 5000 pessoas juntam-se para assistir a um ritual de festa e celebração da comunidade, construído pela própria comunidade. Tendo por base a “Malha Suprema” música criada pelo Galego Fran Pérez:

*"Não andamos a reboque
Dos que nos querem domar
Para o futuro ser bem nosso
E não sermos pele e osso
Judas vais rebentar"*

*Tiruliruliru tiruliruliruló
Vamos queimá-lo sem dó"
"Malha Suprema"- Fran Pérez¹¹*

É um espectáculo grandioso, de teatro, música, som e luz, que culmina com a queima em fogo preso da gigantesca figura que simboliza as maldades do mundo.

¹¹ Fran Pérez – 1968/2016 – compositor galego que assumiu a direcção musical da Queima do Judas durante vários anos

Este exemplo, que se repete há anos, serve-nos para reflectir nas primeiras linhas deste texto. Será que os jovens perderam a sua capacidade de participação?

No nosso entender, não. Tendo a própria comunidade mudado de feição, eles mudaram, isso sim, a sua forma de relacionamento com ela, mas não perderam o interesse em se envolverem em projectos que lhes despertem a curiosidade e criatividade.

A capacidade de trabalho dos jovens que se envolvem neste projecto é esmagadora, a sua capacidade de assumir responsabilidades perante um colectivo impressionante.

- QUAL A FÓRMULA?

O objectivo de intervir criticamente na sociedade; a possibilidade de construir algo; o prazer de ver reconhecidas pelo grupo e pela comunidade as suas capacidades, por mais diminutas que possam parecer; o grupo e os confrontos que ele gera; o sentido da festa, da alegria e da libertação que ela transporta.

Qual a importância que pode ter um projecto artístico para a promoção da participação associativa dos cidadãos? E que benefícios daí podem advir?

François Matarraso¹² divide em 6 áreas os benefícios que pôde verificar num estudo efectuado na Grã-Bretanha.

- Em primeiro lugar, no desenvolvimento pessoal. Ao criar autoconfiança que se reflecte na vida social das pessoas, dá aos grupos uma oportunidade de pensar nos seus direitos e também nas suas responsabilidades, ganham-se competências pessoais e sociais e vantagens na aprendizagem;

- Em segundo lugar, no papel que pode desempenhar na coesão social, nomeadamente porque junta pessoas e cria espaços neutrais onde novas relações se podem desenvolver, encoraja o companheirismo e a cooperação e, ao juntar diferentes gerações, contraria os confrontos inter-geracionais;

- Em terceiro, no seu papel no empoderamento (empowerment) da comunidade, pois encoraja os participantes a serem cidadãos mais activos, dá

¹² Use or Ornament? The Social Impact of Participation in the Arts in Cultura em Ação: Impactos sociais e território. Organização: Álvaro Domingues, Isabel Silva, João Teixeira Lopes, Alice Semedo · Porto: Afrontamento 2003

ferramentas de construção colectiva que podem ser aplicadas em outros projectos;

- Em quarto lugar, contribui para a criação de uma identidade e imagem locais, pois cria um sentido de pertença e de orgulho nessa pertença quando se passa a ser visto pelos de fora como elementos de algo muito inovador ou marcante;

- Em quinto lugar, ao desenvolver a criatividade e a imaginação, a participação associativa em processos artísticos altera a nossa forma de vermos o nosso próprio trabalho, permite-nos correr riscos no sentido positivo, e leva-nos a ser mais empreendedores;

- E por último, Matarraso fala no papel que a participação num projecto artístico associativo desempenha na saúde e bem-estar, considerando que é evidente que a participação nestes processos faz as pessoas sentirem-se melhor, e consequentemente mais felizes e disponíveis.

Esta análise feita por Matarraso deixa poucas dúvidas sobre o papel que a arte e os processos artísticos associativos podem ter sobre o desenvolvimento de uma comunidade. Deixa poucas dúvidas, a quem há cerca de 16 anos faz este espectáculo da “Queima do Judas” sobre o que ele tem significado para a comunidade nomeadamente a forma como os jovens se vêm e são vistos dentro dessa mesma comunidade.

Posto isto, não acreditamos viver numa sociedade onde haja uma determinada faixa, neste caso os jovens, que não encaixa. Os jovens não estão de todo indisponíveis para a colaboração colectiva. Têm como nenhuma outra geração teve antes deles, acesso a uma enorme oferta disponível a qualquer hora, em qualquer espaço, a todo o momento, a todo um mundo de informação e entretenimento. Um mundo onde a criatividade existente parece não ter limites, mas onde predomina o consumo dela, e não a sua produção.

Por isso, quando as propostas de criar algo são aliciantes, sem compromissos de longo prazo, com espaços de confrontação real (em vez da virtual em que se movem todos os dias) e que leva a resultados visíveis, palpáveis e até registáveis (para colocar em seguida nesse mundo virtual em que se movem), a sua capacidade de construção colectiva é inultrapassável.

Como utilizar este capital em prol da comunidade é o desafio, como desenvolver metodologias que promovam a participação, a tarefa.

Cada vez mais, a identidade e a fragmentação serão os verdadeiros *leitmotifs* da era global, e a multiculturalidade o tema que marca a vida das pessoas e a resposta às exigências do futuro. Um contexto social e localmente relevante onde todos possam encontrar o reconhecimento necessário para a construção dos seus percursos de realização, será indispensável. Um contexto que contribua para a construção de uma identidade própria e de uma consciência política capaz de responder a todos os desafios de um mundo cada vez mais complexo. O surgimento desta identidade e consciência política implica a construção de uma comunidade envolvendo um conceito activo de cidadania, onde a participação seja algo de fundamental na vida de cada um. Uma comunidade capaz de mobilizar todos os recursos ao seu dispor para se renovar significativa e sustentavelmente. O associativismo de base local é sem dúvida o espaço de construção dessa mobilização.

Uma cultura e comunidade europeias não existirão sem que, antes, tenham sido construídas e assumidas localmente. Para que isso aconteça o processo de globalização representa também uma oportunidade para as comunidades locais. Pela perspectiva de *inputs* que trazem e enriquecem as pequenas comunidades e pela possibilidade de transportar essa comunidade para fora, criam circuitos de intercâmbio absolutamente essenciais para o seu fortalecimento.

Uma comunidade construída na base de uma reciprocidade generalizada é mais eficiente do que uma sociedade desconfiada. A confiança lubrifica a vida social. Redes de envolvimento cívico facilitam a coordenação e comunicação e amplificam as potencialidades individuais. As comunidades não serão mais civilizadas e viverão melhor porque são mais ricas, mas, antes, serão mais ricas porque terão assumido o desafio de privilegiar o viver juntos, partilhando o mais possível a participação para a construção colectiva.

Se olharmos para uma diferente realidade, neste caso ao nível de uma região da Europa, Chris Keulemans diz a respeito dos Balcãs: “eu acredito muito firmemente que as artes são o centro da questão no Balcãs.... eu vi como os novos artistas estão a reinventar o seu trabalho, o seu ambiente e identidade. Eu vi-os abraçados no Centro para a Descontaminação Cultural em Belgrado discutindo a responsabilidade de confrontar a sua sociedade com a questão da culpa durante os dias em que o regime de Milosevic parecia nunca mais acabar.”¹³

¹³ Discurso proferido por Chris Keulemans, durante a conferencia “The Heart of the Mater – the role of the arts and culture in the Balkans European integration” Organizada pela Fundação Cultural Europeia em Haia em Dezembro de 2005

São a arte e a cultura a renovação do associativismo e da cidadania, entendendo-se esta como empenhamento na participação?

E esta participação o que é? Quando falamos em projectos artísticos estaremos a confundir participação com “expectação”, entendendo que o mero espectador é um participante?

- SERÁ POSSÍVEL PROMOVER O ASSOCIATIVISMO E A PARTICIPAÇÃO SEM A ARTE?

Todas estas questões são fulcrais para quem tem centrado a sua acção na demonstração da cultura como uma ferramenta imprescindível de desenvolvimento.

A arte e a cultura têm, de facto, como fica claro no texto de Chris Keulemans, o poder de unir/desunir uma determinada comunidade em torno de um objectivo específico, com capacidade e qualidade de entrega de quem a promove, como afirma Matarrasso.

A construção da cidadania activa faz-se através do envolvimento da comunidade na resolução dos seus próprios problemas. Faz-se também pelo reconhecimento por parte dos decisores políticos locais, nacionais ou internacionais de que a comunidade em que estão envolvidos tem uma mais-valia para dar, assim lhe dêem essa oportunidade. Tem também a ver com a capacidade de trabalho em proximidade que pode fortalecer as capacidades dos que não as tendo, contam.

As metodologias participativas que são utilizadas para a mobilização das comunidades são, pois, uma ferramenta imprescindível para promover uma comunidade mais inclusiva, justa e solidária. O associativismo e arte enquanto elemento despoletador têm aqui um papel fundamental.

“o artista não vê o mundo, o mundo social e económico, somente através das estatísticas, como o economista ou, vamos lá, também como o pedante. O artista não pode ver o mundo somente através dos números, dos gráficos e da matematização da realidade. O artista não pode falar do que não ouve com seus ouvidos, do que não experimenta, do que não imagina com sua imaginação criadora individual. O artista é semelhante ao passarito que só canta com a própria voz, só ama quando aquece o tempo na primavera. O artista não se assemelha ao negociante para quem todos os dias

*do ano são bons para trocar impressões com aqueles que lhe trarão os lucros. Contudo, ao artista é necessário o saber; mas também é necessário ver, intervir, viver os acontecimentos e as situações, estranhas ou normais, em que se encontram os outros.*¹⁴

- A IMPORTÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO NA ANIMAÇÃO TERRITORIAL

A dinamização e animação territorial reveste-se de fundamental importância nestes processos, levando as pessoas a sentirem-se realizadas pelo projecto que concretizam, sentimento indispensável em particular quando está em causa uma comunidade desmotivada, sem auto-estima, descrente no seu próprio poder. Tal com refere Bravo Nico¹⁵ nos três “P” estratégicos do trabalho em projectos: Pequenos, Práticos e Possíveis.

A necessidade destas organizações terem uma estratégia de animação em que o animador cada vez mais funcione, não como interventor, mas como mediador de processos de mudança que lhe são exógenos e que, espera-se, dêem origem a poderes que em última análise questionem o seu próprio poder é factor decisivo para o reconhecimento destes processos por parte de quem neles participa.

Animadores que:

- Com constante reforço da postura cidadã, caracterizada pelo inconformismo face à exclusão (nas suas diferentes formas), à violência e às injustiças;
- Procurando sempre o desenvolvimento de uma atitude de escuta activa, passível de permitir a auscultação de expectativas, medos e potencialidades ocultas nas comunidades;
- Promovendo a valorização dos afectos e da afectividade enquanto forma de relacionamento, na convicção da importância das dimensões emocionais em toda a produção de dinâmicas e de conhecimento;
- Reforçando a sensibilidade, condição necessária ao respeito do outro, fundamento de qualquer prática democrática emancipatória;

¹⁴ Flausino Torres, “A propósito de...o dinheiro e o pão” in revista vértice número 260 Maio de 1965

¹⁵ José Bravo Nico é professor associado da Universidade de Évora, director da Suão – Associação para o Desenvolvimento Comunitário de São Miguel de Machede

- Explorando a criatividade, traduzida na arte de ultrapassar obstáculos, pela formulação de saídas mobilizadoras;
- Estimulando um sentimento de segurança inquieta, isto é, ditado por um misto de confiança em si e receio de insucesso, indispensável ao enfrentar as incertezas que um futuro de mudança promete;
- Sendo promotor da capacidade de se viver com naturalidade o crescimento de autonomia das pessoas que formalmente anima, assumindo como desejável a potencial alteração do seu papel como polarizador da acção;
- Assumindo a utopia enquanto recurso da recriação da realidade: ao contrário do irrealismo que constitui uma incapacidade de perceber o presente, a utopia deve ser encarada como uma capacidade de antecipação de futuro, de um futuro que supera as contingências do presente.

“A luta pela qualidade de vida não é já apenas a expressão de uma utopia, mas sim o anunciar de valores e de forças sociais susceptíveis de reorientar o crescimento económico. Crise de crescimento? Crise do capitalismo? Crise da sociedade industrial e do produtivismo? Crise da civilização e das instituições”¹⁶

¬ E O EXEMPLO DO PROGRAMA LEADER¹⁷

De forma simplista podemos dizer que o LEADER é uma metodologia de trabalho assente em princípios que norteiam a intervenção, baseados em estratégias locais de desenvolvimento por zona; Abordagem ascendente no que

¹⁶ Portugal: Que vias de desenvolvimento? Que instituições? – Debate organizado em Lisboa a 12 de Abril de 1980, pelo Centro de Estudos Socialistas (CES) e por Reflexão e Ação Socialista (RAS)-Edições Afrontamento 1980

¹⁷ Há 30 anos, a Comissão das Comunidades Europeias estabelecia uma nova abordagem para o desenvolvimento das zonas rurais a abordagem LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) que inspirou o atual instrumento DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária). Esta abordagem tinha “como objetivo aumentar o potencial de desenvolvimento das zonas rurais, baseando-se em iniciativas e competências locais, promovendo a aquisição do saber-fazer no domínio do desenvolvimento integrado local e divulgando esse saber-fazer a outras zonas rurais.” 7 princípios da abordagem LEADER: 1 - Estratégias locais de desenvolvimento por zona; 2 - Abordagem ascendente no que diz respeito à elaboração e execução de estratégias; 3 - Parcerias locais dos setores público e privado: grupos de ação local; 4 - Ações integradas e multisectoriais; 5 - Inovação; 6 - Cooperação; 7 - Ligação em rede.

diz respeito à elaboração e execução de estratégias; Parcerias locais dos sectores público e privado: grupos de acção local; Acções integradas e multisectoriais; Inovação; Cooperação; Ligação em rede. Tudo isto “embrulhado” num princípio básico que é a autonomia.

Esta metodologia assente nestes princípios tem, ao longo dos últimos 30 anos, permitido sustentar intervenções de base local que, na maioria dos casos, transformaram a realidade dos territórios onde aconteceram. O movimento das Associações de Desenvolvimento Local, que tem desenhado e implementado estratégias locais a partir da comunidade e das fragilidades que esta identifica, tem sabido ao longo da sua história corresponder às expectativas que o próprio território concebe para si.

Este modelo de coconstrução de soluções, e que é uma marca destas intervenções e particularmente do LEADER desde a sua génesis, é um modelo de transformação. Transformação essa construída pelos próprios agentes no seu decurso sem importação de modelos, nem falsas ilusões.

Mas se o LEADER permitiu este tipo de resultado, tal foi possível porque a própria iniciativa, tal como os princípios que advogava, nomeadamente a perspectiva multisectorial, teve também a capacidade de integrar as diversas políticas públicas com impacto no território.

Ora, neste momento vive-se nos territórios uma nova situação com o surgimento de novos actores relevantes, nomeadamente a afirmação do papel das Comunidades Intermunicipais e dos próprios municípios na implementação de políticas de desenvolvimento local.

Os Grupos de Acção Local, exemplo primeiro de redes supramunicipais com desenho e implementação de estratégias locais de base territorial e que têm, ainda hoje, uma característica única de mediação entre actores públicos e privados, vêem a sua acção desvalorizada em favor de estruturas exclusivamente públicas, em que os mecanismos de controlo de cima para baixo, são mais fáceis de implementar, tendo como resultados, entre outros:

“a Fragilização gradual das capacidades de intervenção nos territórios e consequente,...redução acentuada da riqueza das parcerias;...a Desvitalização gradual das competências técnicas dos GAL, em campos de intervenção específicos nos territórios... num contexto em que o reforço pontual das parcerias funcionou mais a nível formal e escassamente em favor da robustez das capacidades de projeto e iniciativa económico-territorial; a forma como se processou a integração da

abordagem LEADER nos instrumentos de programação para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural (gerações ProDeR e PDR 2020) revelou-se uma transição complexa com a eliminação da lógica de subvenção e da sua gestão autónoma; ...o processo burocrático e prolongado de acreditação e regulamentação e o recentramento do papel dos GAL em funções de gestão, condicionou o trabalho de animação territorial e a construção de respostas de proximidade;”¹⁸

Esta questão pode prender-se com alguma reflexão feita a partir da análise de António Oliveira das Neves, em que é possível aferir da constante desvalorização desta metodologia feita ao longo dos últimos períodos de programação, e que neste momento, face a um novo ciclo, se vislumbra caminhar para o seu fim...

O que foi feito fruto do LEADER não foi o suficiente para demonstrar a sua importância e pertinência. Será o LEADER pelo princípio de envolvimento do cidadão na construção das soluções, um problema para aqueles para quem a decisão a partir de cima é sempre mais fácil?

“Daí que se tenha dado vida a iniciativas passíveis de trazer o bem-estar ao quotidiano das pessoas. Quis-se e quer-se acender nas comunidades pontos luminosos que indiquem o futuro e as levem a sair do presente em que se fecharam.”...”Apostar na requalificação do futuro é apostar na incerteza, nomeadamente quanto ao sentido e rumo que tomam os projectos de vida e as expectativas das pessoas que se implicam...E a incerteza só se vence com a confiança que a autonomia alimenta.”¹⁹

O LEADER poderia ser utilizado como demonstração da importância da democracia participativa nas ferramentas de desenho e implementação de políticas públicas junto dos cidadãos. É este percurso, que agora se inverte.

Nos últimos tempos as políticas públicas tendem a desvalorizar o carácter multidisciplinar e multisectorial da intervenção das Associações de Desenvolvimento Local e dos Grupos de Ação Local, tentando cada vez mais confundir desenvolvimento local com desenvolvimento rural, numa tentativa de encostar estas organizações aos fundos disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, provenientes da Política Agrícola Comum (PAC). Fica aliás esta opção

¹⁸ António Oliveira das Neves, Ponte de Lima 20 de Outubro de 2021, 30 anos do Programa LEADER – entre o passado e o futuro.

¹⁹ Rui d'Espiney in “Caminhos de Autonomia – Metodologias e estratégias para a criação de espaços comunitários facilitadores da conciliação da vida familiar e do trabalho em espaço rural” – Projecto Igualais num Rural Diferente IC EQUAL 2007

muito clara quando o Estado português faz uma opção pelo monofundo (FEADER) para o Desenvolvimento Local de Base Comunitário no Portugal 2030, em detrimento do multifundo (FEADER, FEDER, FSE) no quadro anterior.

As medidas que são desenhadas são-no com fraco envolvimento dos Grupos de Acção Local, resultando em tipologias de apoio pré-formatadas e desajustadas às necessidades do território. Os contributos, e alguns alertas na fase de programação são maioritariamente ignorados pelas Autoridades de Gestão.

As estratégias acabam por ser condicionadas pelas medidas/tipologias pré-formatadas dos programas que oferecem pouca margem de manobra para definir e implementar estratégias devidamente adaptadas às necessidades e potencialidades de cada território de intervenção. O processo de construção das Estratégias de Desenvolvimento Local que cada Grupo de Acção Local desenvolve, apela à participação da comunidade em processos participativos de envolvimento e coconstrução de soluções para os múltiplos desafios que se identificam. Estes processos significam que este instrumento de política pública é, provavelmente, o mais amplamente discutido e participado no nosso país. Para a implementação das estratégias no quadro do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) nos cinquenta e dois Grupos de Acção Local existentes no continente, mais de três mil e quinhentas organizações participaram e deram contributos. Num momento em que tanto se fala da importância da aproximação dos cidadãos às políticas, isto não pode ser desvalorizado.

O trabalho de mobilização dos actores locais e das populações e o levantamento das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças são largamente ignorados e as expectativas criadas nos territórios, em certa medida, defraudadas.

A verdade é que fruto da institucionalização que se refere acima, os próprios actores destes processos, viram muito limitado o espaço para as práticas de animação que eram a alma do LEADER. A lógica autofágica da sobrevivência financeira, sobreponse à necessidade da intervenção. O modelo de financiamento destas organizações com equipas multidisciplinares construídas em função de projectos em desenvolvimento, obrigou a que uma parte substancial da gestão fosse dedicada à busca de novas fontes que permitissem a continuidade dessas mesmas equipas. A longo prazo isto significou que menos atenção foi dedicada à intervenção, acompanhamento, e desenvolvimento de novos projectos em conjunto com as comunidades que integravam. A somar a tudo isto, todos sabemos como o trabalho de terreno contínuo é desgastante, a necessidade de estar

permanentemente atento ao que se passa, para em função disso verificar em conjunto com a comunidade como e para quê intervir.

- EM JEITO DE CONCLUSÃO

Por estes dias um amigo, escreveu numa mensagem uma coisa muito interessante: "...a minha inclinação é cada vez maior para ir subtraindo coisas e ir ficando cada vez com mais"! Depois de ler isto, e quando andamos a pensar nos processos de desenvolvimento local, sobretudo nos processos de crescimento de base comunitária (por maioria de razão sendo de crescimento são de baixo para cima, ainda por cima quando são de base...) é interessante pensar nestes conceitos. Há aliás um movimento sobre a importância do decrescimento, mas que é sobretudo um "luxo" a que se podem dar aqueles a quem pouco falta. Eu, classe média com emprego, casa, carro, férias, filhos universitários, que toda a minha vida fiz do consumo uma forma de vida e afirmação social, sou o que agora acho que devemos reduzir os consumos!

É necessário que para sermos cidadãos, na plenitude do termo, devemos começar por ter claro no nosso espírito que "a nossa vida não é a nossa vidinha".

Sim, porque quando falamos de Associativismo de Base Comunitária, não é disto que falamos, falamos de complementaridade, de inter-relação, do nós colectivo em detrimento do eu individual. Ou seja, a interpretação do desenvolvimento é um tempo de conjugação verbal, o associativismo de base local conjuga-se na primeira pessoa do plural, aliás só tem plural! Toda a conjugação no singular é na participação colectiva que se efectiva.

Enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar!

REFERÊNCIAS

- Jorge Sampaio - Cidadania activa, mais e melhor democracia _ José Dias (org.) Edições Afrontamento - 2003;
- Rui D'Espiney, Dar corpo a um movimento social – texto de enquadramento de Congresso do associativismo e da democracia participativa - 2010
- Carta do congresso do associativismo e da democracia participativa 2010
- SANTOS, Boaventura Sousa. O Estado do Mundo Segundo Três Interrogações, in Inquérito Jornal de Letras, 30 de Maio de 2007
- Marcel Hicter Pour une democratie culturelle Fondation Marcel Hicter Bruxelas 1980
- José Carlos de Paiva e Silva,
ARTE/desENVOLVIMENTO tese de doutoramento Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto
- Artur Cristóvão (Coordenador), Armando Loureiro, Alberto Baptista,
Associativismo no Concelho de Tondela: Caracterização, estrangulamentos e perspectivas de futuro edição Tondela: ACERT 2007
A Tradição não pode acabar – O Judas vai rebentar, 1986, edição A.C.E.R.T., Tondela).
- Claúdia Monteiro Pato de Carvalho
DINÂMICAS CULTURAIS E CIDADANIA: as culturas locais na Pós-modernidade. Um estudo de caso –Coimbra: FE-UC 2004
- Fran Pérez – www.acert.pt
- Use or Ornament? The Social Impact of Participation in the Arts in Cultura em Acção: Impacts sociais e território. Organizaçāo: Álvaro Domingues, Isabel Silva, João Teixeira Lopes, Alice Semedo · Porto: Afrontamento 2003
- Chris Keulemans, durante a conferencia “The Heart of the Mater – the role of the arts and culture in the Balkans European integration” Organizada pela Fundação Cultural Europeia em Haia em Dezembro de 2005
- Flausino Torres, “A propósito de...o dinheiro e o pão” in revista vértice número 260 Maio de 1965
- José Bravo Nico é professor associado da Universidade de Évora, director da Suāo – Associação para o Desenvolvimento Comunitário de São Miguel de Machede

Portugal: Que vias de desenvolvimento?

Que instituições? – Debate
organizado em Lisboa a 12 de Abril
de 1980, pelo Centro de Estudos
Socialistas (CES) e por Reflexão e
Acção Socialista (RAS) - Edições
Afrontamento 1980

Programa LEADER

António Oliveira das Neves, Ponte de
Lima 20 de Outubro de 2021, 30
anos do Programa LEADER – entre o
passado e o futuro.

Rui d'Espiney in “Caminhos de
Autonomia – Metodologias e
estratégias para a criação de
espaços comunitários facilitadores
da conciliação da vida familiar e do
trabalho em espaço rural” – Projecto
Iguais num Rural Diferente IC
EQUAL 2007

Aguilera Klink – citação tirada de ENTRE
A CIDADANIA E A "NOVA CULTURA
DA ÁGUA" - DAS DIFICULDADES
DE SE SER CIDADÃO – José
Portela





Mesa Redonda

A ESCOLA DO ASSOCIATIVISMO

SARA DIMAS FERNANDES | RUTE AZEVEDO | CONCEIÇÃO BRAZÃO | AUGUSTO FLOR

A ESCOLA DO ASSOCIATIVISMO - MESA REDONDA -

Realizou-se, através de plataforma digital, no dia 17 de setembro de 2025.

Convidados:

- **Rute Azevedo**, dirigente associativa e autora principal do Projecto Escola do Associativismo.
- **Conceição Brazão**, presidente da Direção do Clube Recreativo da Delgada, Bombarral; Conselheira Nacional da CPCCRD.
- **Augusto Flor**, Antropólogo e Associativista, assessor da direção da CPCCRD, ex-presidente da CPCCRD, Conselheiro Nacional da CPCCRD, membro do OBAP.

Moderadora:

- **Sara Dimas Fernandes**, membro da Direção da CPCCRD, coordenadora do Observatório do Associativismo Popular (OBAP), directora da Revista Análise Associativa.

Participaram também **Artur Martins** – Assessor da Direcção (Barreiro); **Maria Clementina** – Conselheira Nacional e assessora da Direcção (Cascais); **Vladimiro Matos** – Conselheiro Nacional (Alenquer); **Joaquim Patrício** – Conselheiro Nacional (Alvito); Ricardo Silva – Direcção da Federação Distrital de Beja (Odemira); Miguel Moisés - Conselheiro Nacional (Oeiras).

O Projecto Escola do Associativismo (PEA) tem sido, desde 2020, um objectivo principal da Confederação, que, de algum modo, não tem alcançado os objectivos a que se propôs. A Revista Análise Associativa quis saber mais e promoveu uma Mesa Redonda em torno do tema, cujo teor aqui se reproduz de forma sintética.

Sara Fernandes (SF), dirigente da CPCCRD, agradecendo a presença de todos e apresentando os três convidados, iniciou a conversa com um pequeno enquadramento sobre este Projecto.

Sara: O projecto-piloto da Escola do Associativismo realizou-se no Clube Recreativo da Delgada em Junho de 2022. As autoras/mentoras do Projecto, Rute Azevedo e Conceição Brazão, fizeram-no no âmbito do OBAP, com o patrocínio da CPCCRD, envolvendo um grupo de trabalho criado para o efeito. O Augusto Flor era, na altura, Presidente da Confederação e acompanhou todo o percurso necessário para ir da ideia à concretização.

Os objectivos centrais da Escola do Associativismo mantêm-se muito atuais: envolver os jovens na vida das associações, clubes e colectividades, fazer crescer neles o gosto pela vida associativa, prepará-los para serem dirigentes conscientes dos valores do Movimento Associativo Popular e dotá-los de conhecimento para o exercício responsável da função de dirigente associativo. Pretende-se, por um lado, contrariar a tendência para o isolamento e para o refúgio no anonimato das Redes Sociais, mostrando aos jovens que muitos dos problemas que sentem são transversais a toda a sociedade e que muitos têm solução ou, pelo menos, possibilidade de partilha solidária, no âmbito do MAP.

Ao contrário do que se possa pensar, o PEA não é um plano de visitas dos jovens às associações ou da ida de associações às escolas, trata-se de uma iniciativa inserida na lógica da educação não formal, com técnicas que estimulam a participação ativa e a aprendizagem através da experiência, em ambientes delimitados, como são as associações ou os projectos comunitários e com programas bem definidos e orientados para o público a que se destinam. Essas técnicas incluem o uso de actividades práticas, tipo "mão na massa", o desenvolvimento de trabalhos de grupo e a criação de espaços para partilha de saberes e experiências. A participação é voluntária, focada na pessoa como um

todo (pensamentos, sentimentos e emoções), valorizando a relação de parceria entre participantes e organizadores.¹

Com uma pandemia pelo meio, mudanças nas vidas pessoais dos participantes e algum desalento pela falta de recursos fez com que não se realizassem as acções de desenvolvimento pós-projecto-piloto na Delgada, que estavam previstas no início.

Como não surpreende, dada a grande capacidade do MAP de ultrapassar obstáculos e a incapacidade de ficar parado, a par deste Projecto concreto e indo ao encontro dos mesmos objectivos, surgem, entretanto, na margem sul do Tejo, novas ideias que têm estado em rápido desenvolvimento, sob a coordenação do Augusto Flor. Mas lá iremos.

Comecemos, pela Rute, a quem desafio.

Pergunta: Rute, o que é que esteve na origem da criação do Projecto A Escola do Associativismo. Em que consiste? Quem está envolvido? Qual o papel da CPCCR? Que perspectivas tens?

Rute: O PEA nasce de uma ideia da Conceição que tinha a ideia de desenvolver na sua associação uma iniciativa que ligasse as crianças e os jovens à vida associativa e que pudesse depois ser reproduzida noutras espaços. Eu, por outro lado, enquanto jovem tinha já participado em algumas acções de formação no âmbito da educação não formal, que foi uma experiência que me impactou muito pelas metodologias participativas, que nos colocavam no centro da acção, sem deixar que os conteúdos nos passassem ao lado, estes eram partilhados e pensados com uma lógica de intervenção completamente diferente. Assim, fomos conciliando as expectativas de ambas e apresentámos à Confederação este Projecto, que foi prontamente aceite como sendo a resposta àquilo que a Confederação há muito procurava com estes objectivos. Foi criado um grupo de trabalho alargado, integrado no OBAP, ao qual se juntaram, além das duas proponentes, o Rodrigo, a Jéssica, a Natália, o Sérgio. Foi necessário um período de adaptação e conhecimento e encontrar

¹ <https://pt.nonformal-education.eu/o-que-e-a-educacao-nao-formal/>
(consultada em 16/9/2025)



uma linguagem comum, antes de partir para o terreno, e de forma a ir ao encontro das expectativas de cada um e também da Confederação. Fomos construindo algumas actividades cujo princípio era, no fundo, colocar as crianças e os jovens a participarem e a entender o que era isto do Movimento Associativo Popular (MAP), a compreender alguns princípios de igualdade, democracia, justiça social, mas que fossem conduzindo ao entendimento de que as colectividades e associações são nossas e são um espaço privilegiado para fazermos coisas interessantes para a comunidade e delas usufruirmos também colectivamente. A questão foi sempre, “como é que isto se faz?” Assim, construímos um primeiro guia para a implementação de um projecto-piloto, muito incentivadas pelo Sérgio (Pratas) e conscientes de que existiam já muitas acções no terreno, viradas para crianças e jovens com uso deste conceito de educação não formal, mas queríamos que esta fosse realmente específica e diferenciadora para o MAP. A Confederação foi determinante no partir-se para a experiência-piloto, já que o Grupo de Trabalho refletia aquilo que era o MAP, com a sua diversidade e energia, e que estava na hora de testar no terreno tudo aquilo que tínhamos preparado. Novamente a CPCCRD deu-nos suporte, tanto de incentivo, como material, e até em formação na área do MAP propriamente dita. O OBAP e a CPCCRD estiveram sempre na base, o que

contribuiu para a melhor aceitação junto das entidades locais e dos outros parceiros que se juntaram. Não queríamos que fosse uma acção de duas horas, mas que tivesse continuidade no tempo e alguma intensidade.

A iniciativa-piloto realizou-se nas instalações do Clube Recreativo da Delgada, como já foi dito, e durou de sexta à tarde até ao final de domingo. Foram abertas inscrições à comunidade, e tivemos 30 crianças e jovens, para os quais recolhemos as autorizações parentais necessárias. A faixa etária foi entre os 10 e os 18, o que, posteriormente, considerámos demasiado alargada. O primeiro momento, na sexta-feira, foi fundamentalmente para a criação de espírito de grupo e incluiu um jantar. No segundo dia, sábado, explorámos, através de actividades lúdicas, as questões dos direitos humanos, da igualdade, da democracia. E fomos afunilando, com actividades já a tocar o associativismo propriamente dito. Mas ainda houve dança e fez-se um hino. O domingo foi já canalizado para as questões mais formais do associativismo, com a percepção do que são os estatutos e de como se dirige uma assembleia-geral. Os participantes deram-nos um retorno muito positivo, idealizaram projectos que gostariam de fazer nas suas colectividades e esses trabalhos foram sendo expostos na parede, criando um fio cronológico que mostrou a evolução do grupo da chegada até à partida. Previmos, na altura, um *follow up*, que seria uma sessão de avaliação a realizar seis meses depois, mas tal nunca se chegou a concretizar por motivos vários, mas sobretudo de dificuldades em conciliar a vida pessoal de todos os membros da equipa com a exigência do Projecto.

Mais tarde, pensou-se em tentar noutro território, para se testar o modelo noutro contexto e com maior limitação de idades. No entanto, os compromissos pessoais de cada um levaram a que o interregno fosse maior do que seria de esperar. A CPCCRD sempre apoiou, nunca sentiram que não tinham apoio e incentivo, mas talvez a falta de recursos tenha também contribuído. Quando se tentou finalmente avançar com o segundo projecto-piloto, numa associação onde os dinamizadores/grupo de trabalho, não conheciam o grupo com quem iriam trabalhar, a experiência foi desmotivadora pelo diminuto número de inscrições, que levou ao cancelamento da iniciativa. Apesar do desalento que sentimos, houve uma aprendizagem que é muito importante e que, de algum modo, retira as



ilusões, que porventura muitos dos dirigentes associativos têm, de que este projecto é “chave na mão” e que se faz com a ida do grupo de trabalho ao local, sem um trabalho prévio e continuado de ligação aos jovens no seio da Associação. Além disso sentiu-se a necessidade de uma entidade externa, com experiência associativa, que pudesse avaliar e ajudar-nos a refletir sobre o sucedido. Mas não parámos, logo a seguir a esta segunda experiência tentámos ainda uma candidatura a financiamento para promovermos acções de formação para os jovens, com este formato, mas as respostas tardam em chegar.

Talvez passe por formar os e as dirigentes para que, de forma mais alargada e, cada um na sua colectividade, possa aproveitar um pouco da ideia e do trabalho que se realizou.

Na Delgada também ficou por realizar outra componente com que sonhámos que era transformar um espaço físico, que está disponível, num lugar onde pudesse funcionar a Escola do Associativismo, de forma permanente, mas para tal seriam necessários recursos humanos e materiais para manter essa escola permanentemente aberta, o que neste momento não está ao nosso alcance. Mas, e porque somos todos dirigentes associativos, não desistimos de continuar a procurar formas de concretizar o Projecto. Estes

períodos de aparente inactividade, servem também para reflexão e relançamento e nós cá estamos para contribuir para esse maravilhoso mundo associativo.

Pergunta: Conceição, o projecto-piloto funcionou na Delgada, Bombarral na tua Associação. O que ganharam com ele? O que ficou por fazer? Como vês a continuação deste Projecto?

Conceição: A Rute já respondeu a grande parte do que me perguntas, mas tenho ainda algumas coisas a dizer. A colectividade em si ganhou um fim de semana espectacular, com muita aprendizagem, tanto nós como os jovens que participaram e os próprios dirigentes e mesmo a Junta de Freguesia (JF) aprendemos imensamente. A JF não tinha noção do trabalho que antecedeu a iniciativa e ficaram tremendamente surpreendidos com a profundidade com que tínhamos preparado o Projecto. Eu tinha inicialmente uma perspectiva local e não imaginei que tomasse este âmbito nacional que agora lhe conferimos. Fomos os primeiros a tentar, mas também a sentir o que estava a falhar. Mas estávamos ali para aprender, passo a passo. Tudo era novo para os jovens e também para nós. Ainda hoje eles falam disso, da Escola do Associativismo. Nos jovens mudou muita coisa, a forma de olharem o mundo actual, o problema das classes sociais, e como temos aqui jovens de diferentes contextos económicos, eles abriram os olhos para essa questão. Quando falamos de aumentar o carinho pela Associação, na verdade eles já o sentiam, porque já estavam envolvidos com a Associação, por isso era bom, como disse a Rute, experimentar outro local, para percebermos se, sem essa ligação prévia com os dinamizadores, o Projecto teria o efeito que teve nos nossos. Qual seria a reação e a entrega nesse outro contexto? O que falhou no projecto-piloto? Talvez a pandemia... A exposição dos trabalhos ficou no nosso salão e os projectos ficaram expostos. O director do Agrupamento Escolar visitou-a e constatou que “eles fazem os projectos na escola, mas nunca fazem a discussão desses projectos”. Esse ponto sensibilizou-o e mostrou-lhe o que de bom nós estámos aqui a fazer, de tal modo que se comprometeu a realizar algumas das propostas. Mas acho que foi nesse ponto que falhámos, foi a pandemia e o afastamento, mas o Agrupamento de Escolas tinha vontade e o director ia tentar implementar alguns dos projectos, no entanto nada disso foi possível.



A Rute já falou na necessidade de experimentar noutra local. Na Delgada conhecíamos todos os jovens e todos os dirigentes. Podemos não conhecer os jovens com quem vamos trabalhar, mas a associação que acolhe este projecto tem de ter um envolvimento maior até com o Grupo de Trabalho. É um trabalho de formiga, temos de andar ali de volta para conseguir que participem. A passagem de testemunho teria sido também importante para que, de jovem para jovem, se transmitisse o valor do Projecto.

Mas eu nunca paro e ainda hoje estou a começar um novo projecto que tem por objectivo que as crianças da aldeia se conheçam umas às outras. Entristece-me que vivam na mesma aldeia e não se conheçam, é para isso também que as associações existem.

Pergunta: Augusto, além de teres acompanhado este Projecto enquanto dirigente da Confederação, estás a dinamizar projectos com objectivos semelhantes, mas formatos diferentes. Queres falar-nos de uma e outra experiência? Como vês o futuro destes projectos? Quais as principais dificuldades? Quais os desafios?

Augusto: Esta Mesa Redonda é muito oportuna, independentemente da conjuntura política que estamos a viver, com as eleições autárquicas à porta,

mas a vida não pode parar e temos de ter a capacidade de nos irmos organizando para levar para a frente aquilo que queremos e em que acreditamos. É uma questão de nos organizarmos para isso.

No seio da Confederação, enquanto assessor da Direcção e membro do OBAP, fui incumbido pela Direcção, em ligação com o presidente João Bernardino, de coordenar três Projectos, que contam com a colaboração das Escolas do Clube Desportivo da Cova da Piedade, filiado na Confederação, sendo uma escola do ensino informal desde 1948 onde teve creche, infantário, ensino primário, alfabetização, explicações, preparação para o ensino superior sempre de forma gratuita e voluntária. Actualmente dedica-se à promoção da reflexão de assuntos de todo o tipo de âmbito regional, estudos, investigação e publicação de livros em suporte papel e digital.

Com base num elevado número de dirigentes experientes e investigadores formados nas áreas de história, antropologia, sociologia, psicologia clínica e psicologia comunitária, economia, direito, geografia, biologia, geologia e línguas estrangeiras, a que tenho a honra de pertencer, podemos afirmar que o primeiro projecto (2024/2025) está concluído, que é um livro sobre os “50 anos de Associativismo Almadense, a desenvolver Almada e o país”, comemorativo dos 100 anos da Confederação e dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, e que foi apresentado no dia 31 de Maio 2025, estando já disponível no formato papel e no formato digital (no site da Confederação).²

O livro contém muitos dados históricos, sociológicos, psicológicos, antropológicos e económicos que nos alertaram para diversas questões. Convém olhar para este livro como um exemplo do que pode ser feito em qualquer outro lado, usando o mesmo modelo.

O que importa é que este livro ajuda a identificar, e percebe-se perfeitamente quais os problemas que são mais gerais ao movimento associativo e que, no caso de Almada, estão muito bem identificados. Percebe-se muito bem, tanto as causas e as origens desses problemas, como a solução que nós temos vindo à procura.

Identificámos três tipos de questões essenciais: 1. **Associados** e participação, que são também o seu maior potencial. 2. **Dirigentes**, sem os

² <https://www.cpccrd.pt/wp-content/uploads/2025/06/Associativismo-em-Almada-Livro.pdf>



quais não haveria associativismo. **3. Relações internas e externas**, considerando que o Associativismo é um poder local que se deve relacionar desde logo, entre si, mas também com os poderes político, empresarial, ensino, comunicação social ou religioso. Poderes com quem o MAP tem de ombrear. Estes três grandes pilares dos nossos estudos, levaram-nos à conclusão de que a principal questão, no que diz respeito aos associados e dirigentes, é a forma como os dirigentes olham e conhecem, de facto, os associados. Agora já estou a falar do segundo projecto, que são os Laboratórios Sociais Associativos, a ser desenvolvido entre 2025 e 2027.

Sobre os Associados, há colectividades que têm rácios apurados, mas a grande maioria não tem. É preciso conhecermos quem tem e quem não tem actividade; dos associados, quantos são os que participam nas Assembleias Gerais (AG) e nós sabemos que são um reduzido número, o livro de Almada também mostra isso, tem esse trabalho todo feito. Qual a disponibilidade para participar em listas para concorrer aos actos eleitorais para renovar e rejuvenescer os corpos sociais e estamos aqui a falar sobretudo de jovens e mulheres.

Há um “micro-sector”, que o estudo de Almada também trata muito bem, que são os jovens. É aqui que começamos a pensar nas Escolas do Associativismo. Temos o indivíduo, a família, os amigos... temos aqui várias

comunidades: associativa, educativa, económica, religiosa. Temos de perceber como é que nós, comunidade associativa, nos relacionamos com as outras comunidades. Há questões de Poder e de Comunidade. Cada comunidade tem o seu próprio poder, tem os seus próprios líderes comunitários, cada comunidade tem as suas próprias “élites”, aquelas pessoas que mais influenciam as suas comunidades e nós temos de saber lidar com isso.

Chegados aqui, os Laboratórios Associativos, que já têm quatro artigos no Elo e o próximo, em preparação, tem precisamente a ver com estes públicos-alvo.

Enquanto dirigentes, temos de pensar nos associados e enquanto dirigentes e associados temos de pensar nas relações com a comunidade, pois é isso que nos liga à realidade em concreto. Nas 65 colectividades do distrito de Setúbal, 5 em cada um dos 13 concelhos, das quais 4 são confederadas e uma não é (por opção, foram assim escolhidas). Eles respondem a um questionário, que nos dá um “bilhete de identidade” da colectividade, mas também nos dá um diagnóstico da situação em que estão. Assinam um compromisso com a Confederação, que diz que a colectividade tem de identificar 5 associados (não têm de ser dirigentes): um sénior, uma mulher e um jovem até aos 35 anos. Cada um representa, do nosso ponto de vista, uma perspectiva diferente. Soma-se a isto mais dois: o presidente da Assembleia Geral e o presidente do Conselho Fiscal. Estes cinco elementos formam a Unidade de Investigação Interna. A Unidade de Investigação Externa somos nós, das Escolas do Desportivo e da Confederação. Foi a partir das primeiras reuniões que tivemos entre as duas Unidades de Investigação que percebemos o que eles já fizeram para aumentar o número de associados nas AG e o que fizeram para resolver outros problemas que foram levantando e vamos, assim, aferindo o que eles já fizeram e propondo outras soluções: tal como num laboratório de investigação.

Eles estão avisados que isto são experiências a fazer por eles, nós apenas orientamos. Nós vamos sugerindo soluções e é a isto que chamamos Terapêuticas Associativas (TA), como já foi descrito no último Elo (76). A primeira TA que nós propusemos, e que está já a ser implementada em

vários locais, é a estratificação dos associados. Se a associação tem, por exemplo, 100 associados, quantos conhecem? O que sabem sobre eles? Constatámos que não conhecem nada e quanto maior é a colectividade, menos conhecem. Então vão estratificar e vão caracterizando e conhecendo por estratos: os que são naturais de determinada localidade, os que praticam esta ou aquela modalidade, ou os que estão em determinada faixa etária. Vão-se fazendo reuniões sectoriais, onde os participantes são selecionados para irem à sua colectividade para serem ouvidos num contexto informal, onde se conversa e se conhecem uns aos outros. Esta primeira terapia está a ser desenvolvida e, em alguns casos, está já a funcionar. Alguns ficam contentes, porque dizem que nunca tinham sido chamados, outros que nem sabem das Assembleias Gerais e já está a resultar em algumas colectividades. Vamos entrar na segunda medida para as Terapêuticas Associativas e é aqui que nos vamos virar para as Escolas.

As colectividades têm associados e muitos deles, provavelmente, têm filhos e têm netos, ou seja, crianças e jovens até aos 18 anos. Depois de discutirmos entre nós nas Escolas do Desportivo, decidimos ir ao encontro, precisamente, do Projecto do Bombarral, no qual tive oportunidade de participar desde o início e do qual participei na sessão de encerramento naquele domingo extraordinário onde tanto aprendi. Então, a terapêutica que se segue, ou seja, o primeiro passo nesta fase: cada Colectividade organiza e promove por ano duas visitas à Colectividade.

Devem ser convidadas crianças familiares dos associados e outras que frequentam as escolas do meio, através do sistema educativo, do 1º e 2º ciclo, entre os 6 e os 10 anos, e ainda crianças de outras associações ou comunidades religiosas. Conhecem os cantos à casa, quem dirige, terminando com um lanchinho. O tempo máximo recomendado é as 2 horas. As entidades locais podem contribuir para o lanche, por exemplo. Uma criança que vá a uma coisa destas fica a conhecer uma coisa que não conhecia. Quando passar à porta, vai dizer, “eu já entrei aqui!”.

O segundo passo é para crianças e adolescentes dos 10 aos 15 anos, correspondente aos 2º e 3º ciclos do ensino público, e aqui é que usamos o modelo Escolas do Associativismo. Não esqueçamos que há um manual para

apoio. Esse manual é essencial. Com esses adolescentes, filhos e netos dos associados, devemos então aplicar o que foi testado na primeira experiência piloto. Há um modelo a seguir e não podemos desistir até porque vamos afinando o próprio manual.

Depois há a terceira fase para jovens dos 15 aos 18, que devem vir já do que foi feito com os escalões etários anteriores. Podemos por exemplo, pensar em formas de permitir que os jovens que estão nas vias profissionalizantes do ensino secundário, possam vir a fazer estágio nas colectividades.

No grupo com quem trabalho, estamos a preparar isto tudo, porque tudo isto está também ligado ao terceiro Projecto, que é a Associologia, enquanto área científica, com a criação de um curso superior nesta área e que decorre entre 2025 e 2030.

No que respeita às Escolas do Associativismo, creio que a Confederação poderia ter um plano de trabalho nesta área, acompanhado pelo OBAP, que passaria por fazer a divulgação do manual a todas as estruturas e a todas as filiadas. Assim, acompanhado com as terapêuticas associativas, descritas no Elo, quando as colectividades forem preparar e aprovar os planos de actividades e orçamentos, elas conheçam a proposta da Confederação para poderem colocar no PAO.2026. Deveria também incluir no PAO.2026 da CPCCRD e no Programa Eleitoral da Confederação para 2026-2030. Além disso, devia recorrer ao Pessoas 2030, para o financiamento necessário.

Passou-se de seguida a palavra ao público que agradeceu a exposição dos vários projectos e a riqueza da dinâmica que se está a construir, mostrando vontade para acolher o Projecto nas suas associações, em Cascais, Alenquer e Paço de Arcos. Os participantes do Sul chamaram a atenção para a necessidade de adaptação a territórios de baixa densidade, já que a massa crítica é fundamental, mas salientaram que a acção é fundamental e que o envolvimento das Autarquias, escolas e outras entidades, pode ser benéfica, bem como a criação de um grupo de trabalho no seio da Confederação que envolva também as estruturas.

Em jeito de conclusão, fez-se uma 2ª ronda à mesa.

Pergunta: Rute, falámos aqui de uma Escola do Associativismo ou de várias Escolas do Associativismo? Será que falamos de coisas diferentes, apesar de os objectivos serem comuns? A educação não formal, que está na base do que se fez na Delgada, é inflexível?

Rute: Não, a educação não formal é bastante flexível, mas tem, contudo, contornos específicos e princípios orientadores, que não são por vezes compreendidos. O modelo que fomos desenhandando e temos experimentado, tem um formato específico, que pode naturalmente ser melhorado, mas vejo dificuldades na utilização de um manual, sem qualquer tipo de preparação/formação em metodologias participativas de grupo, com o risco de se poder desvirtuar a ideia-chave do Projecto. O objectivo não é ir lá e transmitir as nossas ideias, impondo uma certa visão, mas sim sermos facilitadores e facilitadoras do processo de participação dos jovens. As próprias actividades são um processo de participação. Tem receio que para os e as dirigentes seja difícil avançar sem alguma retaguarda. Ao ouvir as intervenções pensou que era salutar a Confederação pensar numa estratégia para a participação juvenil, que a leve a incorporar projetos como os que o Augusto aqui apresentou e que facilmente sejam implementados noutros locais e onde o Projeto da Escola do Associativismo também se encaixe. Seria bom conseguirmos linhas de financiamento para a formação, mesmo que não sejam directamente viradas para o MAP, mas que se forem dirigidas a crianças e jovens, as consigamos enquadrar nos nossos objectivos. Era bom criar um grupo no OBAP/Confederação que pense de forma estratégica a longo prazo sobre o que queremos e como alcançar os objectivos. Que se desvaneça a ideia romântica do “eu abro as portas da minha associação e eles vêm cá fazer o Projecto e os jovens passam a adorar o associativismo”, porque isso não funciona assim. Eu não me sinto à vontade para publicar o “dossier” do Projecto como se fosse um manual, sem o enrobustecer primeiro, sem que amadureça à luz de outras experiências e reflexões. É preciso avançar por níveis, tal como no Projecto que o Augusto está a dinamizar, naquele em que participei, estavam previstos vários níveis, que se iam alcançando, sem se ultrapassarem os anteriores. A ideia com que partimos tinha como objetivo a publicação do tal kit, mas ainda não chegámos lá, infelizmente. Até a adaptação à

dispersão territorial deve ser tida em conta para a disseminação que se pretende. E mais uma coisa importante, eu já não sou jovem, é preciso mesmo trazer jovens para estes grupos de discussão.

Deixo este desafio à Confederação e disponibilizo-me para integrar o tal grupo de trabalho que, de forma consertada, trabalhe este tema para se poder avançar estrategicamente e com uma linha condutora.

Pergunta: Conceição, queres acrescentar mais alguma coisa?

Conceição: Não sei que diga mais, é um bichinho que nasceu comigo e não consigo ficar

parada. Estes projectos do Augusto interessaram-me bastante. Às vezes penso que com outra formação, que eu não tenho. Este ano entrámos nas AECs de teatro e é outra aventura e na primeira aula o que dissemos às crianças foi que, se se portassem bem iriam visitar a nossa colectividade, mas, de outra forma, vamos fazer o mesmo que o Augusto, apesar de não ter a facilidade que o Augusto tem. Eu vou criar vistas às Colectividades: Roteiro das Colectividades do Concelho: trazer as crianças às Colectividades e que eles fiquem com vontade de voltar. De forma mais trapalhona, vou tentar fazer algo parecido

com o que estás a fazer. Já estou a pensar pedir o autocarro... Eu não desisto, obrigada, companheiros.

Pergunta: Augusto, que mais nos tens a dizer?

Augusto: Eu sinto que tenho o dever de partilhar convosco. O que observo aqui não é mais nem menos do que eu observo no MAP. Temos um potencial que ainda não explorámos suficientemente. Olhem para o livro, no concreto temos um potencial enorme (425 mil dirigentes e muitos milhões de associados). Mas o mais importante é fazermos alguma coisa, porque só conversarmos não pode ser, temos é que fazer alguma coisa. Esta conversa teve muito conteúdo e foi num momento muito oportuno. Muito obrigado!

Sara: E assim terminamos esta Mesa Redonda. Inserida na Revista Análise Associativa nº 12, que é dedicada aos territórios de baixa densidade populacional, foi interessante a perspectiva do Sul/Alentejo, onde o número de crianças é de tal forma diminuto que nos faz olhar apreensivamente para a aplicação d'A Escola do Associativismo nos territórios despovoados.

Ficou-nos um misto de vontade de fazer mais, mas com a compreensão do muito que falta por vezes. Estes projectos precisam de dirigentes associativos mobilizados, confiantes e com grande ligação aos associados, mas também servem para a formação de dirigentes com essas características.

Ficou ainda o compromisso de que a CPCCRD não deixará cair estes e outros projectos que envolvam jovens e capacitem novos dirigentes para a extraordinária vida associativa, para a construção de um mundo que a ela se assemelhe, seja na forma democrática da sua organização, seja nos valores da solidariedade, liberdade e justiça que ao Movimento Associativo Popular são inerentes.

Nota: este artigo não segue o Acordo Ortográfico.

Estudos

SÉRGIO PRATAS

LICENCIADO EM DIREITO

MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ASSESSOR JURÍDICO DA CADA - COMISSÃO DE ACESSO
AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

PRESIDENTE DO CONSELHO JURISDICIONAL DA CPCCRD

MEMBRO DO OBAP

PROFESSOR DO INSTITUTO PIAGET

LAURINDA FIGUEIRAS

MESTRE EM ESTUDOS DA CRIANÇA, ÁREA DE
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSOCIATIVISMO E ANIMAÇÃO
SOCIOCULTURAL PELA UNIVERSIDADE DO MINHO

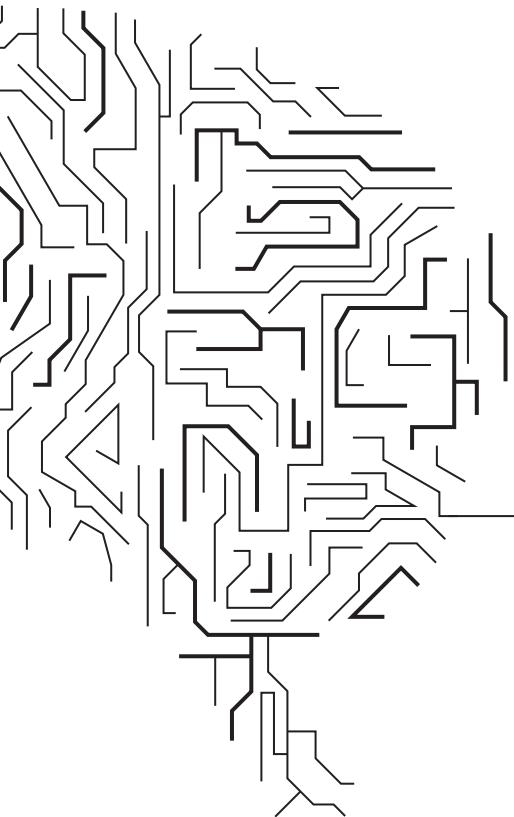
MEMBRO DA DIRECÇÃO DA RONDA TÍPICA DA MEADELA

PRESIDENTE DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA MEADELA
E DA CASA DO POVO DA MEADELA

MEMBRO DA DIRECÇÃO DA CPCCRD

O PAPEL (E A PARTICIPAÇÃO) DAS MULHERES NO ASSOCIATIVISMO POPULAR

USOS DE ANTANHO, PORQUE...



SÉRGIO PRATAS

LICENCIADO EM DIREITO

MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ASSESSOR JURÍDICO DA CADA - COMISSÃO
DE ACESSO AOS DOCUMENTOS
ADMINISTRATIVOS

PRESIDENTE DO CONSELHO JURISDICIONAL
DA CPCCRD

MEMBRO DO OBAP

PROFESSOR DO INSTITUTO PIAGET

O PAPEL (E A PARTICIPAÇÃO) DAS MULHERES NO ASSOCIATIVISMO POPULAR

Catarina Eufémia

*O primeiro tema da reflexão grega é a justiça
E eu penso nesse instante em que ficaste exposta
Estavas grávida porém não recuaste
Porque a tua lição é esta:fazer frente*

*Pois não deste homem porti
E não ficaste em casa a cozinar intrigas
Segundo o antiquíssimo método oblíquo das mulheres
Nem usaste de manobra ou de calúnia
E não serviste apenas para chorar os mortos*

*Tinha chegado o tempo
Em que era preciso que alguém não recuasse
E a terra bebeu um sangue duas vezes puro*

*Porque eras a mulher e não somente a fêmea
Eras a inocência frontal que não recua
Antígona poisou a sua mão sobre o teu ombro no instante em que morreste

E a busca da justiça continua*

Sophia de Mello Breyner Andresen (2015)

I

O associativismo popular – onde despontam as coletividades de cultura, recreio e desporto – constitui um movimento social com uma longa história (e forte impacto ao nível da coesão social e territorial, da democratização da cultura, da saúde)¹. Para além disso, apresenta-se, desde cedo, como movimento de cariz emancipatório, que questiona o sistema vigente e os seus efeitos mais nefastos – e procura contribuir ativamente para a construção de uma sociedade diferente.

São mais de 200 anos de história – uma história de fraternidade e progresso, como afirma Joana Dias Pereira (2020). De avanços e recuos. Grandes desafios e dificuldades – veja-se, por exemplo, o papel das coletividades no período do fascismo (Melo, 1999, 2010; e Redol e outros, 2024). Mas também de vitórias, conquistas e alegrias. Nesses mais de 200 anos existem vários marcos, momentos de viragem (os chamados “momentos críticos”). É claramente o caso do 25 de Abril de 1974.

Com o 25 de Abril abre-se, provavelmente, a mais bela página da história do associativismo popular (em Portugal). As mudanças são muitas (ver Pratas, 2022). A começar pelo crescimento deste movimento: a grande maioria das atuais associações populares foram criadas após o 25 de Abril. E hoje o associativismo popular – com mais de 33.000 entidades – já representa cerca de metade de todo o terceiro setor (organizações em fins lucrativos)².

Outra mudança relevante diz respeito à participação das mulheres no associativismo popular. Estas sempre tiveram um papel secundário nestas associações – e um estatuto de menoridade. Veja-se o que diziam os estatutos de uma pequena coletividade do Concelho de Loures (freguesia de Bucelas), aprovados nos anos 50 do século XX:

“1 – Os sócios efetivos são todos os indivíduos do sexo masculino de maior idade.

¹ Sobre a noção de associativismo popular, e sobre os seus efeitos na sociedade (hoje e no passado), veja-se Pratas (2022).

² A Constituição de 1976 prevê um conjunto de garantias do associativismo popular: liberdade de associação; participação no processo de democratização da cultura e do desporto; discriminação positiva; participação das populações na vida administrativa local (ver Pratas, 2016).

2 – Os sócios auxiliares são todos os indivíduos do sexo feminino e ainda os masculinos de menor idade”.

Com o 25 de Abril o estatuto jurídico da mulher mudou. Diz-se no artigo 13.^º da Constituição de 1976 que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei; e que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, etc.

A diferenciação plasmada nos estatutos daquela pequena coletividade passou a ser totalmente inaceitável. E a associação – como muitas outras – teve que eliminar aquela previsão normativa, claramente discriminatória.

Significa isso que se assiste hoje a uma maior participação de mulheres nas coletividades? Estará ela já ao nível da dos homens? É possível fazer alguma coisa para promover uma maior participação das mulheres? E fará isso algum sentido?

A presente reflexão pretende responder a estas questões. Pretende-se designadamente:

- a) Proceder a uma breve caracterização da participação das mulheres neste tipo associativo (II);
- b) Refletir sobre a importância dessa participação (III e IV);
- c) Identificar os fatores que a condicionam, ou constrangem (V); e
- d) Apresentar algumas hipóteses e pistas de atuação (VI e VII).

II

Cabe aqui fazer referência a dois estudos recentes que analisam a participação das mulheres no associativismo popular: “Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto” (2022); e “O associativismo popular português no século XXI” (2024).

Para analisar a participação das mulheres, foram selecionados três indicadores principais: a participação enquanto associadas; como dirigentes associativas; e a sua participação nas atividades.

O estudo “O associativismo popular português no século XXI” procurou apurar o valor médio percentual das mulheres associadas em função da dimensão e tipo de associação. Conclui haver uma clara sub-representação das mulheres

(enquanto associadas), sendo maior a sua participação nas associações de menor dimensão e nas associações culturais e/ou recreativas.

Sub-representação que se verifica também ao nível da participação nos corpos sociais. Apesar da assinalável evolução que aconteceu após o 25 de Abril de 1974 (ver Pratas, 2022), continua a haver uma clara predominância masculina entre os dirigentes associativos. De acordo com o estudo “O associativismo popular português no século XXI”, atualmente, apenas 22,3% das associações são presididas por mulheres³. Concluiu-se, ainda, que “este perfil fortemente masculino é, ainda assim, menos prevalente nos grupos etários mais jovens (entre os 18 e os 29 anos), nos quais se evidencia uma participação geral baixa, mas mais igualitária entre sexos (2,6% para as mulheres e 3,8% no caso dos homens)”.

A limitada participação feminina não se limita à filiação e ao dirigismo associativo. Como se nota no citado estudo “O associativismo popular português no século XXI”: “De modo geral, as mulheres usufruem menos de atividades culturais e criativas, em comparação com os homens (...), e o mesmo sucede quanto ao desporto, sendo também o género que menos frequenta clubes, associações e coletividades desta natureza, dedicando-se preferencialmente a atividades físicas informais ou fortemente feminizadas, como a ginástica e o voleibol”.

Há, assim, três conclusões que podemos desde já destacar:

- Com a Constituição de 1976 é assegurada a igualdade na lei entre homens e mulheres. Qualquer discriminação da mulher (incluindo o contexto associativo) passa a ser totalmente inaceitável.
- Temos hoje (fruto das alterações ocorridas com o 25 de Abril) muito mais mulheres a participar no associativismo popular.
- Ainda assim, assiste-se ainda a uma clara sub-representação das mulheres neste tipo associativo.

³ A sub-representação das mulheres em cargos de responsabilidade não é uma realidade exclusiva do associativismo popular. Ela verifica-se, também, por exemplo, ao nível da participação em cargos políticos (e em diversas latitudes). Veja-se, a propósito, o que se conclui no “Relatório da Democracia 2024. A Democracia a Ganhar e a Perder nas Urnas”, publicado pelo centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa: “O mundo ainda está longe de alcançar a paridade de género na política. As mulheres continuam a estar sub-representadas. Os homens lideram 90% dos países e detêm, em média, 74% dos lugares nas legislaturas de todo o mundo”.

III

E será que há algum problema com essa sub-representação? Será isso natural? O resultado de uma opção livre das mulheres?

A sub-representação das mulheres no associativismo popular não pode ser considerada natural (nem o resultado de uma escolha livre). É sim resultado de um conjunto de obstáculos, que teimam em manter-se – apesar da alteração do estatuto jurídico da mulher. É o que veremos no ponto V.

Deve acrescentar-se que essa realidade contribui para o empobrecimento do associativismo popular. São menos pessoas a participar, a pensar, a decidir – e são menos pessoas disponíveis para o exercício de funções dirigentes. Há uma clara dificuldade em recrutar novos dirigentes para as coletividades. Essa é uma importante fragilidade do associativismo popular (ver Pratas, 2022). Para além disso, as associações tornam-se monocromáticas, menos plurais, menos criativas, menos vivas.

Há ainda um terceiro problema: a sub-representação das mulheres fragiliza a democracia interna. As associações tornam-se menos inclusivas e, consequentemente, menos democráticas (Pratas, 2022).

IV

A democracia nas associações (a democracia interna) pressupõe sete condições:

1. Dirigentes eleitos;
2. Eleições livres, justas e frequentes;
3. Controlo dos órgãos eleitos pelos associados;
4. Liberdade de expressão;
5. Transparência;
6. Participação inclusiva;
7. Autonomia (ver Pratas, 2022).

Para garantir a democracia interna é essencial preservar tais condições, quer no plano formal, quer no plano real. Salinas (1990) distingue, a propósito, a democracia formal e a democracia real. A democracia formal é assegurada por atos

normativos, que regulam, designadamente, o processo de tomada de decisões. A democracia real diz respeito à complexa rede de relações sociais e de poder existentes, de facto, entre os indivíduos de uma organização e fora desta.

E como se concluiu no estudo “Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto” (2022):

“(...) as associações de cultura, recreio e desporto são espaços de participação plural e sem restrições de acesso; mas a participação em funções dirigentes (e em particular como presidente da direção) é maioritariamente masculina e de indivíduos com mais idade. O que coloca algumas interrogações relativamente à democracia interna – e concretamente no plano da participação inclusiva”.

V

Quais então as causas dessa sub-representação das mulheres no associativismo popular?

Existem vários elementos contextuais e outros que contribuem para essa situação (a causa é multifatorial, como acontece com a sub-representação das mulheres noutros campos). De qualquer modo, parece-nos que tais elementos se podem agrupar em duas categorias: causas externas ao movimento associativo (contexto económico, político, social, cultural); e causas internas (resistência à participação).

A verdade é que a mulher, apesar das alterações introduzidas na lei, não alcançou ainda a igualdade na vida. Continua mais sobrecarregada com as tarefas domésticas e familiares; é sobre ela que recai, normalmente, a assistência à família (crianças e idosos); recebe salários mais baixos (discriminação salarial); é-lhe vedado o acesso a determinadas profissões e cargos.

A que acrescem muitas vezes outras barreiras, estas comuns a homens e mulheres. Por vezes o salário é tão baixo que obriga as mulheres a ter dois empregos. Não sobra tempo para a associação. A crescente desregulação dos horários é, também, um obstáculo sério à conciliação da vida laboral com a vida familiar (e à participação).

Há, pois, fatores sociais, económicos e culturais que condicionam fortemente a participação das mulheres em diversas esferas da sociedade e também, naturalmente, no associativismo popular.

Apesar de se ter assegurado a igualdade de oportunidades no plano formal, nem todos partem do mesmo ponto. Falta conquistar a “igualdade equitativa de oportunidades”, no sentido proposto por John Rawls (2013)⁴. Quer no plano horizontal: entre homens e mulheres da mesma classe social; quer no plano vertical: entre diferentes classes sociais.

A par disso, e fruto de século e meio de um estatuto de subalternidade, ainda hoje se assiste a alguma resistência (interna) à participação das mulheres. Não poucas vezes no momento de constituir uma lista para os corpos sociais se esquecem as mulheres; ou se convidam algumas apenas para “compor o ramalhete” (sem lhes atribuir responsabilidades significativas). Outras vezes, o convite surge para tarefas administrativas e burocráticas (secretária, tesoureira, relatora), ficando os cargos de maior destaque para os homens.

VI

E será que se pode fazer alguma coisa? Qual a melhor estratégia para assegurar uma maior igualdade e participação das mulheres no associativismo popular?

Para alcançar resultados relevantes, há que agir em diversos planos. Sobretudo a três níveis: o da democracia interna; o da “igualdade equitativa de oportunidades”; e o da democracia política, económica, social e cultural.

O movimento associativo deve discutir o problema e construir coletivamente um repertório de atuação que favoreça a participação das mulheres. Reflexão que deve ter como mote a promoção da democracia interna, em especial da participação inclusiva. A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) poderá ter aqui um papel relevante: pode promover uma reflexão alargada (em todo o território nacional); pode elaborar um manual de boas práticas; pode disseminar esse manual – e realizar ações de sensibilização sobre o tema; pode instituir um prémio para

⁴ A igualdade equitativa de oportunidades assenta na ideia de que as posições sociais devem estar abertas a todos com base nas suas aptidões e capacidades (aspeto partilhado com a igualdade formal); e de que todos devem ter uma oportunidade igual de desenvolver os seus talentos.

distinguir as coletividades que se destaquem em matéria de participação inclusiva.

Mas isso só não chega. Como se disse, as causas principais da sub-representação das mulheres são externas ao movimento associativo – e exigem uma intervenção num outro plano. Desde logo, no plano da “igualdade equitativa de oportunidades”.

Como referido, a igualdade equitativa – oposta à apenas formal – integra duas dimensões: os empregos e os cargos devem ser atribuídos com base no talento e não no nepotismo ou no preconceito; e todas as pessoas devem ter uma oportunidade igual de desenvolver os seus talentos e as suas capacidades.

Para que isso aconteça, torna-se essencial, imprescindível mesmo, eliminar a pobreza e reduzir a desigualdade. Essa é a condição base⁵. Mas há um conjunto de outras condições que são muito importantes: um Serviço Nacional de Saúde sólido e eficaz (para além de universal e gratuito); um sistema de segurança social que assegure adequados níveis de proteção da mulher; creches gratuitas e outras respostas sociais de apoio à família da rede pública; escola pública de qualidade (incluindo o direito ao ensino pré-primário de qualidade).

VII

Mas é possível ir mais longe (possível e necessário). Ir à raiz do problema, que afeta homens e mulheres e gera forte descontentamento. Veja-se o que diz Chandler (2024):

“Este descontentamento enraíza-se, sobretudo, num modelo económico avariado, que está a empurrar o mundo natural para a beira do desastre, que continua a permitir que a classe, a raça e o género modelem as oportunidades das pessoas e que canaliza cada vez mais os benefícios da atividade económica para as mãos de uns poucos privilegiados”.

⁵ É o que sublinha Chandler (2024):

“E embora a discussão sobre a igualdade de oportunidades tenda a concentrar-se no sistema educativo, este princípio tem implicações muito mais amplas. Se quisermos dar um começo igual a todas as crianças, também temos de reduzir diretamente a pobreza e a desigualdade, uma vez que há um limite para o sistema educativo compensar as diferentes oportunidades que as crianças têm em casa”.

Não é possível discutir o papel da mulher no associativismo popular sem um olhar mais abrangente, sem discutir o problema da desigualdade e da exploração. Sem perder de vista o objetivo da transformação social e da emancipação, em direção a uma sociedade mais justa, mais democrática e mais solidária. A sociedade de que fala Olin Wright (2022). A sociedade justa de que fala Rawls (2013). Em direção ao aprofundamento da democracia nas suas dimensões política, económica, social e cultural, como nos propõe a Constituição da República, no seu artigo 2.º.

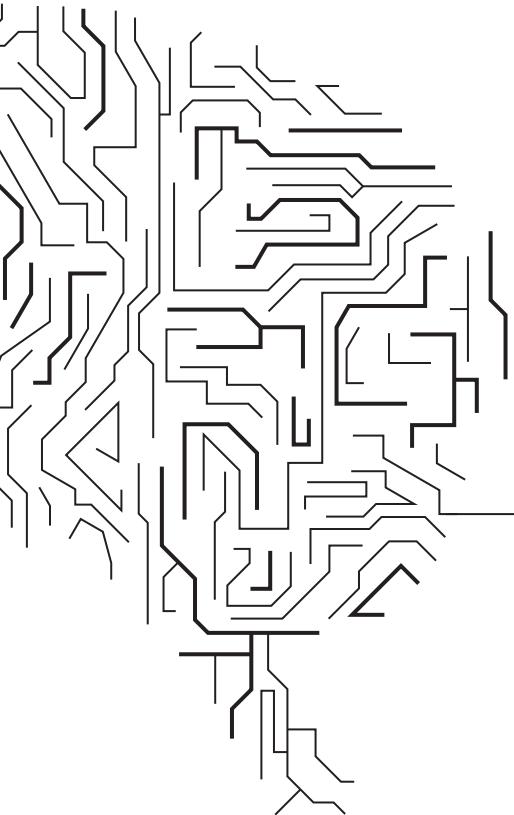
Não é suficiente (e não será eficaz) desenhar um programa de ação para fortalecer a participação das mulheres que assente exclusivamente na democracia interna. Esse plano será importante, mas insuficiente. É preciso colocar ainda o foco na conquista de uma verdadeira “igualdade equitativa de oportunidades”, bem como no aprofundamento da democracia, nas quatro dimensões referidas – pressupostos essenciais para a alteração do papel da mulher na sociedade (e no associativismo popular).

É por isso que a CPCCRD, que representa em Portugal as coletividades de cultura, recreio e desporto, não pode abdicar de abraçar algumas causas, determinantes para a vida e vitalidade do associativismo popular: a causa da igualdade, a causa da paz, a causa da irradicação da pobreza, a causa da democracia.

Como sublinha Sophia de Mello Breyner Andresen, a propósito de Catarina Eufémia: “E a busca da justiça continua”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andresen, Sophia de Mello Breyner (2015), *Obra Poética*, Porto, Assírio & Alvim.
- Chandler, Daniel (2024), *Liberdade e Igualdade. O que será uma sociedade justa?*, Lisboa, Editorial Presença.
- Melo, Daniel (1999), “O Associativismo Popular na Resistência Cultural ao Salazarismo: a Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio”, *Penélope*, 21, pp. 95-130.
- Melo, Daniel (2010), *A Cultura Popular no Estado Novo*, Coimbra, Angelus Novus.
- Pereira, Joana Dias (2020), *Associativismo Livre. Uma História de Fraternidade e Progresso (1834-1926)*, Coimbra, Almedina.
- Pratas, Sérgio (2016), *Um outro olhar sobre o associativismo popular*, Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Pratas, Sérgio (2022), *Associações, democracia e utopias reais. O caso das associações de cultura, recreio e desporto*, Coimbra, Almedina.
- Nunes, Nuno, Jéssica Chainho Pereira, José Soares Neves e Sara Fernandes (orgs.) (2024), *O Associativismo Popular Português no Século XXI*, Coimbra, Almedina.
- Rawls, John (2013), *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Editorial Presença.
- Redol, António Mota (org.) (2024), *As Coletividades de Cultura e Recreio na Resistência ao Fascismo Português*, Lisboa, Edições Colibri/Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo.
- Salinas, F. (1990), “Participación y democracia en las cooperativas. Indicadores para su análisis”, *Crédito cooperativo*, n.º 47, pp. 7-28.
- Wright, Erik Olin (2022), *Como ser anticapitalista no século XXI*, Coimbra, Edições 70.



LAURINDA FIGUEIRAS

MESTRE EM ESTUDOS DA CRIANÇA, ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO EM ASSOCIATIVISMO E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL PELA UNIVERSIDADE DO MINHO

MEMBRO DA DIRECÇÃO DA RONDA TÍPICA DA MEADELA

PRESIDENTE DO CENTRO SOCIAL E CULTURAL DA MEADELA E DA CASA DO Povo DA MEADELA

MEMBRO DA DIRECÇÃO DA CPCCRD

USOS DE ANTANHO, PORQUE...

¬ Usos de Antanho, porque...

Situada na margem direita do Rio Lima, outrora Lethes, a Meadela é hoje uma freguesia da cidade de Viana do Castelo, e sempre se destacou como uma das aldeias rurais mais características da orla limiana. Dedicada essencialmente à produção agrícola, o amanho da terra fazia-se um pouco por todo o lado, tirando partido de terrenos paralelos às margens do Rio. Este, fértil em peixe, foi o sustento de famílias de pescadores, proprietários de barcos que navegavam em águas serenas. Vestindo-se de verde, contribuía com a sua harmonia colorida e repousante para a configuração desta Costa Verde, como foi conhecida durante muitos anos. Para esta gente o dia começava cedo, planeado de véspera, iniciando as tarefas pela alimentação do gado e das aves de capoeira, ainda o sol surgia indolente e estremunhado. O plantio dos campos de milho e os feijões semeados nos pequenos intervalos tinham época e não havia lugar a distrações no tempo, aproveitando todo o pedaço de terra livre para aumentar a colheita até ao S. Miguel.

A feira semanal, em Viana, fazia parte dos planos e os encontros com outros agricultores era ponto assente nos compromissos dos chefes de família, uma vez que só nessa altura e ao domingo aproveitavam para dar dois dedos de conversa com os amigos, trocando impressões sobre a vida no campo e na cidade. À noite, as histórias contadas à lareira - nos serões que abarcavam as poucas horas disponíveis para o convívio - eram sorvidas com atenção e interesse para, mais tarde, serem contadas a outros que as fariam passar para os mais novos, fomentando a partilha e a certeza de que ficariam reféns da memória de quem as ouvia.

No trabalho, as canções ritmadas levavam a cenários imaginários, geralmente bucólicos e cheios de cor e beleza, o que amenizava o esforço, fazendo esquecer a dureza que o caracterizava.

Longas tardes de vindima acabavam com um bom desafio, sempre entre dois homens, evidenciando a qualidade ou não, do trabalho realizado, numa tentativa de arrancar umas valentes gargalhadas aos vindimadores, depois da degustação de um suculento bacalhau frito, broa e azeitonas das oliveiras do caminho, regados com um verde da última colheita. O mel, complemento apreciado, servia-se espalhado num naco de pão de milho, cozido para o momento. Dois odores que ficam no olfacto para sempre, indescritíveis e desusados.

Aqui se radicou um casal com três filhos, sendo eu a terceira. Atenta e interessada, admirando a forma poética com que o meu pai falava do conhecimento empírico desta gente boa e fiel aos seus princípios, fui sendo levada, ao longo do tempo, por uma curiosidade intensa pela vida no campo, desprovida de artifícios e subjectividades, seguindo-lhe os passos no registo e na recolha de memórias individuais e colectivas.

Como observadora fui registando o que me ia sendo oferecido, que foi muito, desde a gastronomia simples - a matança do porco realizada na mais fria das madrugadas e todo o envolvimento que a tarefa provocava, contando com todos e, principalmente, com um matador à altura, experiente e certeiro, que levaria depois por diante, com a ajuda dos participantes, o cargo de “desmanchar” o animal e preparar as carnes para o seu devido fim. Tarefas importantes eram também a conservação das carnes na salgadeira e o famoso sarrabulho em fim de festa, assim como as sobremesas tradicionais populares que se dividiam entre um delicioso leite creme de suave textura e um arroz-doce cremoso, que eram uma verdadeira delícia.

Ainda acerca da matança, havia um hábito peculiar na Meadela, porventura usado em todos os sítios – quem matava porco oferecia uma “folha” de fígado, um pedaço de lombo e uma chouriça “da ocasião” a cada vizinho. A complementar a oferta, um verde e viçoso ramo de salsa dava vida e cor às carnes inertes.

Escusado será dizer que um só animal não bastava se os vizinhos fossem em número considerável. Mas...era um uso antigo, cumprido desde sempre.

Na Páscoa, quando o Compasso Pascal trazia, ainda, o Pároco como figura principal do cortejo, era obrigatório ter um “Bate” para oferecer ao Compasso e aos visitantes, que não era mais do que um Pão de Ló caseiro, mais compacto do que os de hoje e que cheirava a casa, a conforto e ao melhor que havia para oferecer, acompanhado de um cálice de “Vinho Fino”. Este procedimento contemplava situações inusitadas, dignas de relevo por serem raras e, acima de tudo, sentidas.

Nessa época, o donativo para a igreja não era monetário, sendo substituído por ovos das galinhas da família. A casa dava solução a tudo. O papel da mulher era preponderante nos bons resultados de uma economia familiar equilibrada, mantendo a venda directa, à porta, de produtos da terra, evitando perdas de tempo, transportes escassos e incertos.

Na altura própria, o cultivo e a produção do linho completavam-se com as espadeladas. As sachas, as vindimas, as desfolhadas, as malhadas que obedeciam a um ritmo próprio, criando cadências quase musicais. Eram procedimentos certos,



cílicos, motivando a confraternização em finais de tarde que se estendiam pela noite dentro. A música e os cantares quase sempre seduziam o corpo e a vontade de dançar um vira ou simplesmente criar uma roda de mulheres que, a compasso, desenhavam motivos coreográficos trazidos da infância e formavam danças de marcação simples. Bastava esse mote para todos dançarem.

Os homens, que no fim do repasto se mostravam mais participantes, entoavam uma desgarrada enaltecedo os donos da casa, bem como iam surpreendendo os presentes com quadras destinadas a cada um deles.

E quem lá não estava, aproveitava para ouvir o que se propagava. Os mais velhos relembrando a juventude, outros esperando pela ocasião de serem convidados para ajudar em tarefas semelhantes.

Todos os trabalhos do campo terminavam em amena cavaqueira, em algazarra comedida que descansava o espírito e fazia a diferença em dias de azáfama, assegurando noites tranquilas e motivadoras de novas realizações que não implicavam pagamentos. Antes, porém, incentivavam a partilha, a amizade e a solidariedade.

Esta família não parental estaria sempre presente, disposta e atenta, na alegria e na tristeza, vivendo em verdadeira comunidade, mantendo portas abertas, com a chave na fechadura pelo lado de fora.

Na infância assisti à organização de uma associação com raízes na cultura popular – a Ronda Típica da Meadela -, no ano de 1960, mercê de uma propensão familiar para a pesquisa sobre as vivências de um povo peculiar e rico em tradições que o tempo, inexoravelmente, foi diluindo, restando a memória passada



geracionalmente de que este grupo é exemplo, fiel depositário das tradições do Alto-Minho.

Foi difícil o começo e a continuidade do mesmo, surgindo numa altura em que a freguesia necessitava de uma representação local para as Festas anuais. José Figueiras foi elemento da Comissão das Festas liderada pelo Coronel Gonçalves Pires, durante treze anos. O grupo já existente recusou-se a participar nas Festas nesse ano e a dar o seu contributo etnográfico. Assim, a Ronda encetou um caminho árduo de afirmação local com as dificuldades inerentes a um processo novo. Com afinco, vencendo ventos e marés, constituiu-se como grupo tradicional com futuro, resultado de uma forte determinação, leal aos usos que herdou das tradições do Minho.

Sendo o Alto-Minho um território tão rico em tradições seculares criou na minha família um interesse específico pela pesquisa sobre a história local, o que facilitou a criação da Ronda Típica para manter vivas, tanto quanto possível, usanças de que hoje talvez não houvesse memória.

Baseada em recolhas efectuadas nas mais diversas manifestações populares desta região, paredes meias com a Galiza, a influência da Raia pressente-se em cânticos e trechos musicais que fazem parte do repertório do Grupo. Refiro, como exemplo, o "Vira Velho", que Adriano Correia de Oliveira interpretou na íntegra, a partir de um disco da Ronda e que ainda hoje é um dos seus temas de referência.

Este grupo etnográfico, distinguindo-se dos demais grupos, traduz em apontamentos vários a intenção de romeiros que vão deixando sons e passos que

outros vão absorvendo, deixando-se também, em muitos momentos, influenciar pelas vibrações da terra que visitam. O toque diferente de melodias, passos que retratam a evolução da dança livre para números esquemáticos e coreograficamente ordenados, prontos a serem executados nos mais variados contextos, preenchem um repertório vasto de recolhas cuidadas.

O intuito estava concluído. A criação do grupo concretizada. Mas toda uma orgânica era necessária para que tudo funcionasse sem falhas. Graças à minha mãe, todos se apresentaram na sua melhor expressão. Desde passar a ferro as roupas até à colocação de ouro e dos lenços nas jovens raparigas da Ronda, inexperientes nestas andanças, tudo fazia. Era um apoio incondicional para o meu pai. Por isso, correu bem. Havia uma preocupação constante da parte dela em ter tudo preparado para não haver falhas. Dava-me a sensação de que, vezes havia, em que se esquecia de si própria. O projecto piloto dos arraiais minhotos foi ensaiado cá em casa. A organização gastronómica estava a seu cargo e corria na perfeição apesar da pouca ajuda que tinha. Mais um exemplo da entrega feminina a uma causa que obteve os resultados esperados.

No que respeita à indumentária necessária para o grupo funcionar, a tarefa estava facilitada: o meu pai era um apaixonado colecionador de peças de vestuário rural únicas que possibilitaram trajar umas tantas pessoas. Ainda hoje muitas se encontram ao serviço do grupo. Sei que a primeira peça que recebeu da mão do amigo Manuel Pinto foi uma saia de morgada, bela de simples e que deu origem a esta recolha valiosa que se aplicou à existência da Ronda Típica.

“A evolução foi rápida”, conforme referiu o fundador e depressa a Ronda começou a contribuir para mais uma forma de expressão artística de cunho vianês. A constante busca por diferentes formas de interpretação musical, pouco em uso na época, levou à recolha de modinhas velhas, de quadras graciosas e cheias de sentido poético, de rima obrigatória, recolhidas sobretudo nas Argas, essa fonte inspiradora das mais belas peças musicais do Alto-Minho.

Das brincadeiras da infância, dos jogos de recreio surgiram esquemas de danças com coreografia devidamente elaborada a partir de passos simples, mas de uma leveza e elegância cativantes sem, por isso, retirar o estilo pessoal aos bailadores. Durante os ensaios era necessário mostrar as regras que levam à harmonia na dança de pares – nunca se vira de costas, não há contacto físico evidente, a mulher situa-se sempre do lado esquerdo do homem, estalam-se os

dedos em castanholas ao compasso da música, entre outras particularidades. Os relógios de pulso, masculinos ou femininos, não tinham cabimento quando trajados, uma vez que o relógio mais importante era o sol que guiava a duração dos trabalhos nos campos. Vernizes, pulseiras e anéis em materiais pobres também estavam fora de questão.

Os primeiros discos de vinil – e não foram poucos - foram gravados em nossa casa, que era também casa da Ronda, destacando-se a presença de Arnaldo Trindade e da Rádio Triunfo. Das artes performativas evidencia-se Júlio Couto, actor, contador de histórias e da história do Porto. Conheceu e recitou José Figueiras. Outros como António Pedro, artista plástico, actor, encenador, ceramista... Maria Manuela Couto Viana, poetisa e declamadora, António Manuel Couto Viana, actor e escritor, José Rosa de Araújo, cronista e escritor, Severino Costa, jornalista, António Afonso do Paço, jornalista e mais que a distância temporal não me traz à memória. Todos alimentaram a vontade de dar à cultura popular o lugar devido, alicerçada nas tradições, nas heranças da ancestralidade e na realidade dos paradigmas, privilegiando sempre a génese através da reflexão etnográfica profunda – a verdade etnográfica.

Muitos desses registos eram fruto da recolha que teve origem na Serra D'Arga. Situada no concelho de Caminha, fonte inspiradora de tudo que se canta na região, é fértil em manifestações de alegria, servindo para confirmar tudo que se diz e que de real acontece. É palco das mais variadas expressões populares e das mais antigas festas do Alto-Minho, que Michel Giacometti calcorreou e absorveu através dos sons da terra e das tonalidades das vozes dos naturais.

Tanto o meu pai, José Figueiras, como o meu irmão, Henrique Figueiras, eram apreciadores da música popular que investigaram e recolheram, ouvindo os tocadores populares da região e outros, que de forma rudimentar e singela, trouxeram à ribalta modas em desuso guardadas na memória e traduzidas em notas agradáveis por harmónios simples, de uma só “carreira” de botões. Pai e filho também eram tocadores de concertina, com estilo e destreza diferentes, mas igualmente apaixonados pela simplicidade dos exemplares. A Raia, elo de ligação entre o Minho e a Galiza é responsável por temas que o José Figueiras recolheu e que ainda hoje fazem parte do suporte musical do grupo, ou não fossemos nós uma “ronda típica”!

De 28 para 29 de Agosto, a noite cai, prova-se o vinho, a aguardente com açúcar, saboreiam-se petiscos deliciosos para o palato e a alma cresce e aquece,



depois de visitar a capela, onde convém deixar um donativo para o santo e outro para o diabo. Mais vale prevenir...

A serra veste-se de gente, torna-se pequena. Divide-se o espaço com a música e a dança. Canta-se ao desafio sem querer chegar ao fim e o improviso acontece. Há quem pernoite por lá, numa tentativa de descansar as pernas e a mente, depois de ter subido as sete serras que levam à principal. Vai-se em grupo de véspera, bem cedo, pela madrugada, para assegurar um pedaço de terra antes da "invasão" normal no dia da festa.

Outros, já tinham lugar marcado nos quarteis, construções de pedra devidamente adaptadas a espaços para dormir, destinados aos peregrinos que anualmente pagavam promessas. O caminho era longo para quem se deslocava a pé, movido por um sentimento de missão e de confraternização alargada que necessitava de assegurar um lugar para o merecido descanso, pela alta madrugada, ou quando o sol raiasse.

Nas Werneck (a quinta onde cresci destes os primeiros meses de vida), o cenário em fins de tarde, era um pouco diferente. O Verão, convidativo ao convívio, trazia à nossa casa figuras com que cresci, admirando a sua forma de estar, de conversar e de interagir com os demais. Lembro-me de tertúlias especiais e que terminavam, quase sempre, com a degustação de um prato tradicional. Ao som da concertina do Henrique (meu irmão), esboçava-se o corpo de dança convidando,



de vez em quando, outros intérpretes da expressão artística espontânea, de que é exemplo o Grupo da Escola do Infante, no Porto, orientado pelo saudoso Pedro Homem de Mello, que deu brilho aos grupos de costumes e que os fez passar em desfile na Rádio Televisão Portuguesa. Para além disso, era visita cá de casa, onde se falava de costumes, modas, passos e também de poesia.

Na década de sessenta, na Meadela, em noites de arraiais, a presença de Pedro Homem de Mello, era habitual. Ligados pelo interesse que a cultura popular lhes despertava, ele e o meu pai habituaram-se a momentos de amena cavaqueira sobre usanças de antanho com que ambos tinham convivido de perto.

O aroma de um caldo verde, conseguido com os produtos hortícolas da quinta, completava-se com o azeite deleitoso das seculares oliveiras do caminho, junto ao portão, presença pictórica, que naturalmente dispunha excelente colheita.

O galo, que cantava de noite, silenciava-se na cozedura de um arroz de cabidela com os melhores condimentos necessários ao convite para um bom repasto num espaço sem portas e sem janelas! Na malga, saboreava-se um delicioso Verde genuíno, acompanhado com a broa do forno a lenha, ao mesmo tempo que se cantava ao desafio.

A festa emergia ao som das concertinas, dos cavaquinhos e dos ferrinhos e entoavam-se, também, desafios à capela. A poesia tomava corpo e dançava-se o



Vira no terreiro sem pressa, como era tradição, embalado pelo calor com que o estio beijava as eiras e o rumorejar da água nos levava a superior dimensão.

Os sons conjugavam-se, desenhavam-se silhuetas e os passos marcavam o ritmo acompanhado de castanholas produzidas por dedos hábeis e sonantes. Ele, o senhor de Cabanas, o poeta, o sonhador dançarino, religiosamente tinha o seu lugar cativo.

Ele, o poeta, aí era o Pedro. Saboreava um Verde puro, deliciava-se com a broa da ocasião e cantava ao desafio. A dança acontecia arrastando-nos, noite dentro, qual moura encantada que pelos sentidos nos faz prisioneiros.

De Sandiães, concelho de Barcelos, também vinham raparigas que dançavam o Vira com um requebro diferente, imprimindo ao corpo uma pitada de sensualidade inocente, própria de quem assume a dança por completo, como se se desligassem do ambiente que as rodeava. Também alguns tocadores vieram de lá, acabando por ficar e fazendo carreira na Ronda.

O trabalho de pesquisa efectuado ao longo dos anos e que continua, deve-se à procura de fontes fidedignas que, sem alterar as regras que sempre conhecemos, sirvam de suporte ao que ainda existe. A eliminação das quintas, o desaparecimento da criação de gado, as alterações do regadio e a facilidade de arranjar um ofício menos pesado e com horários definidos veio trazer alguma dificuldade na preservação da identidade local no que se refere a estes parâmetros.

A forma de viver sofreu alterações e conduziu ao desaparecimento de verdadeiras peças de museu da ruralidade que hoje difícil se torna recuperar. No entanto, devido ao espólio que localmente foi conseguido por doações – que



serviram para salvar da fogueira vários exemplares – é intenção da Ronda a criação de um espaço de exposição devidamente documentada destes artefactos, constituindo, assim, uma referência de informações que sirva como apoio pedagógico às escolas.

Desde 2009 que a Ronda criou um espaço de conversa, de análise e de conclusões, através de testemunhos, práticas e livros procurando respostas através de figuras destacadas nesta área que reúne nas Jornadas de Cultura Popular.

Paralelamente, no âmbito da preservação das recriações etnográficas, da inclusão dos instrumentos populares no ensino da música, da criação de uma disciplina de Cultura Popular no ensino básico, entre outros, são muitos os termos que começaram a ser discutidos em 2009 e cujo debate se mantém pertinente nos dias de hoje, mantendo o projecto e a ambição.

Ao mesmo tempo, mais do que concretizar um sonho antigo, a instituição testou a capacidade que um grupo folclórico pode ter em termos organizativos, provando que há massa crítica na discussão interna e desfazendo o preconceito comumente instituído de que a Cultura Popular é, de certa forma, o parente pobre da Cultura.

Na actualidade, a Ronda fez ressurgir as Janeiras que visitam a freguesia em noites de Inverno, desejando Boas Festas e um Ano Novo próspero. Realiza uma Semana Cultural ligada à música popular como prelúdio das Festas da Meadela e, em finais de Setembro, reinventa a Festa das Colheitas em Honra de S. Miguel recriando hábitos locais em desuso – malhada, desfolhada e desgarradas –,

realizando também um Festival de Sopas. Assim, procura reviver sabores de outrora com que os visitantes se podem deliciar.

Para alicerçar esta dedicação e para fazer esta recolha, tive a sorte de crescer com os antigos agricultores residentes que amanhavam a terra, criavam animais e produziam vinho. As sachas, ao levantar, bem cedo, ainda estão bem presentes na minha memória, conseguindo ouvir o som de sacholas afiadas que removiam a terra em golpes alternados e certeiros. O lavradio dos campos, geometricamente desenhados obedecendo à força animal que conduzia arados determinados a sulcar a terra pronta a ser semeada. O velho estanca-rios que, pachorrento, se movia pela força de uma junta de bois e alimentava a terra e a sementeira com a água da mina do monte.

As malhadas deixaram de se fazer ouvir e os usados “malhos” desapareceram destas casas adaptadas às exigências do quotidiano. Jazem abandonados em alguns cobertos (espaço reservado às alfaias agrícolas) assim como os peneiros, engenho de peneirar o milho que, em fim de tarde, se despediam do estio com uma musicalidade deliciosa, accionados por uma manivela que definia a cadência compassada do som que produzia.

As vindimas são uma das actividades ainda presentes devido à existência de algumas vinhas que vão deixando a sua marca na produção local. Faltam condições de trabalho para continuar uma vida no campo que actualmente se torna difícil.

Desta pacatez, passamos para a agitação do dia a dia presente, ficando hábitos e história bem distantes dos nossos dias.

A Meadela hoje faz parte de uma União de Freguesias - o que não a beneficiou, no meu ponto de vista, em termos de afirmação identitária, fruto da visão global que se estende às três freguesias unidas. Muito ficou pelo caminho, já antes da União, e piorou com a anexação. É um dos dormitórios da cidade, que alberga mais pessoas de fora do que naturais.

O dito desenvolvimento apresenta outras vias de interesse que vão descuidando as origens, cabendo aos dois grupos folclóricos assegurar a memória da vida simples e de trabalho, apoiada numa sabedoria transmitida e continuada pelas diversas gerações.

Com a influência que tive do apreço familiar por estas temáticas, cresci e vivi neste meio franco que conduziu os meus interesses e atenção a tudo quanto se relaciona com o mundo rural através do que lhe é característico.



Sou filha de um pai que valorizava o conhecimento e que detinha uma biblioteca considerável, e que dividiu a sua juventude entre a actividade de bombeiro voluntário, forcado amador, actor, co-autor da peça de teatro “A todo o pano...”, encenador de teatro amador e associativista. Mais tarde, apesar de dedicar a sua vida profissional às Finanças, manteve a dedicação à etnografia, estudando e recolhendo muito do que hoje somos capazes de transmitir na Ronda Típica da Meadela. Com uma experiência de vida ampla, espírito livre e uma facilidade de comunicação cativante, José Figueiras foi proprietário de uma livraria – a Casa do Livro – que se dedicava aos livros de aluguer. Poeta e etnógrafo, tem nome cativo numa rua da Meadela, a freguesia que não era a sua de nascimento, mas onde quis ficar depois de uma vida de dedicação. E assim é.

Em 2012, a Câmara Municipal de Viana do Castelo atribuiu-lhe a distinção de Cidadão de Mérito, a título póstumo, e frequentemente são publicados textos e poemas da sua autoria que transmitem e relatam a vida no campo em toda a sua expressão.

Para eternizar a sua pegada ao serviço da cultura, em 2018 ficou gravado o seu nome numa das várias pedras que compõem o “Cemitério da Arte”, em Morille, Salamanca. O seu livro de poesia, “Por Feitiço, por Magia”, encontra-se na Biblioteca do Ayuntamiento de Morille, depois da sua apresentação pública no local.

Desde que me conheço, acompanhei-me de livros, o que me facultou uma aprendizagem privilegiada, provocando-me uma curiosidade enorme sobre determinados temas, tendo passado às minhas filhas o interesse e gosto pela leitura.

A única ligação que tenho a este mundo das coisas simples, foi ter vivido no meio dele, conhecendo pessoas que aumentaram e contribuíram para o meu conhecimento. O interesse pela temática, apoiada no saber empírico ancestral, fizeram com que continue a defender os costumes da minha terra. Desde a maneira de viver, passando pelos métodos simples e naturais de curar maleitas até à realização do trajo à vianesa, do linho, das mantas de trapos e da gastronomia caseira, tudo absorvi como observadora participante, interessada em saber sempre mais de uma cultura rica em conteúdos, comentada em serões familiares de que sinto muita falta.

Presidente da Ronda Típica da Meadela, ligada à Direcção desde 1981, estou permanentemente em contacto com as práticas conservadas e reproduzidas, através da actividade do Grupo e também pela participação em iniciativas que me prendem o interesse e a curiosidade. Preservo as oportunidades de falar da minha terra, da icónica criação feminina do trajo à vianesa produzido em casa, das pessoas que foram passando pelos meus dias e das marcas que deixaram dos sabores e saberes, interessantes documentos orais e de observação que tento registar de forma simples, o mais clara possível.

Em 2018 resolvi passar das palavras soltas e do meu olhar atento às diversas etapas destes exemplos ao registo escrito de pequenas impressões que fui colhendo neste meio privilegiado em momentos carregados de singeleza e, ao mesmo tempo, de tanto saber de experiência feito. Assim surgiu o “Usos de Antanho – I”, um pequeno ensaio sobre sensações olfactivas, que nos acompanham desde o berço, visuais e de conforto para o espírito. Para a sua concretização contei com o apoio e incentivo marcantes do meu marido, Nicolau Veríssimo, impulsor dos costumes locais e também ele um observador participante de muitos usos que me transmitiu (até dos que presenciei na casa

dos seus pais), registados na sua infância e na sua juventude, pela sua curiosidade e preocupação em perceber a comunidade local. Também ele tem lugar cativo em Morille no Cemitério da Arte.

Este incitamento levou-me a produzir um segundo exemplar – “Usos de Antanho – II”, todo dedicado ao pão de milho, às diversas etapas do cultivo deste cereal a que fui assistindo, desde a sementeira até ao produto final, que tem o nome de broa.

Atravessando o caminho que separava as duas casas (agora uma rua bastante movimentada) e transposto o portão da casa em frente, abria-se o cenário destas singularidades a que me refiro. Tudo que é relatado e mencionado nas páginas deste ensaio é o resultado de uma convivência assídua, vivida intensamente, cujas personagens são reais, levando-me em viagem por uma existência digna de ser referida, de seres humanos comuns, mas portadores de particularidades bem presentes na minha memória. Difícil seria não os manter vivos nestas modestas linhas, respeitadores dos ideais de cada um, cumpridores de valores pelos quais se pautavam e defendiam.

Confesso que, de todos tenho saudades, mas a Senhora Adelaide, figura destacada nos meus registo, marcou a minha infância, que já sendo feliz, a tornou mais ainda. O mel com broa, o leite com broa e o caldo à lavrador tinham um sabor intenso e diferente, odores que jamais esquecerei. A sua preocupação com os outros não me passou despercebida, numa constante dádiva sem testemunhas, a horas em que só ela poderia gerir a sua acção de benfeitora.

A Senhora Bina, a tecedeira da casa, dona de uns olhos claros cor de mar, enigmáticos, proporcionou-me viagens incansáveis num dócil caneleiro e no tear livre de trabalho, onde compus as mais belas peças de percussão da minha vida. O Senhor Tino, sisudo e pouco comunicativo, fez-me acreditar que o silêncio pode ser um grande aliado. O Senhor José, antigo padeiro, dedicava-se inteiramente ao campo, ao cuidado com as alfaias e gostava de atar a vinha em espinha, que era uma arte na poda e na forma de atar.

Por tudo isto, a melhor e mais real maneira de conseguir transmitir estes pedaços de vida, sem ardis nem floreados, foi “viver” no local, ter a mesma condição.

Como já referi, tudo foi recolhido através de uma observação participante restrita a uma casa, a uma família, a um lugar. E não precisaria de mais. Estava tudo ali pronto a ser captado, praticado e entendido.

Tanto o primeiro como o segundo ensaio fazem parte de algumas bibliotecas nacionais e da Biblioteca do Ayuntamiento de Morille, em Salamanca, tendo sido apresentado ainda em Viana do Castelo, Vilarelhos, Alfândega da Fé e na Casa do Alentejo, em Lisboa.

Esta é uma temática apaixonante, exigente na atenção aos factos e dados e vou, de certeza, continuar a dedicar-lhe o tempo que puder para que, pelo menos, estas memórias não se percam e possam ser mais umas páginas sobre a cultura popular para substanciar a nossa memória colectiva.

A memória, sempre a memória, que não se esfume e seja preservada no mais pequeno detalhe e que possamos sempre ouvir falar, esmiuçar em considerações e ler retalhos que nos reportem a um País que, enriquecendo a história, ainda conserva os velhos usos de antanho.

Créditos fotográficos:

Marta Felgueiras

Pesquisa livre (online)

Laurinda Figueiras

Bibliografia:

Barboff, Mouette. Terra Mãe Terra Pão, Âncora Editora, 2005.

Araújo, José Rosa de. Serão. Edições Carmínia. 1982-1989.

O ASSOCIATIVISMO POPULAR PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI

Nuno Nunes
Jéssica Chainho Pereira
José Soares Neves
Sara Fernandes



ALMEDINA

Crónicas Portuguesas para o Século de Portugal

BIBLIOTECA COSMOS

CARLOS ANJOS

DIRIGENTE DA FEDERAÇÃO DAS COLETIVIDADES DO
DISTRITO DE SETÚBAL

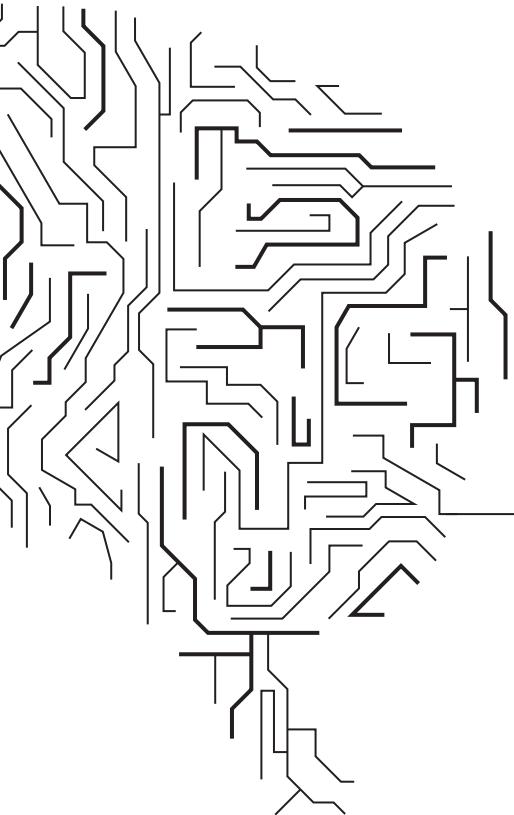
CONSELHEIRO NACIONAL DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

LICENCIADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL (FCSH/UNL)

MESTRE EM PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROCESSOS
DE DESENVOLVIMENTO (ISCTE).

TÉCNICO SUPERIOR NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

**LIVRO “O ASSOCIATIVISMO POPULAR
PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI”**



CARLOS ANJOS

DIRIGENTE DA FEDERAÇÃO DAS COLETIVIDADES DO
DISTRITO DE SETÚBAL
CONSELHEIRO NACIONAL DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO
LICENCIADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL (FCSH/UNL)
MESTRE EM PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROCESSOS
DE DESENVOLVIMENTO (ISCTE).
TÉCNICO SUPERIOR NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

**LIVRO “O ASSOCIATIVISMO POPULAR
PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI”**

- LIVRO “O ASSOCIATIVISMO POPULAR PORTUGUÊS NO SÉCULO XXI”

O movimento associativo popular é mal conhecido do ponto de vista da sua caracterização constitutiva, apesar da sua relevante presença e de uma multitude ação na sociedade portuguesa. Implantado em todo o território nacional numa escala que se expande das mais pequenas aldeias às maiores urbes, esse movimento propicia, desde há mais de um século, o acesso à cultura, ao desporto e ao recreio, não só aos seus associados, como às comunidades locais, no que se constitui como a missão da sua existência. Mas surgem novos desafios!

A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto tem vindo, desde há anos, a procurar colmatar o desconhecimento sobre este grande movimento social¹. A publicação regular da revista “Análise Associativa”², iniciada em 2014, e de vários estudos de dimensão académica, a par de utilíssimos guias práticos³, tem vindo a aprofundar o conhecimento disponível e torná-lo acessível a todos quantos participam e ou se interessam pelo fenómeno associativo.

A celebração de acordos entre a Confederação e a Academia tem proporcionado uma maior atenção para este objeto de estudo, quer por parte de atores académicos, quer de dirigentes associativos. Daí resultaram publicações e programas de formação, de que foram excelente exemplo as Formações Avançadas em Gestão do Associativismo

De algum modo fruto do crescente interesse científico que tem vindo a acompanhar a afirmação pública do movimento associativo popular e da sua Confederação, temos vindo a registar e acompanhar os esforços dedicados à temática associativa por universidades e investigadores.

O livro **“O Associativismo Popular Português no Século XXI”**, dado à estampa em novembro de 2024, vem clarear diversas e pertinentes questões. Uma obra com base no **Inquérito Nacional às Associações de Cultura, Recreio e Desporto**, integrado no projeto de investigação **“O Papel do Associativismo**

¹ Ver em <https://www.cpcrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/livros-e-publicacoes>

² Ver em <https://www.cpcrd.pt/centro-documentacao-e-informacao/analise-associativa/>

³ Ver em <https://www.cpcrd.pt/guias-e-manuais/>

Popular no Envelhecimento Ativo em Portugal”. Trata-se de um trabalho realizado “*num esforço colaborativo*” entre a CPCCRD, o OBAP – Observatório do Associativismo Popular, o OPA – Observatório Português de Atividades Culturais e o CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, entre 2021 e 2023.

→ EQUIPA E METODOLOGIA

A obra foi coordenada por Nuno Nunes (N.N.), Jéssica Chainho Pereira (J.C.P.), José Soares Neves (J.S.N.) e Sara Fernandes (S.F.), contando ainda com a participação de um conjunto de reputados dirigentes associativos, autores e investigadores das ciências sociais: João Bernardino (J.B.), Luís Capucha (L.C.), Patrícia Ávila (P.A.), Artur Martins (A.M.), Maria João Lima (M.J.L.), Jorge Santos (J.S.), Sofia Costa Macedo (S.C.M.), Sérgio Pratas (S.P.). Ao longo deste texto os capítulos com mais que um autor são identificados pelas siglas acima referidas. A ficha técnica pode ser lida no final deste texto

O trabalho estrutura-se por uma Introdução, nove capítulos e Conclusão.

Qual a relevância democrática das associações e quais os seus campos de ação? Quem são os seus dirigentes? Como se caracterizam? Que parcerias desenvolve o movimento associativo e quem são os parceiros mais frequentes? Estas são algumas das numerosas questões abordadas.

A metodologia do inquérito, instrumento central para o desenvolvimento desta obra, está expressa no capítulo que lhe é dedicado (3.) – “METODOLOGIA E RETRATO DE PARTIDA” (autores J.C.P., P.A., N.N. e A.M.). Quem são, onde estão e como podem ser contactados são questões centrais. Aqui são relatados os métodos e técnicas de que os investigadores deitaram mão, bem como as dificuldades com que a equipa se confrontou para chegar, quer ao universo alvo do trabalho, quer à necessária amostra suscetível de ser operacionalizada pelo instrumento de investigação, o questionário. A partir dessas respostas e da sua análise pode ser construído o mosaico de caracterização do movimento associativo popular, objeto primeiro da obra agora dada à estampa e que se desenvolve ao longo da maior parte dos capítulos.

A partir da Conta Satélite para a Economia Social (CASES/INE, 2016) foi possível “*alcançar o universo das Associações Com Fins Altruísticos (ACFA)* ($N=66.761$)

onde se incluem as associações pretendidas (N=33.276 ou 46,9%) (...)" (pg. 44). Tarefa complementada pelos investigadores com um longo e aturado trabalho de pesquisa e consulta de bases de contactos, nomeadamente a pesquisa por palavras relacionadas com o associativismo, mas também contactos disponibilizados pela CPCCRD e suas estruturas descentralizadas, documentos públicos de ministérios, Governos de Regiões Autónomas, autarquias locais, bem como do Diretório Economia Social de Portugal.

O processo de construção da base de dados ficaria concluído, conforme é relatado, a três meses de se concluirão dois anos sobre o início deste longo e moroso processo em que foi necessário recorrer ao maior engenho para chegar a um universo que, sendo genericamente conhecido, carecia de ser identificado. O universo identificado viria a ser integrado por 33.267 associações que cobrem todo o território nacional.

Um inquérito composto por 140 perguntas distribuídas por 13 secções viria a constituir o questionário que seria aplicado. Foi inquirida uma amostra constituída por 1.124 associações distribuídas pelas 7 regiões da NUT II, com predominância da faixa litoral – distritos de Setúbal, Lisboa, Porto, Braga e Coimbra.

¬ RESOLVER PROBLEMAS COLETIVOS. EMANCIPAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O corpo central desta obra é dedicado à interpretação dos resultados do Inquérito. Tal não obsta a que haja espaço para reflexões mais amplas sobre o fenómeno associativo.

Da reflexão de Luís Capucha (ISCTE-IUL) “ASSOCIATIVISMO, SEMPRE!” (cap. 3), retemos o que nos apresenta em jeito de conclusão: “(...) *Não parece que estejamos verdadeiramente perante uma crise de definhamento do associativismo, mas sim a assistir eventualmente também a participar num processo de forte recomposição do seu perfil e da sua cultura organizacional*” (pg. 22). Uma recomposição em que “*pilares fundamentais e distintivos permanecem: o associativismo continua a constituir um modo privilegiado de resolver problemas coletivos e uma ferramenta poderosa de coesão e participação social*” (pg. 22)

Luís Capucha analisa o que têm sido as virtualidades e os impactes do associativismo na sociedade portuguesa, bem como os desafios que se lhe

colocam nos novos tempos. A expansão das esferas de influência e ação, quer do Estado, quer do mercado, quer ainda o surgimento de novos hábitos e comportamentos culturais, propiciam a reconfiguração do papel das associações.

“ASSOCIATIVISMO, CLASSES E CULTURAS POPULARES” (cap. 2) é o tema desenvolvido por Jéssica Chainho Pereira (ISCTE-IUL). “Qual é o lugar da(s) cultura(s) popular(es) na sociedade contemporânea?” (pg. 25), começa a autora por questionar. Dissertando sobre as diversas abordagens teóricas ao conceito de cultura popular e a sua conexão com o associativismo, Jéssica C. Pereira propõe “A cultura popular (...) enquanto espaço de luta entre a resistência de grupos subordinados e as forças de incorporação que operam nos interesses dos grupos dominantes” (pg. 29).

A autora, recorrendo a vasta e significativa bibliografia, conclui que “em inúmeros momentos da história dos povos, as associações, coletividades e clubes, nas suas mais diversas formas e disposições, têm protagonizado um dos maiores motores de emancipação e transformação social, a partir da ação coletiva das classes populares.” (pg. 38).

- RESULTADOS DO INQUÉRITO

Quem pretenda “mergulhar” de imediato no âmago dos resultados deste inquérito pode focar a sua atenção nos capítulos 4 a 8. Começando pelo “lugar distintivo e singular” do associativismo numa sociedade democrática e percorrendo uma linha que passa pela caracterização dos presidentes de Direção de coletividades; bem como as parcerias do movimento associativo popular, os tipos de filiação das associações e as suas relações institucionais, aqui se sublinhando o relacionamento fundamental com as autarquias locais; ou ainda o associativismo cultural popular e a oferta que disponibiliza compreendendo-se os perfis sociais dos associados

“PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA E DEMOCRATIZAÇÃO” (autores J.C.P., P.A., A.M. e N.N.) (cap. 4) – Entre as associações com maior dimensão surgem as associações mistas e as desportivas. É nas associações com menor dimensão, bem como nas de natureza cultural e recreativa, que se evidencia uma maior presença de membros do sexo feminino. De um modo geral as mulheres usufruem menos de atividades culturais e criativas, em comparação com os homens. Semelhante situação se

regista no desporto onde se dedicam a atividades físicas informais ou fortemente feminilizadas, como a ginástica e o voleibol.

A imensa maioria das coletividades não restringe as atividades aos seus sócios, adotando fórmulas que alargam à comunidade o acesso aos seus programas. Neste capítulo é possível verificar da multiplicidade de modalidades e atividades da cultura, recreio e lazer, sendo identificada, a partir das respostas ao inquérito, uma lista com mais de uma centena de temas.

O mesmo se passa no domínio da atividade desportiva, onde são inventariadas 74 modalidades e atividades físicas. *"Em sociedades marcadas pelo individualismo, o consumismo e o imediatismo, as associações, coletividades e clubes têm uma função essencial enquanto espaços de construção coletiva, promotores de atividades e serviços para todos os gostos, necessidades e idades, que propulsionam processos de socialização (...), contribuindo fortemente para a coesão social, para a enraizamento das comunidades e para o desenvolvimento local (...)"*(pg.77).

- DIRIGENTES ASSOCIATIVOS

Esta obra dedica, no seu capítulo 5, “O ESPAÇO SOCIAL DOS AGENTES ASSOCIATIVOS” (autores N.N., P.A., J.C.P e A.M.) um especial foco à caracterização social dos presidentes de direção de associações e coletividades. É assim possível verificar que são os grupos etários situados entre os 40 e os 59 anos os mais representados entre os presidentes, enquanto os escalões mais jovens estão menos representados. Também a distribuição por sexos/escalões etários mostra um enorme desnível, desfavorável às mulheres, que apenas é atenuado justamente no escalão mais jovem. Presença feminina que cresce também, ainda que se mantendo minoritária, entre os presidentes de associações culturais e recreativas.

Um relevante e quase minucioso número de indicadores permite fazer um retrato dos presidentes: a sua condição perante o trabalho; a classe social dos presidentes; O perfil de classe de cada sexo e a sua distribuição; O perfil de classe dentro de cada escalão etário; A escolaridade; A sua escolaridade dentro de cada classe social; a classe social dos presidentes por tipo de associação popular (cultura, desporto, recreio, mistas e outras).

A inserção e interação do movimento associativo no panorama institucional, seja por via de filiação em organizações, seja através de parcerias, é o

objeto do sexto capítulo – “PARCERIAS ASSOCIATIVAS” (autores A.M., J.C.P., P.A. e N.N.). Aqui se constata onde se situam os maiores níveis de parceria, com claro destaque para as mantidas com o poder local (Câmaras Municipais, 94,2% e Juntas de Freguesia, 69,7%), em clara vantagem sobre o Estado central (4,8%) e mesmo sobre as entidades privadas e/ou empresas (31%), que surge em terceiro lugar. O relacionamento com algumas entidades situadas na administração desconcentrada do Estado atinge ainda assim níveis de alguma relevância, os casos do IPDJ e INATEL.

Os recursos e apoios recebidos refletem as tendências já identificados quanto às parcerias. O inquérito permite estimar que apenas cerca de um quarto, 26,7%, das respostas aponta para a filiação na CPPCRD, assim demonstrando o longo caminho que a Confederação tem pela frente no que concerne à agregação e representação do movimento associativo.

A oferta e participação cultural associativa – “*quais as atividades desenvolvidas e promovidas pelas associações, os recursos materiais de que dispõem para a sua concretização, designadamente instalações e equipamentos? Que tipos e modos de participação, quer enquanto associados, quer enquanto praticantes das atividades culturais, recreativas e de lazer, quer ainda enquanto frequentadores de atividades de formação promovem as associações?*” (p. 119) são as questões colocadas pelos autores no capítulo 7 – “OFERTA E PARTICIPAÇÃO CULTURAL ASSOCIATIVA” (por M.J.L., J.S., S.C.M. e J.S.N.) no que concerne à oferta e à participação cultural. Com recurso aos resultados do Inquérito.

A relevância do universo que compõe o âmbito artístico e cultural e que inclui as atividades recreativas e de lazer é atestada pela Conta Satélite da Economia Social de 2020 (INE, 2023) que aponta para a existência de 32.618 “*associações com fins altruísticos*” dedicadas principalmente à “*cultura, comunicação e atividades de recreio*”, em claro crescimento face às estimativas de 2009. Mau grado o crescimento do tecido associativo vocacionado para estas atividades, constata-se que as práticas artísticas expressivas em contexto voluntário, amador, são francamente minoritárias entre a população nacional, com valores que se situam entre os 8% (escrita) e 1% (teatro e circo).

Neste capítulo analisa-se ainda, em detalhe, a dimensão (número de associados) por tipo de associação (desportiva, desenvolvimento local, IPSS ...), por região e data de fundação, por sexo, por tipo de atividade promovida e inventariando atividades realizadas, com as Festas Populares a encimar a lista.

- ADIVERSIDADE DO ASSOCIATIVISMO

Recorrendo a uma bateria de ângulos de análise, suportados a partir do Inquérito, é ainda possível perceber quais as atividades com maior frequência de realização – com Grupo Coral/Coro/Orfeão, Grupo de Dança/Ballet, Rancho Folclórico e Banda Filarmónica a ocuparem as quatro primeiras posições. Atividades promovidas pela associação e por entidades externas e o conhecimento da evolução histórica permitem-nos colocar como atividades mais antigas a “Banda Filarmónica” (1792) e o “Grupo de Teatro” e “Jogos de Sociedade” (ambos em 1842).

Também o acompanhamento técnico das diversas atividades e a remuneração, ou não, dessas funções é objeto de caracterização, colocando nos dois primeiros lugares de remuneração dos responsáveis o “Grupo de Dança/Ballet” e “Banda Filarmónica”, com 74% e 70,6% respetivamente. Pode ainda ser considerado um item de caracterização das *“instalações e equipamentos existentes para a realização de atividades”*, ressaltando que 30,2% das associações não dispõem de nenhuma das instalações indicadas e 37,8% de nenhum dos equipamentos.

De entre as conclusões do denso capítulo dedicado à “OFERTA E PARTICIPAÇÃO CULTURAL ASSOCIATIVA”, avulta que, conforme o Inquérito, “*8 em cada 10 associações indica ter atividades de natureza mista, às quais ainda poderíamos juntar as atividades desportivas (...)*” (pg. 145/6), bem como que “*as atividades performativas (música, dança e teatro), apesar de menos promovidas no conjunto das associações, são as mais regulares (...) e as que têm acompanhamento mais tecnicamente orientado e remunerado e com alguma especialização artística*” (pg.146)

- QUESTÕES QUE PREOCUPAM OS DIRIGENTES

Também as perspetivas para o futuro são abordadas na obra, sempre com recurso à interpretação dos resultados do inquérito. O apoio financeiro público vs privado, as exigências legais e processuais e a responsabilidade legal que impende sobre dirigentes, o debate sobre a “profissionalização” de associações e dirigentes são alguns dos tópicos em debate no capítulo “DESAFIOS E

OPORTUNIDADES, CONTINUIDADE E MUDANÇA NO ASSOCIATIVISMO POPULAR, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS”(cap.8.) (autores S.C.M., M.J.L., J.S.N.e J.S.).

Foi identificado, a partir das respostas, um conjunto de oito grandes temas que preocupam os dirigentes associativos: “*Envolvimento, voluntariado e participação*” (pg. 159), “*Jovens: captação, mobilização e formação*” (pg. 160), “*Dirigentes*” (pg. 163), “*Apoios e recursos financeiros*” (pg. 165), “*Sobrevivência*” (pg. 167), “*Relação com as estruturas do poder: Autarquias, estado central, enquadramento legal e legislação*” (pg. 167), “*Instalações, infraestruturas e novas tecnologias*” (pg. 172), “*Comunicação, eventos e atividades*” (pg. 173) e “*Parcerias e trabalho em rede*” (pg. 173).

Para os autores “os principais desafios para as associações populares de cultura, considerados pelos seus presidentes de direção, podem ser encontrados na intersecção da renovação dos associados e dos recursos humanos com o financiamento (...). Também as questões relativas à profissionalização ganham importância face à “ausência cada vez mais notada de voluntários (em número e compromisso) e numa proposta de valorização da ação das atividades que corresponda à sua sustentabilidade e manutenção. Outro caminho apontado é o da “cooperação interassociativa”, com a “multiplicação dos meios das associações, plataformas de serviços e outras” (pg. 177).

- NA INTERSEÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Sérgio Pratas procede no capítulo 9 ao debate “ASSOCIATIVISMO POPULAR E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS”. Partindo da enumeração das responsabilidades constitucionais relativas a “*políticas para a juventude*”, “*democratização da cultura*” e do “*direito à atividade física e ao desporto*”, (pp. 183/4), S. Pratas analisa a ação de cada um dos protagonistas definidos a partir do texto constitucional.

No que concerne aos desafios que se colocam ao movimento associativo popular o autor identifica seis tópicos, a saber: a necessária capacitação dos dirigentes associativos; a evolução tecnológica; a importância de fortalecer o funcionamento democrático; o envelhecimento ativo que tem que de acompanhar o envelhecimento geral da população e as parcerias com os vários sectores (público, privado, social) (pp. 186/7). O autor aponta ainda um sexto desafio, as

“utopias reais”, i.e., as associações constituírem-se como “um movimento emancipatório de vivencia e concretização real, já hoje, da sociedade que se almeja para o futuro – uma sociedade mais justa, mais democrática e mais solidária” (Pratas, 2022)

Sob a forma de quadros que indicam a dimensão dos respetivos impactos financeiro e socioeconómico, o autor retoma o guião para a ação política do MAP, com um conjunto de vinte e duas propostas de carácter prático, distribuídas pelas temáticas do “Reforço da participação do associativismo popular”, “Reforço das parcerias público-sociais com o Estado”, “Simplificação legislativa e procedural”, “Código civil”, “Estatuto do dirigente associativo voluntário”, “Gestão coletiva de direitos de autor e de direitos conexos” e “Estatuto de utilidade pública”. Propostas estas que, pela sua atualidade, merecem uma leitura atenta por parte de agentes políticos, nomeadamente Assembleia da República, Governo, Municípios e Freguesias, pois aí se encontram respostas a problemas com que o movimento associativo popular de há muito se confronta. São propostas que refletem os debates que tem vindo a decorrer em múltiplos fóruns promovidos pela CPCCRD, nomeadamente o Congresso Nacional de Coletividades, Associações e Clubes (Lisboa 2015), vertidas em propostas apresentadas pela Confederação ao Governo e grupos parlamentares em 2017.

S. Pratas conclui que, ao invés da positividade da relação de cooperação do associativismo popular com as entidades públicas regionais e locais, o mesmo não se pode dizer da relação com o Estado central. “A legislação associativa está hoje profundamente desajustada da realidade e da vida das associações”.

¬ DEBATES CONTEMPORÂNEOS

A CONCLUSÃO desta obra é da autoria de Sara Fernandes, sob o título “A RELEVÂNCIA DO ASSOCIATIVISMO POPULAR NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS”. Em “A dimensão e as várias dimensões” (pp. 200/1) e com recurso aos dados da Conta Satélite da Economia Social 2019/20 é possível ter uma ideia clara deste movimento – mais de 30.000 entidades altruístas e sem fins lucrativos com mais de 100 sócios cada uma, 300 mil dirigentes associativos envolvidos, considerando-se que mais de metade da população portuguesa é socia de pelo menos uma coletividade.

A dimensão da participação de mulheres revela ainda “*muitas barreiras e estereótipos a combater (...)*”, apesar de ser maioritária em associações de menor dimensão. Também a participação de jovens “*(...) está abaixo do que seria saudável para a sobrevivência e vitalidade do MAP (...)* Apenas 6% dos dirigentes tem idade inferior a 30 anos e cerca de 50% tem entre 40 e 60 anos”

O impacto do movimento associativo popular abrange todo o território, seja urbano, seja rural, com a maioria estabelecida em áreas predominantemente urbanas ou medianamente urbanas. Chama-se a atenção para que, frequentemente, são as coletividades que subsistem em locais onde já não existe nenhum serviço público com funcionamento diário.

S.Fernandes inscreve nesta Conclusão o debate cada vez mais atual sobre o que designa por “*visões ditas “mais modernas”* que apontam a necessidade de uma “*gestão empresarial das Associações*” e a contratação de profissionais. Para a autora “*A tendência legislativa atual é defender a iniciativa empresarial lucrativa em detrimento da iniciativa associativa voluntária com a desvantagem social que essa perspetiva traz à população*” (pg. 204). S.Fernandes conclui que “*Perde-se o trabalho voluntário, perde-se a eficácia que se ganha com a proximidade à população, perde-se a força acumulada do trabalho de grupo que é sempre maior que a soma do lucro (na aceção alargada da palavra) individual*” (id)

Na Conclusão é também objeto de atenção o papel na História resultando do entrosamento das diversas configurações orgânicas de que se tem revestido o movimento associativo popular ao longo de mais de um século. Também os períodos históricos marcados pela implantação da República (1910), Ditadura militar e Estado Novo (1926) e 25 de Abril de 1974 definem a evolução nesse período.

A autora enumera um conjunto de desafios que hoje se colocam ao MAP, para o que recorre às treze recomendações que o Poder Associativo aprovadas no Congresso de Lisboa em 2015.

A obra agora dada à estampa é um trabalho de leitura obrigatória para todos quantos se reveem no fenómeno associativo. Pela profundidade e minúcia da abordagem, pelo recurso a um instrumento com grande manancial informativo e pela qualidade dos estudos apresentados.

Subscrevemos a Nota Final que pode ser lida na última página deste livro e que aqui citamos: “*Transcorridos que são 100 anos de vida da Confederação, esperamos que este livro possa ser uma homenagem a todos os dirigentes associativos*

que fizeram das suas vidas a vida do Movimento Associativo Popular em Portugal. Aos que se mantém ativos, que este livro lhes sirva de instrumento de trabalho, de inspiração e de fonte motriz para a continuação do trabalho transformador e emancipador ímpar em toda a História.”

Ficha técnica

O Associativismo Popular Português no Século XXI

Organização: Nuno Nunes (ISCTE-IUL), Jéssica Chainho Pereira (ISCTE-IUL), José Soares Neves (ISCTE-IUL) e Sara Fernandes (Universidade de Évora e CPCCRD)

Outros autores: João Bernardino (CPCCRD), Luís Capucha (ISCTE-IUL), Patrícia Ávila (ISCTE-IUL), Artur Martins (CPCCRD), Maria João Lima (ISCTE-IUL), Jorge Santos (ISCTE-IUL), Sofia Costa Macedo (ISCTE-IUL), Sérgio Pratas (CPCCRD)

Edição: CPCCRD e Edições Almedina | *Editor:* Edições Almedina |
Capa: Edições Almedina | *Imagen da capa:* António Couvinha |
Paginação: Edições Almedina | Novembro 2024 | ISBN 978-989-40-2293-0 | *Depósito legal* 538963/24



CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

1 - “Tema em destaque” e “Estudos”

Podem ser apresentados estudos para publicação em qualquer das seguintes secções: “Tema em destaque” e “Estudos”.

Próximo tema em destaque (*Análise Associativa* n.º 13): ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO.

2 - Normas para os autores

- 1 · Os artigos deverão ser escritos em língua portuguesa.
- 2 · A contribuição deve ser original e inédita.
- 3 · O artigo deverá principiar por um sumário contendo as divisões e subdivisões.
- 4 · O texto deverá ser apresentado em formato *word*, fonte *Times New Roman*, letra 12, espaçamento 1,5.
- 5 · As notas de rodapé serão igualmente em fonte *Times New Roman*, letra 10, espaçamento simples.
- 6 · As figuras e tabelas deverão ser inseridas no texto e não no final do documento, como anexos.
- 7 · Os autores dos artigos conferem à *Análise Associativa* o exclusivo do direito de publicação sob qualquer forma e receberão cinco exemplares da Revista.

3 - Contacto para submissão

geral@cpccrd.pt

Se existe uma característica especial do Movimento Associativo Popular ela é, sem dúvida, o profundo entrosamento com tudo o que a sociedade onde se insere contém. Este número da Revista Análise Associativa mostra bem essa realidade, trazendo, uma reflexão significativa sobre o Movimento Associativo em Territórios de Baixa Densidade Populacional, levantando o véu sobre os problemas que as populações desses territórios sentem.

Desafiando os autores a escrever sobre Associativismo em Territórios de Baixa Densidade Populacional, compilamos nesta edição um rol de transversalidades entre os problemas e vivências do MAP e os da sociedade portuguesa num todo, neste meio século passado depois do 25 de Abril. Falando de Associativismo, estamos verdadeiramente a falar do nosso país, da sua história, das suas gentes, dos problemas que se agravaram e da enorme alegria que é trabalhar uns com os outros e fazer dos locais onde vivemos ou trabalhamos, sítios melhores, mais inclusivos, mais altruístas, mais generosos e mais solidários.

Sara Dimas Fernandes

Edição patrocinada por

